

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED

Thais Domingos Dos Santos Rodrigues

**MULHERES DA ESQUERDA: POLÍTICA, MEMÓRIA E  
FEMINISMOS**

Sorocaba/SP

2017

MEMÓRIA  
ESQUERDA

HISTÓRIA

LUTA

MULHERES

RESISTÊNCIA

PARTIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED

Thais Domingos Dos Santos Rodrigues

**MULHERES DA ESQUERDA: POLÍTICA, MEMÓRIA E  
FEMINISMOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação comorequisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça

Sorocaba/SP

2017

**THAIS DOMINGOS DOS SANTOS RODRIGUES**

**MULHERES DA ESQUERDA: POLÍTICA, MEMÓRIA E FEMINISMOS**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Educação para obtenção  
do título de Mestre em Educação.

Sorocaba, 24 de Março de 2017

Orientadora

---

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça

Universidade Federal de São Carlos – *campus* de Sorocaba

Examinadoras

---

Profa. Dra. Daniela Auad

Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Profa. Dra. Kelen Christina Leite

Universidade Federal de São Carlos – *campus* de Sorocaba

Domingos dos Santos Rodrigues , Thais

Mulheres da Esquerda: Política, Memória e Feminismos / Thais  
Domingos dos Santos Rodrigues . -- 2017.  
148 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus  
Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Viviane Melo de Mendonça

Banca examinadora: Daniela Auad, Kelen Christina Leite

Bibliografia

1. Mulheres . 2. Política . 3. Memória . I. Orientador. II. Universidade  
Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática  
(SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

À Angélica, Mônica, Zita, Denise e Maria Eduarda.  
Às mulheres da esquerda.

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos dessa dissertação não poderiam começar de outra maneira que não pela demonstração de gratidão as mulheres que contam suas histórias nas páginas a seguir. Obrigada por abrirem a porta de suas casas, pelos cafezinhos recusados, por compartilharem comigo - e agora com mais pessoas - as histórias de suas vidas enquanto mulheres militantes da esquerda. Sem vocês, **Zita, Denise, Mônica, Angêlica** e **Maria Eduarda** essa pesquisa não seria possível.

Agradeço aos meus pais, **Marilu e Sérgio**, pela oportunidade da vida e de um crescimento saudável cheio de amor. Sei das dificuldades que vocês enfrentaram intensificados com o nascimento de uma criança enquanto vocês eram ainda tão jovens. Eu reconheço todo o sacrifício que vocês fizeram. Tudo que abriram mão para poderem dar oportunidades a mim e as minhas irmãs. Vocês estarão sempre em todos os agradecimentos que eu puder fazer nessa vida. Em todos os lugares que eu puder dizer estará lá registrado: obrigada mãe e pai, eu amo vocês!

Agradeço as minhas irmãs **Carolina e Juliana** por me ouvirem reclamar e aguentarem meus sumiços e retornos inesperados. Família a gente não escolhe, mas se eu pudesse escolheria exatamente vocês duas.

Agradeço a minha melhor amiga **Renata Nunes** que não importa em que coordenada geográfica esteja nunca deixa eu me sentir sozinha nesse mundo. Assim como a galera do **Comando Central** que mesmo não nos reunindo toda semana na Torre como fazíamos antigamente, carrego comigo sempre.

À **Renata Vieira** por desde a graduação sempre ter paciência de revisar minhas ausências de virgulas.

Aos **amigos de turma**, obrigada por estarem presentes compartilhando todas as angústias e tormentos que os prazos podem dar - e dão. Vocês são uma **lindeza da linha 2**, um alívio no meio de tanta competição, um ombro amigo para afogar as mágoas e te passar todas as informações de normas e regimentos. Agradecimento especial para **Flávia Ginzl**- somos as melhores medianas medíocres do mundo! - e para **Fausto Scott, Carol e Sylvania** - deu certo!

Agradeço as **professoras da linha 2 do Programa de Pós-Graduação em Educação** da UFSCar de Sorocaba por me mostrarem que é preciso ser forte mesmo no

meio acadêmico. As palavras, os poemas, as indicações de textos, os incentivos e o exemplo de vocês carregarei para muito além do mestrado.

À **Viviane e a Kelen**, por mais clichê que possa parecer, me faltariam palavras para agradecer tudo que aprendi com vocês. Esses pouco mais de dois anos foram de um crescimento pessoal e acadêmico exponencial e eu devo isso a vocês. Vocês são as melhores professoras, orientadora e amigas que alguém pode ter. #Lpower

Também agradeço as professoras **Daniela Auad** e **Kelen Leite** pelas importantes considerações feitas durante a banca de qualificação.

À minha namorada-noiva-esposa, **Lorraine Russel**. Pelas noites solitárias, pela paciência com os surtos de angústia causados por prazos e bloqueios criativos. Obrigada por tornar minha vida muito mais completa e por estar comigo em todos os momentos. Amo você.

Por fim, agradeço a **CAPES**. Sem o financiamento concedido através da bolsa no último ano da pós-graduação esta pesquisa seria inviável.

*“No entanto, o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”  
(Michelle Perrot – Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros)*



Capa: **Mulher bordando**

Aquarela sobre papel

Em referência as *arpilleras chilenas* uma mulher com semblante calmo borda. O ato de bordar remete as memórias. Concretizando suas memórias, contando sua vida, em tecidos de diferentes texturas representando os diversos momentos da vida. A palavra resistência está sobre os triângulos negros em alusão a luta das mulheres lésbicas. Bordando ela transmite suas memórias, se torna dona delas, as palavras presentes remetem a isso.

Desenho pensado após a morte da militante petista Marisa Letícia Lula da Silva que foi lembrada, dentre outras coisas, por ter costurado a estrela do partido na sua primeira bandeira.

Autora: **Renata Nunes**

RODRIGUES, Thais Domingos dos Santos. **Mulheres da Esquerda: Política, Memória e Feminismos**. 2017. quantidade de folhas - fs. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos/SP, 2017.

## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar a relação entre feminismos e a participação político-partidária de mulheres da esquerda. Partimos inicialmente das seguintes interrogações: como se constituem as experiências das mulheres no diálogo entre partidos de esquerda, marxismos e feminismos? Como estas tensões e aproximações entre ambos, partidos de esquerda e feminismos, já evidenciadas em estudos, afetam a participação político-partidária das mulheres brasileiras do ponto de vista histórico e pessoal? Portanto, partindo destas interrogações iniciais, tem-se neste estudo a premissa de que é necessário compreender os conflitos, desafios e conquistas vivenciados pelas mulheres brasileiras em suas participações político-partidárias de modo geral e, em específico, como isto se deu depois da redemocratização do Brasil na década de 1980 até os dias atuais. Para desvelar estas questões e apontar possíveis respostas, fez-se a opção pela metodologia da história oral para o acesso à produção das memórias de mulheres que foram militantes de partidos de esquerda. Essa escala temporal se justifica porque todas as mulheres entrevistadas vivenciaram o período Collor-FHC-Lula-Dilma dentro da militância. Pretendeu-se neste estudo realizar a evocação das memórias dessas mulheres para a transmissão do vivido por meio das narrativas. Estas narrativas foram o objeto de análise. Utilizando da metodologia da história oral, foram registradas as memórias de mulheres que vivem o cotidiano da política da esquerda na tentativa de explicitar os desafios, as conquistas e as lutas que as tocam.

**Palavras-chave:** Mulheres. Política. Memória.

## ABSTRACT

This master thesis had as its objective to analyze the relation among Feminisms and the political-party participation of women from left-wing. We start from the following interrogations: how are made the experiences of women into the dialogue between left-wing parties, Marxisms and Feminisms? How do these tensions and approximations between both, previously pointed in studies, affect the political-party participation of Brazilian women, from historical and subjective perspective? Therefore, starting with such initial questions, the present study has as a premise the necessity to understand the conflicts, challenges and achievements experienced by Brazilian women into their political-party participations in general and, specifically, how it have happened after redemocratization of Brazil, in the 1980 decade, until current days. With the purpose of unveiling these questions and pointing possible answers, it has been chosen oral history as a methodology to access the production of these women memories, since they were left-wing party militants in the period after Brazil's redemocratization, until the current moment. That time scale is valid because all the women who were interviewed experienced Collor-FHC-Lula-Dilma period inside militancy. It was intended in this study to make the evocation of those women's memories to transmit the experience through the narratives. Such narratives were the object of analysis. Using oral history methodology, memories of women who live the daily routine of left-wing politics were registered, in purpose of making explicit the challenges, achievements and struggles related to them.

**Key - words:** Women. Politics. Memory.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

ACIEPE - Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ALN - Ação Libertadora Nacional

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ASCPDERJ- Associação dos Servidores do Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro

AUGM - Associação Universitária de Montevideu

CA - Centro Acadêmico

CBF - Confederação Brasileira de Futebol

CEDAE- Companhia Estadual de águas e Esgotos do Rio de Janeiro

CLADEM - Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNB - Construindo um Novo Brasil

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança

CUT - Central única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DI-RJ - Dissidncia do Rio de Janeiro

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FSEXPOL- Grupo de Estudos Feminismos, Sexualidade e Política

HTPC - Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MPF- Ministério Público Federal

MOB - Movimento de Mulheres Olga Benário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MUSP - Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCR - Partido Comunista Revolucionário

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PL - Partido Liberal

PLP - Promotoras Legais Populares

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PME - Plano Municipal de Educação

PPL - Partido Pátria Livre

PRODERJ - Sindicato do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC - Pontifícia Universidade Católica

REDE - Rede Sustentabilidade (Partido)

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAAD - Secretária Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade

SINDPED-RJ - Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos

UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

UNISO - Universidade de Sorocaba

UP -Unidade Popular pelo Socialismo

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização das entrevistadas .....	41
Figura 2- Região Metropolitana de Sorocaba.....	56
Figura 3- Mapa da migração de elzita (Almenara - Sorocaba).....	59

## Sumário

Introdução .....	17
Capítulo 1.....	29
História oral de mulheres: memórias subterrâneas, resistência e (in)visibilidade .....	29
1.1 – História Oral e o resgate das memórias subterrâneas .....	29
1.2 Gênero, feminismo e mulheres .....	33
1.3 História oral de mulheres.....	37
1.4 Mulheres, como chegar até vocês?.....	39
Capítulo 2.....	45
Feminismo e esquerda: as mulheres militantes no Brasil pós-redemocratização .....	45
Capítulo 3.....	55
Cruzando a margem – narrativas de mulheres da esquerda .....	55
3.1 Introdução às narrativas.....	55
Mônica – romper com um filho.....	77
Denise Maia - onde o partido precisar .....	87
Elzita - dona de mim mesma .....	95
Maria Eduarda- Eu não sai da esquerda.....	103
Capítulo 4 - Perspectivas e desafios da esquerda contemporânea: olhares das mulheres militantes.....	109
Considerações Finais: quais os caminhos para o protagonismo feminino nos partidos de esquerda? .....	131
Referências Bibliográficas .....	139



## Introdução

Este trabalho teve por objetivo analisar a participação das mulheres nos partidos de esquerda. Utilizando da metodologia da história oral, foram registradas as narrativas de mulheres que vivem o cotidiano da política da esquerda na tentativa de explicitar os desafios, as conquistas e as lutas que as tocam. A partir destas memórias, procurou-se compreender as tensões e aproximações entre a esquerda e as pautas feministas e os desdobramentos que afetam a participação político-partidária das mulheres, do ponto de vista histórico e pessoal.

Para realização deste trabalho, cinco mulheres de partidos e cidades diferentes falam através da metodologia da história oral. Suas histórias trazem em comum, dentre outras coisas, o fato de militarem em partidos de esquerda, principalmente após o processo de redemocratização do país em meados década de 1980 até os tempos atuais. Suas narrativas foram sintetizadas e compõe um capítulo desta pesquisa. A partir do ponto de vista delas, se analisa a relação da esquerda com o processo de golpe/impeachment no Brasil e os desafios das mulheres na política contemporânea. A ligação entre história oral, mulheres e feminismos também é discutida.

O questionamento principal desta pesquisa – a participação das mulheres nos partidos de esquerda - surgiu de minha própria participação na esquerda desde os 16 anos. No entanto, não é simples a tarefa de reviver alguns acontecimentos, nem entender os caminhos trilhados para chegar a uma pergunta, ainda mais um questionamento que lhe aflige a alma. A construção das perguntas feitas no decorrer desta pesquisa se deu ao longo de minha vida enquanto mulher, enquanto mulher de esquerda e enquanto mulher lésbica: Como se dá a participação das mulheres nos partidos de esquerda? Por que a persistência da exclusão feminina nos espaços de poder? Por que mesmo tendo participação ativa nos partidos, as mulheres não são lembradas historicamente, ou, por que são apagadas sistematicamente? Pode uma política definida por marcadores hegemônicos do homem-branco-heterossexual dar conta da agenda feminista para além de concessões e negociações? Para entender melhor o caminho para as indagações desta dissertação, se faz necessária antes a minha apresentação enquanto mulher e militante da esquerda.

Minha infância e adolescência se passaram na região do Grande ABC, em São Paulo. Mas não nas cidades grandes como Santo André ou São Caetano. Nasci na cidade de Mauá e cresci em Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Na primeira cidade, morei até terminar a quarta série – atual 5º ano - em uma escola que tinha duas salas e ficava em uma vila no alto de um morro no qual a presença da neblina era constante. A segunda cidade é a última estação da linha Turquesa do trem de São Paulo, apelidada maldosamente de Rio Grande das Trevas por ser um local frequentemente frio e sem atrativos para os moradores, que cotidianamente realizam movimentos pendulares entre as cidades do entorno para estudar e trabalhar. Ali morei até 2010 quando passei no vestibular e fui cursar Geografia em Sorocaba, município localizado a aproximadamente 160 km de distância da casa dos meus pais.

Aproximada dos partidos políticos graças ao Grêmio Estudantil, meu primeiro contato foi com o PMDB e o PT. Na época, enquanto presidente do grêmio da escola estadual da cidade de Rio Grande da Serra, levava junto com outras/os colegas de gestão a pauta da reforma da quadra escolar. No alto de um morro, a nossa quadra não tinha cobertura, o que impossibilitava a realização das atividades físicas nos dias chuvosos. Para piorar, o governo estadual tinha iniciado o processo de reforma, porém a empresa selecionada foi à falência antes de terminar as obras, deixando prontos apenas seis pilstras de metal que, de tanto balançarem com o vento, corriam risco de queda - o que acarretou a proibição das aulas de educação física no local.

A única disciplina aguardada por todas/os estudantes foi condenada a ser realizada unicamente na sala de aula. Dos esportes, fomos para os jogos de raciocínio. Para mim, que nunca gostei das aulas de educação física e nunca era selecionada para os jogos, era prazeroso ficar em sala. Para o restante das/os alunas/os, no entanto, isso foi motivo de revolta. Então, como gremista, fui atrás das autoridades locais. E foi assim que entrei em contato com vice-prefeita da cidade, do PMDB, e com um vereador do PT.

Fizemos ofícios solicitando o reparo na quadra, mas aos poucos esse deixou de ser o tema mais frequentemente das reuniões das quais participávamos. Nossa chapa havia ganhado a direção do grêmio com 800 votos dentre 1200 alunos. Isso, numa cidade onde com menos de 500 votos ganha-se uma eleição para vereador, foi motivo para que logo nos tornássemos alvo de atenção. Como eu era a presidente e representava a entidade em reuniões e outros espaços, fui alvo das maiores atenções. Foram diversos

convites para ingressar em partidos e me juntar às suas fileiras. Em uma ocasião, aos meus 16 anos, fui levada pela secretaria de educação da cidade para conhecer a Avenida Paulista. Isso poderia ser motivo para me deslumbrar, no entanto, me mantive firme nos meus ideais.

Depois do grêmio, ajudei a fundar o Conselho Jovem Municipal, uma entidade que reunia jovens secundaristas para debater questões de segurança - e que estava vinculada ao CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança). Foi durante a participação nesta entidade que conheci o movimento estudantil para além das fronteiras de Rio Grande da Serra. Em 2008, fui representante da minha cidade nos Congressos de Políticas Públicas para Juventude nas etapas regional, estadual e nacional.

Enquanto mulher, esse período é marcado por boatos sobre relacionamentos com homens mais velhos e pelas constantes barreiras construídas por meus pais, que achavam a política uma coisa perigosa para meninas. Desta forma, a convivência em casa se tornou difícil devido às brigas constantes para que eu conseguisse participar das ações do grêmio e do Conselho Jovem.

Ainda em 2008, iniciei minha militância no Partido Comunista Revolucionário - um partido clandestino que tinha conhecido durante os congressos de juventude. Diferentemente de todos os partidos com os quais eu já tinha mantido contato até então, o PCR apresentava uma proposta radical de transformação da sociedade. Todos os textos lidos e as pautas debatidas em suas reuniões faziam sentido quando eu levava em conta minha própria realidade: adolescente da periferia urbana de São Paulo, com pais pobres, e parte da família vivendo em condições miseráveis.

Com o tempo, me tornei mais atuante no PCR do que em outros movimentos do qual fazia parte. Eu ia nas brigadas vender os jornais no trem, participava de ações do Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), e frequentava os cursos de formação do partido.

O cenário se tornou mais complexo quando, ao final do Ensino Médio, minha família descobriu que eu estava namorando uma mulher. As portas do armário foram arrancadas antes mesmo que eu entendesse direito que eu estava lá dentro. Meus pais não aceitavam minha sexualidade e não queriam que eu mantivesse contato com minha namorada. Era vista pela minha família como um problema, uma vez que a "heterossexualidade como norma produz a homossexualidade como desvio"

(DANIELA, AUAD; CLAUDIA, LAHNI, 2013). Eu era o desvio, a doença.

Como punição e boicote ao meu relacionamento, todos os meios de comunicação aos quais eu tinha acesso foram retirados e escondidos. Eu não podia mais comer em casa e fui morar no quarto dos fundos do quintal de nossa casa - e lá passava os dias, trancada. A violência utilizada por meus pais para o controle da minha sexualidade demonstra que:

[...] as relações domésticas são reveladoras de pesadas estruturas de poder que configuram um esforço de heterossexualização compulsória. Esse esforço faz com que comportamentos considerados não conformados às expectativas familiares acerca da sexualidade e do gênero sejam controlados pelos familiares visando à reintegração desses jovens à norma sexual dominante – ora sob o pretexto de garantir uma melhor qualidade de vida para os jovens, ora preocupando-se com a “má fama” e o “falatório” que essa informação pode atrair na vizinhança. (SOLIVA, T. B.; SILVA JUNIOR, J. B., 2014, p. 126)

Nesse cenário caótico, minha namorada e eu resolvemos fingir que tínhamos terminado para que minha família nos deixasse em paz e, assim, tentar aliviar a tensão em casa. Era um retorno forçado ao armário que, como salienta Eve Kosofsky Sedgwick (2007), é uma estrutura definidora da opressão homossexual.

Com apenas 17 anos, a única coisa que podíamos fazer era estudar - e foi o que fizemos. Para estudar, no entanto, era preciso pagar. Para me sustentar no cursinho pré-vestibular, tive que começar a trabalhar: virei operadora de caixa de um supermercado em São Paulo - o que reduziu drasticamente minha participação dentro dos movimentos.

Dentro do partido, parecia aos outros que eu havia largado todas as atividades para seguir minha vida estudando e trabalhando. Em nenhum momento me senti confortável para expor meus problemas. Não conseguia nem falar em voz alta que namorava uma mulher, quanto mais dizer aos quadros do partido – todos homens – que eu não iria às reuniões porque precisava trabalhar para ver minha namorada. A pauta em todos aqueles meses tinha sido unicamente a revolução comunista. Falar de mim mesma parecia pouco diante da missão que tínhamos. Ao guardar o que sentia, só me restava ir embora.

Quando passei no vestibular para cursar Geografia e tive minha permanência garantida na universidade, pude enfrentar minha família e assumir minha lesbianidade.

Se em um primeiro momento a resistência foi grande, aos poucos o amor foi prevalecendo.

Na universidade, me envolvi com o movimento estudantil, que ainda era bastante tímido, de um campus fruto da expansão universitária e com vários cursos originados pelo REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Nós é que iríamos dar continuidade à história do movimento estudantil da UFSCar – *campus* Sorocaba, que apenas havia começado. Nesse momento, os partidos ainda não se faziam presente, todas as manifestações e movimentações eram construídas organicamente a partir das/os alunas/os que lutavam por melhorias de seu curso e da universidade em geral.

As lutas pelas pautas imediatas me atingiam, porém não me bastavam. Foi por isso que, no segundo ano da graduação, em 2011, procurei novamente o PCR e voltei a militar pelo partido. Agora, à frente do movimento universitário, as pautas eram outras: do fim do vestibular, passamos à luta por permanência estudantil. Sempre, é claro, com o horizonte da revolução e com a missão de convencer as pessoas de que precisávamos de um partido de vanguarda para rumar pelo fim da exploração do homem pelo homem.

Aprendi muitas coisas no PCR. Foi lá que li Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Stálin, dentre tantos outros teóricos marxistas. Também aprendi sobre a história dos partidos no Brasil, sobre a Ditadura Militar, sobre os movimentos clandestinos. Porém, apesar de toda essa teoria fazer sentido para boa parte da minha existência, sempre faltava algo nos debates - o fato de eu não conseguir falar sobre minha lesbianidade. Um fato bastante curioso, uma vez que, ao contrário de muitos jovens homossexuais universitários, eu era assumida em casa para toda minha família e colegas, mas não era na universidade, um ambiente teoricamente mais progressista. Este armário só viria a ser quebrado no final da graduação, quando já não dava mais para esconder, no entanto, como destaca Sedgwick (2007) mesmo entre:

[...] as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Além disso, a elasticidade mortífera da presunção heterossexista significa que, como Wendy em Peter Pan, as pessoas encontram novos muros que surgem à volta delas até quando cochilam. Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e

demandas de sigilo ou exposição. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores que ela não sabe se sabem ou não. (SEDGWICK, 2007, p. 22)

O armário dentro do partido ainda estava preservado. E uma organização cuja proposta é construir os quadros da revolução não toma o seu tempo - ele toma sua vida. E eu tinha duas: a vida da militante e a vida escondida como lésbica. Com o tempo, uma iria destruir a outra e isso se manifestava nas escolhas constantes que eu tinha de fazer entre ver minha namorada ou ir à uma reunião do partido - ou em algum congresso de estudantes.

No meio de muitas brigas e com um partido que não conseguia entender os meus desaparecimentos repentinos, colocando toda a culpa na individualidade do sistema capitalista - que não dava espaço para debater outras pautas que não a revolução comunista -, eu me vi numa encruzilhada. E saí pela segunda vez do PCR.

É importante ressaltar que quando saí do PCR, o partido tinha iniciado o Movimento de Mulheres Olga Benário, tendo como proposta um espaço exclusivo de mulheres socialistas. Assim, não acompanhei os resultados dessa frente.

Entrar no grupo de estudos Feminismos, Sexualidade e Política (Fsexpol) foi uma das coisas fundamentais para que eu me entendesse e entendesse o mundo. O feminismo me mostrou o que faltava na teoria com a qual eu estava em contato - e revolucionou meu pensar. A decisão de (re)iniciar um coletivo de Diversidade Sexual e Livre Orientação de Gênero na UFSCar, o Coletivo Mandala, juntamente com outros três amigos gays estudantes da universidade, me ajudou a descobrir um mundo em comum, no qual não estamos sós.

No entanto, o Coletivo Mandala também não foi suficiente. Embora contasse com a presença de muitas mulheres lésbicas e bissexuais, o protagonismo sempre tendia aos homens. Nas reuniões, quem sempre falava eram os homens gays. As brincadeiras, as gírias, as músicas, a cultura e tudo mais girava ao redor do homem gay. Foram diversas as garotas que depois da apresentação nunca mais falaram - e tantas outras que nunca mais voltaram. Deste modo, tanto em partidos de esquerda quanto em outros movimentos, eu constatava a incapacidade desses espaços em dar conta das pautas das mulheres e fazer com que elas se sentissem acolhidas e quisessem continuar participando.

No âmbito acadêmico, dentro da Geografia, fui bolsista por dois projetos de extensão. O primeiro foi a realização de um ciclo de debates sobre o período da Ditadura Civil-Militar denominado: *Movimento Estudantil no Brasil: homenagem a Alexandre Vannuchi Leme*, e o segundo, dentro da Geografia Física. Também fui bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na pesquisa cujo título é: “*O Petróleo Tem Que Ser Nosso*”: *uma Campanha dos Movimentos Sociais pela Soberania Nacional*. A partir deste trabalho, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso focado na Geografia Política, nos estudos sobre movimentos territoriais, e ganhei o prêmio de primeiro lugar na categoria de apresentação oral da temática de Estudos Territoriais na XXI Jornada de Jovens Investigadores da Associação Universitária de Montevideu (AUGM), realizado em Valparaíso, no Chile, em 2014.

No ano de 2013, ao retornar do intercâmbio de um semestre na Universidade de Assunção, no Paraguai, realizado pela AUGM, me tornei monitora da Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) sobre Introdução ao Marxismo, e iniciei minha participação no Fsexpol - do qual faço parte até hoje. Esses dois momentos teóricos – o marxismo e o feminismo – propiciados por essas atividades, também são elementos que influenciam o caminho desta pesquisa. A angústia proporcionada pela militância tem seu respaldo nas inquietações acadêmicas: quais contribuições o feminismo traz ao marxismo e vice e versa? Por que a questão da mulher não é estruturante dentro de um pensamento que visa acabar com o sistema de exploração? Ao mesmo tempo, uma perspectiva feminista centrada na individualidade e na integração ao sistema capitalista pode emancipar as mulheres em sua pluralidade de realidades? Ou, como questiona a feminista Catharine Mackinnon (2016, p.802), há "uma conexão entre o fato de que poucos têm governado muitos e o fato de que aqueles poucos têm sido homens?"

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é fruto desse processo de observações e aflições feitas e sentidas ao longo da minha própria jornada política e acadêmica em relação à participação das mulheres em diversos espaços. Nesta pesquisa, em especial, nas organizações partidárias da esquerda. Como pontua Michelle Perrot (1988, p. 185), o “ofício do historiador” é “um ofício de homens que escrevem a história no masculino”. Talvez a História enquanto disciplina institucionalizada também não tenha dado conta de nossas pautas.

Porém, as mulheres (re)existem, elas estão lá - eu estava lá também e as via o tempo todo. As mulheres participam das entidades, das lutas, dos atos, compõem a história das movimentos sociais, embora sejam, ainda hoje, sistematicamente apagadas. A tarefa mais importante, como diz Perrot (1988, p.187) na epígrafe deste trabalho, é reencontrar essas mulheres que estão em “ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”.

Para desvelar estas questões e apontar possíveis respostas, fez-se a opção pela metodologia da história oral para o acesso à produção das memórias de mulheres que foram militantes de partidos de esquerda no período póstumo à redemocratização do Brasil até o presente momento. Essa escala temporal se justifica porque todas as mulheres entrevistadas vivenciaram o período Collor-FHC-Lula-Dilma dentro da militância. Pretende-se neste estudo realizar a evocação das memórias dessas mulheres para a transmissão do vivido por meio das narrativas. Estas narrativas foram o objeto de análise. Optamos pela metodologia da história oral para partirmos de uma outra fonte histórica: a memória através do depoimento oral de mulheres reais, de seus cotidianos, de suas histórias em suas próprias palavras, uma vez que, como pontua Sônia Maria de Freitas (2006), as análises históricas:

[...] são construídas a partir de vestígios e/ou registros deixados pelas gerações anteriores. Entretanto, a produção desta matéria-prima quase sempre esteve a cargo das classes dominantes e, até bem recentemente, tal fato não era encarado como questão. A coleta de depoimentos e de histórias de vida pode ser inserida no amplo esforço de resgatar a palavra de indivíduos que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho. (FREITAS, 2006, p. 47).

Entende-se que a história oral tem nas narrativas o seu principal campo de análise e se estrutura, segundo Meihy (2005), como um recurso usado para elaboração de documentos, arquivamentos e estudos que relatam a experiência social de pessoas e de grupos. A História Oral produz uma descrição da trajetória da pessoa, que fornece elementos para a compreensão de períodos e de práticas culturais e históricas. As trajetórias pessoais são registradas e analisadas com o objetivo de investigar e inter-relacionar percursos individuais e processos coletivos.

A História Oral nos dá a oportunidade de reaver testemunhos outrora



subterrados por uma história que privilegiou os grandes feitos das grandes figuras públicas. É uma metodologia que multiplica as vozes a serem escutadas e nos dá outras perspectivas para compreensão da história recente. Para Freitas:

A História Oral privilegia, enfim, a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou “vencidos” da história. À história que, tradicionalmente, esteve voltada para os heróis, os episódios, as estruturas, Walter Benjamin responde que qualquer um de nós é uma personagem histórica. (FREITAS, 2006, p. 50).

A partir das memórias das mulheres militantes de partidos de esquerda, este projeto teve como objetivo analisar a relação entre feminismos e participação político-partidária. Partimos inicialmente das seguintes interrogações: como se constituem as experiências das mulheres no diálogo entre partidos de esquerda, marxismos e feminismos? Como estas tensões e aproximações entre ambos, partidos de esquerda e feminismos, já evidenciadas em estudos, afetam a participação político-partidária das mulheres brasileiras do ponto de vista histórico e pessoal?

Portanto, partindo destas interrogações iniciais, tem-se neste estudo a premissa de que é necessário compreender os conflitos, desafios e conquistas vivenciados pelas mulheres brasileiras em suas participações político-partidárias de modo geral e, em específico, como isto se deu depois da redemocratização do Brasil na década de 1980 até os dias atuais, visto que, segundo Renata Gonçalves (2009) e Vera Soares (1994), a conjuntura da Ditadura Civil-Militar lançou novos desafios para a relação entre feminismo e partidos de esquerda.

Em decorrência da baixa participação de mulheres na política partidária e nas eleições a cargos públicos, como demonstram estudos e pesquisas (ARAÚJO;ALVES, 2007; ARAÚJO, 2009), pareceu ser também fundamental analisar de que modo o enraizamento social e cultural condiciona a participação político-partidária destas mulheres, ou, dito de outro modo, investigar quais processos estão presentes na construção social e cultural do gênero, que estabelecem relações de poder - e que colocam as mulheres como sujeitos subalternizados -, e de que modo isso contribui para a compreensão da participação político-partidária das mulheres. Neste sentido, os marcadores de classe, a orientação sexual, a nacionalidade e a regionalidade, que intensificam este lugar de subalternidade, também foram considerados para análise no contexto da participação política das mulheres.

A mulher na política ocupa esse espaço da intermediação, ocupa as fronteiras e nos faz pensar na *mestiza* de Glória Anzaldúa. A fronteira de Anzaldúa (2005) é a que marcou sua vida entre as culturas brancas, mexicanas e indígenas, a que se destaca nesta pesquisa – porque as fronteiras são as esquinas das contradições. Elas são muitas e diversas. É a forma como essas mulheres se apresentam nos espaços de poder extremamente masculinos, como se configuram numa sociedade patriarcal e, ao mesmo tempo, enfrentam seus desafios particulares. Assim como a *mestiza*, elas não são apenas contradições. Elas também transformam a ambivalência em outra coisa. A política que elas fazem é a mesma, mas também é outra.

Muitos questionamentos ecoam dessa pesquisa: pode a mulher adentrar essa política institucional criada pelos homens e para os homens? Devemos lutar dentro das instituições já existentes ou criar algo completamente novo? A política como conhecemos é algo irreversivelmente masculino, ela pertence aos homens? Perguntas que não encontram respostas certas, mas que colocam em evidência o que tantas outras feministas denunciam: a aparente objetividade da política é parte de um processo maior que coloca o que é dito masculino como neutro e universal, valorizando de forma intensa características como virilidade e força para justificar o poder dos homens sobre as mulheres.

No entanto, assim como a *mestiza* de Anzaldúa (2005) precisamos ter a coragem de derivar em mares desconhecidos e não temer a ambiguidade. A rigidez significa a nossa morte. Nós somos híbridas, prontas para sobreviver nas mais variadas condições. Nosso lugar é a fronteira, pois já não nos é suficiente:

[...] se posicionar na margem oposta do rio, gritando perguntas, desafiando convenções patriarcais, brancas. Um ponto de vista contrário nos prende em um duelo entre opressor e oprimido; fechado/as em um combate mortal, como polícia e bandido, ambos são reduzidos a um denominador comum de violência. O “contraposicionamento” refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador. Toda reação é limitada por, e subordinada à, aquilo contra o qual se está reagindo. Porque o “contraposicionamento” brota de um problema com autoridade – tanto externa como interna – representa um passo em direção à liberação cultural. Entretanto, não é um meio de vida. A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território

novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir. (ANZALDUA, 2005, p. 705-706)

As mulheres que falam nas próximas páginas ousaram cruzar a margem, agem e nos trazem histórias de possibilidades – cheias de contradições, assim como deve ser.

Esta pesquisa estrutura-se da seguinte maneira:

No capítulo 1: **História oral de mulheres: memórias subterrâneas, resistência e (in)visibilidade** traçamos um panorama da História oral como uma metodologia de análise social que traz possibilidades de fazer emergir memórias subterrâneas. Em um primeiro momento, contextualizamos a importância da história oral como ferramenta para a des-homogeneização da história ao buscar novas fontes narrativas que outrora seriam descartadas. Posteriormente, partindo de uma perspectiva feminista, buscamos historicizar a categoria “mulher” para defender nosso posicionamento, ao utilizá-la em detrimento do conceito de gênero. Justificamos a história oral de mulheres como uma forma de resistência à sociedade patriarcal e expansão dos limites históricos. Também trazemos nossa trajetória até às mulheres entrevistadas nesta pesquisa. São apresentadas também as dificuldades enfrentadas para se chegar até as cinco mulheres entrevistadas.

O Capítulo 2, intitulado **Feminismos e esquerda: as mulheres militantes no Brasil pós-redemocratização** teve por objetivo apresentar um panorama do debate entre a esquerda e a organização das mulheres e, teoricamente, entre marxismo e feminismo. Também especificamos os desafios da realidade brasileira diante das tensões e aproximações entre partidos à esquerda, marxismo e feminismos.

No Capítulo 3 - **Cruzando a margem – narrativas de mulheres da esquerda**, trazemos o resultado final das entrevistas: as narrativas das memórias das mulheres entrevistadas. Uma por uma, elas contaram suas histórias dentro do movimento dos partidos de esquerda. Também neste capítulo, as militantes são introduzidas para que as suas narrativas tenham maior contextualização.

O Capítulo 4, denominado - **Perspectivas e desafios da esquerda contemporânea: olhares das mulheres militantes**, é construído a partir das narrativas do capítulo anterior e apresenta os olhares das mulheres militantes dos partidos de esquerda sobre o cenário contemporâneo, desde a redemocratização em 1985 até os dias atuais, apontando os desafios e as perspectivas da política partidária à esquerda. A partir das narrativas coletadas através da metodologia da história oral e

dialogando com diferentes autoras/es, constrói-se em um primeiro momento uma análise da dinâmica da política de esquerda e posteriormente aponta os desafios enfrentados pelas mulheres para assegurar sua participação nestes partidos políticos.

Por fim trazemos as **Considerações Finais** desta pesquisa com as reflexões que as narrativas das cinco mulheres militantes de diferentes partidos da esquerda propiciaram ao longo desses dois anos dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação. Para as muitas questões que ultrapassam as limitações deste trabalho, apontam-se novos caminhos fronteiriços de angústias e inquietações, cuja realização de novos estudos seria de suma importância para compreender e transformar a realidade das mulheres brasileiras, por isso seu subtítulo traz um questionamento: **quais os caminhos para o protagonismo feminino nos partidos de esquerda?**

## Capítulo 1

### História oral de mulheres: memórias subterrâneas, resistência e (in)visibilidade

#### 1.1 – História Oral e o resgate das memórias subterrâneas

A História, como aponta Hannah Arendt (2005), já foi vista como uma maneira de eternizar grandes feitos da humanidade. Ao abraçar as memórias dos acontecimentos homéricos, os atos de homens que mereciam ser eternizados por sua honra, bravura e esperteza, tentava-se imortalizar o que era considerado digno para tanto. A concepção sobre o processo histórico, no entanto, mudou com a modernidade. Ainda assim, continuou-se a contar os feitos dos homens - e pelos homens. As mulheres, embora presentes, continuaram sendo omitidas não só dos relatos históricos, como também da ciência e da política. Suas narrativas não mereciam uma possível eternização possibilitada pelos livros porque seus nomes não constavam nos arquivos e documentos. Assim como outros corpos que não pesam (BUTLER, Judith, 1999), as mulheres foram excluídas e transformadas em sombras.

A utilização da oralidade através de narrativas possibilitou uma ruptura nesse processo de silenciamento - e uma alternativa para trazer experiências que até então eram produzidas como inexistentes (SANTOS, 2007). A metodologia da história oral voltou sua atenção para uma das fontes mais antigas da humanidade: a fala. A memória das/os excluídas/os, embora colocadas no subterrâneo da história (POLLAK, 1989), tiveram uma oportunidade para aflorar e mostrar os estratos mais profundos da sociedade.

Escovar a história a contrapelo – eis a tarefa posta por Walter Benjamin (1994) ao materialismo histórico. Construir uma história cujo tempo não é homogêneo, mas sim uma saturação de “agoras” no qual não importa se são grandes ou pequenos acontecimentos, posto que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. Assim, por mais que uma certa história oficial nos apresente uma única verdade enquanto possibilidade, os enquadramentos das memórias e as diversas realidades permitem as mais variadas cronologias (POLLAK, 1992).

No entanto, a memória, ou o que é lembrado, está sempre em disputa e há sempre a possibilidade de as memórias subterrâneas conseguirem emergir à superfície

do público e reivindicar seu lugar ao sol. A memória dos seres abjetos - aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito (BUTLER, 2000), não fazem parte da memória oficial posta e enquadrada pelos investigadores que estabelecem empatia sempre com o vencedor - e está a benefício dos dominadores (BENJAMIN, 1994).

[...] a memória pode servir à repetição ou à transformação, pode ter uma função conservadora ou emancipadora, o que não conduz à mesma coisa. Qualquer pessoa tem o direito de se lembrar como bem entender, é verdade; mas a comunidade valoriza certas utilizações da memória e reprová outras, e não saberá praticar um culto à memória indiferenciado. (TODOROV, 1999, p. 124)

A história oral enquanto metodologia é uma ferramenta que possibilita justamente trazer as memórias subterrâneas à superfície, pois ao priorizar as pessoas às margens, os seres abjetos, subalternizados e minorias políticas, possibilita que a diversidade das vozes emergentes des-homogenize os anais da história e conteste a história oficial posta como a verdade e o caminho.

A utilização da oralidade e da narrativa, embora muito antigas, é característica de uma metodologia do ramo da Antropologia. Expandida para outras áreas como a História, a Sociologia e a Educação, ela tem como pressuposto ouvir e gravar a fala das memórias das pessoas entrevistadas, reconhecendo nos laços sociais cotidianos uma atitude histórica (BARELA; CONDE; MIGUEZ, 2004).

Para Freitas (2006), o debate sobre História Oral possibilita:

[...] reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas. A História Oral utiliza-se de metodologia própria para a produção do conhecimento. Sua abrangência, além de pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais. (FREITAS, 2006, p. 15)

Assim, a partir da técnica da entrevista, a História oral compreende a memória como fonte histórica, uma vez que a metodologia não consiste em simplesmente transcrever o que foi gravado, nem tem como objetivo somente formar bancos de arquivos orais. Mas sim enxergar o processo como uma produção de conhecimento histórico, dispensando todos os cuidados que qualquer outra fonte levaria (PEDRO; VENSON, 2012).

A História Oral, principalmente dentro da ciência historiográfica, sempre foi vista com suspeita. Para muitos historiadores, o estudo do presente era marcado pelo posicionamento político de quem pesquisava - e para manter um distanciamento, era preciso estudar períodos nos quais a pessoa não tivesse vivido e, assim, não tivesse estabelecido vínculos. Essa suposta neutralidade propiciada por estudar épocas mais antigas acarretou a supervalorização de pesquisas sobre a antiguidade e a idade média, nas quais o historiador precisava ser suficientemente preparado e erudito. Ou seja, era uma história produzida somente por uma elite intelectual (FERREIRA, Marieta, 2002).

Para essa vertente histórica, outro fator de deslegitimação da história oral era a utilização de relatos individuais - o que geraria uma visão particular dos eventos em detrimento da totalidade dos fatos. Além disso, ao contrário das fontes escritas, as narrações não são documentos oficiais e, por isso, logo eram postas como não confiáveis. Esse período da história foi marcado pela busca de uma ciência neutra, com metodologias semelhantes às utilizadas nas áreas das exatas e biológicas, nas quais os fatos falassem por si mesmos (ARENDRT, 2005).

Atualmente, é mais generalizada a ideia da impossibilidade de se reconstituir a história de maneira tal qual a realidade - e a própria realidade é colocada em questão -, livre das subjetividades da pessoa que pesquisa. Segundo Ferreira (2002), a subjetividade da memória, outrora tratada como fator de descrédito, tornou-se mais um elemento de estudo da fonte - e as narrativas tornaram-se uma forma de diversificar as versões da história. Já para Pollak (1992), a crítica sobre as fontes da história oral deve significar um aumento da exigência técnica e do rigor metodológico.

A memória - fonte da história oral -, muito além do ato de recordar, é tratada como um fenômeno social de construção de identidades e solidificação das consciências com função decisiva no processo psicológico. (BOSI, Eclea, 1994; DELGADO, Lucília, 2003).

[...] a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se como as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p. 46-47)

Vários fatores podem influenciar as narrativas: o próprio ato de lembrar o

passado estando no presente envolve uma disputa entre os valores antigos e os atuais. O fator ideológico pode modelar biografias inteiras em um enquadramento, em determinadas regras sociais, como por exemplo, omitir ações racistas pelo fato de que isso, hoje, é crime.

Abrindo portas para a história recente e do presente, a história oral nos dá a oportunidade de recuperar as experiências de vozes que, de outras maneiras, talvez não se fariam ouvir. Deste modo, temos uma ruptura da linearidade histórica e o afloramento de pontos de vista diferentes. Nas palavras de Freitas (2006):

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretção do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial... (FREITAS, 2006, p. 79-80).

Para Daphne Patai (2010), a metodologia da história oral permite facultar acesso às histórias e perspectivas de indivíduos até então ignorados, e oferece oportunidades para a abordagem tanto da subjetividade individual como da memória coletiva. Segundo a autora, “não há vidas sem sentido, e não há histórias de vida sem significado”, o que existe são “histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecem-nos, por essa razão, obscuras” (PATAI, 2010, p.136).

Em um debate sobre memória coletiva, Pollak (1980) destaca através de Maurice Halbwachs a intensidade de como certos pontos de referência estruturam nossa memória e a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Essas memórias estruturantes, que são o sustentáculo de uma memória nacional, são a todo instante relembradas por meio dos monumentos, dos feriados, dos nomes das ruas, por exemplo. Perrot (2014), por sua vez, em um artigo que debate a questão do gênero na cidade, ressalta que ao mesmo tempo em que a mulher é retirada física e politicamente dos espaços públicos europeus do século XIX, ocorre uma invasão de sua imagem, e a partir de então a figura feminina será revestida de um simbolismo: estátuas e monumentos arquitetônicos com a figura da mãe ou da guerreira - musas ao lado dos grandes homens que elas coroam.



Nessas memórias coletivas incessantemente lembradas, o que temos é a figura do homem como o grande agente histórico, enquanto cabe à mulher o eterno papel do Outro (BEAUVOIR, 2009).

Michelle Perrot (1989) metaforicamente diz que: “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”. Palavras duras e ao mesmo tempo poéticas para dizer que as narrativas históricas tradicionais renegam a memória das mulheres. Ou seja, como aponta Costa (1997), a grande história escrita por homens e sobre homens coloca como inferiores as experiências do feminino. Socialmente posta como o Outro, a mulher é vista como inessência, como um não sujeito.

Sendo a mulher sistematicamente apagada da história – uma das características do sistema patriarcal - como sair dessas sombras, mas ao mesmo tempo, não universalizar um sujeito criando uma única categoria válida que se esquece de outras particularidades sociais? A partir desse questionamento, o próximo tópico debate a questão do gênero enquanto categoria de análise feminista e as justificativas da escolha tomada por continuar utilizando a noção de mulheres.

## **1.2 Gênero, feminismo e mulheres**

Ao trabalhar com memória de mulheres, não é para atribuir-lhes identidades fixas ou essencializá-las por qualquer tipo de explicação (biológica, social, comportamental), mas sim procurar, por meio de um posicionamento político, algo que a marque como uma categoria heterogênea. Categoria esta construída historicamente por discursos e práticas variados, fundamento dos movimentos feministas (COSTA, 1998).

Essa abordagem tem como objetivo analisar as experiências narradas de maneira crítica: não como prova incontestável da realidade, mas sim considerando todo o sistema ideológico que há em todas essas narrativas. As memórias, como já salientamos, não estão livres das determinações sociais. Não há memória pura pertencente apenas às representações de um indivíduo. O que temos é uma relação dialética e dialógica entre indivíduo e sociedade. Joan Scott (1998) nos traz a importância de historicizar as experiências e questionar as identidades fixadas ao longo do tempo, uma vez que somente “dar visibilidade” aos relatos de pessoas às margens não colocaria em xeque as estruturas que levam a esse tipo de experiência. Em suas palavras:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como uma relação mútua. Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. (SCOTT, 1998, p. 304)

Deste modo, para Scott (1998), pensar sobre a experiência seria historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. Procurar pelo funcionamento das estruturas ideológicas para que categorias como homem, mulher, negro, branco, heterossexual, homossexual, dentre outras, não sejam essencializadas, naturalizadas ou tratadas como características inatas aos indivíduos e alheias aos processos discursivos e à construção social.

Pensando na especificidade deste trabalho enquanto um estudo sobre mulheres, é importante ressaltar as considerações dos estudos feitos por Judith Butler (1999) sobre a diferença sexual. Não se trata apenas de uma função de diferenças materiais, mas também de uma maneira simultaneamente marcada e formada por práticas discursivas. Baseada em Foucault, a filósofa analisa a categoria “sexo” enquanto um “ideal regulatório”, por entender que uma prática regulatória produz os corpos que governa de tal maneira que, através de determinadas normativas socialmente estipuladas em regras - e do gerenciamento de comportamento dos corpos -, o “sexo” acaba sendo forçosamente materializado com o tempo. Nessa compreensão, o “sexo” não é apenas uma descrição estática que define alguém, mas também “uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 1999, p.111). Normas que precisam ser a todo momento reiteradas para que os corpos - que nunca são completamente materializados - não fujam do ideal regulatório.

O que, de certo modo, a concepção butleriana faz é historicizar o conceito de sexo baseado nas premissas biológicas, bem como analisar criticamente a própria concepção de natureza, colocando em xeque, ou pelo menos em dúvida, o binarismo natureza-sociedade presente na diferenciação sexo-gênero. Debate importante dentro da produção teórica feminista no qual o sistema sexo/gênero foi um marco de sua história.

O conceito de gênero surge da efervescência política do final da década de

1960 nos países do primeiro mundo enquanto ferramenta analítica e política para combater a noção de sexo – *sex* – baseada no determinismo biológico. Ele enfatiza que a questão não se restringe às diferenças corporais, mas sim diz respeito ao que a sociedade faz delas, como as valoriza ou não - ou seja, o caráter fundamentalmente social da diferença sexual (LOURO, 1997). Com a abordagem de gênero, a preocupação passa a ser não essencializar os sujeitos, procurando pelos processos e não por características inatas. O debate que outrora era majoritariamente sobre a condição da mulher passa também a abordar os homens.

Claudia de Lima Costa (1998), professora brasileira, ao propor uma mediação sobre um conceito que veio de fora (gênero) - e a maneira como ele foi apropriado e traduzido para a nossa realidade nacional -, afirma que um dos principais ganhos que a noção de gênero trouxe foi a negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher. Além disso, os “estudos de gênero”, possibilitaram a entrada dos estudos feministas no cenário acadêmico com mais força, pois ao contrário dos termos como feminismo, cuja nomenclatura logo trazia à tona questões políticas e radicais, a palavra gênero trouxe uma ideia de rigor científico maior e até de *status* e sofisticações para as pesquisadoras. Para a autora, com os estudos de gênero foi possível “estudar a opressão da mulher e as relações desiguais de poder entre mulheres e homens sem necessariamente assumir um projeto político feminista”.

Com uma abordagem relacional - compreendendo que o feminino só existe em relação ao masculino -, o gênero trouxe um fardo maior às/os pesquisadoras/es que se viram sempre na obrigação de ter que trazer também “o lado do homem” - ou ter seu estudo encarado como incompleto. No final dos anos 1990, os estudos da masculinidade ganharam destaque em detrimento de maiores aprofundamentos sobre as relações de poder que estruturam sistemas de desigualdade e opressão.

Ao observar “o tráfico do gênero” no qual a mulher tornou-se gênero - e que depois gênero se tornou masculinidade -, talvez tenhamos que voltar ao ponto de partida: a categoria mulher, “entendida não como essência ontológica, nem mesmo no sentido restrito de mulher como essencialismo estratégico, mas na acepção ampla de posição política” (COSTA, 1998, p. 132).

Em um debate semelhante, Teresa de Lauretis (1994) considera o conceito de gênero posto enquanto diferença sexual (sempre a diferença da mulher em relação ao homem) uma limitação e uma deficiência do pensamento feminista. Amarrado no pensamento do patriarcado ocidental, esse tipo de formulação acarreta também uma

universalização da Mulher, esquecendo-se de articular as diferenças entre mulheres ou as diferenças nas mulheres.

Para Lauretis, é preciso pensar o gênero de uma maneira não tão presa à diferença sexual. E para isso, ela formula o conceito de “tecnologia de gênero” baseada na visão foucaultiana sobre “tecnologia sexual” - o gênero é posto enquanto representação e autorrepresentação, produto de diferentes tecnologias sociais, de diferentes discursos, epistemologias, e de práticas críticas institucionalizadas de práticas cotidianas. O gênero seria a representação de uma relação de pertencimento à uma classe, um grupo, uma categoria que se relaciona com outras entidades previamente construídas.

Utilizando em um primeiro momento das obras de Althusser (mas indo além), Lauretis ressalta que o gênero também tem uma função ideológica de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres - com papel importante, inclusive, na divisão capitalista do trabalho. Uma autora importante citada foi Joan Kelly (1979 *apud* LAURETIS, 1994), que parte da premissa de que o pessoal é político para afirmar que não há mais como separarmos a realidade em duas esferas, o público e o privado, uma vez que o que temos é um conjunto de relações sociais. No entanto, ela chama a atenção para o fato de que homens e mulheres se posicionam de maneiras diferentes nessas relações, sendo as mulheres afetadas de maneira diferente.

É ao pensar essa diferença de posicionamento e afetação das mulheres que Lauretis (*idem*, p.217) passa a chamar a atenção para o “sujeito do feminismo” enquanto concepção/compreensão do sujeito (feminino), que se encontra ainda em andamento, mas que é concomitantemente diferente da Mulher com letra maiúscula e essencializada - e das mulheres reais e históricas que são definidas pela tecnologia de gênero. Este sujeito que emerge dos estudos feministas está ao mesmo tempo dentro e fora da ideologia - e o mais importante, está consciente disso. Para ela, as mulheres devem continuar a se tornar mulheres, que:

[...] continuem a ficar presas ao gênero assim como o sujeito de Althusser a ideologia, e que persistamos em fazer a relação imaginária mesmo sabendo, enquanto feministas, que não somos isso, e sim sujeitos históricos governados por relações sociais reais, que incluem predominantemente o gênero – esta é a contradição sobre a qual a teoria feminista deve se apoiar, contradição que é a própria condição de sua existência. Obviamente, então, o feminismo não pode ser tido como ciência, como um discurso ou uma realidade que está fora da ideologia, ou fora do gênero como instância de ideologia. (LAURETIS, 1994, p. 218)

Com base no exposto acima, e para não cairmos em um feminismo sem mulheres (COSTA, 1998), optamos por utilizar como categoria a(s) “mulher(es)” sabendo de sua relação enquanto tecnologia de gênero (sendo representação e autorrepresentação), mas preferindo correr o risco do que abdicar do político. Escolhemos também, mais especificamente, trabalhar com memória de mulheres, como apresentaremos no próximo tópico.

### 1.3 História oral de mulheres

A história oral de mulheres é caracterizada por elas serem “porta-vozes da vida privada”, de uma memória voltada para a família e o íntimo (PERROT, 1989). Portanto, dar enfoque à busca por memórias de mulheres militantes tem um quê de desafio à lógica público/privado, é um refazer histórico que, segundo Gayatri Chakravorty Spivak (1994, p. 205), é “uma persistente crítica, sem glamour nenhum, eliminando oposições binárias e continuidades que emergem continuamente no suposto relato do real.”

Para Silvia Salvatici (2005), a história oral e a história de mulheres cresceram juntas e possuem objetivos e campos de interesse semelhantes. Ambas se popularizaram no fim dos anos de 1960 com os movimentos sociais e políticos, cujos ideais eram os de resgatar uma história oculta. A história oral nasce com a intenção de buscar pelas vozes dos desfavorecidos e criar uma história vinda de baixo; já as feministas, dentre outras coisas, procuravam demonstrar as contribuições das mulheres ao longo do tempo e construir o lado feminino da história.

Trabalhar com história oral de mulheres é buscar pelo outro lugar do discurso. Utilizando-se de uma metáfora com o cinema, de Lauretis (1994) chama esses pontos cegos (fora das representações) de espaços fora de tela (*space-off*), que ela imagina como:

[...] espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento. E é aí que os termos de uma construção diferente do gênero podem ser colocados – termos que tenham efeito e que se afirmem no nível da subjetividade e da auto-representação: nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder; e nas produções culturais da mulheres, feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da

ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras – e os limites – da(s) diferença(s) sexual(ais). (LAURETIS, 1994, p. 237)

Não à toa, a história oral é bastante utilizada por produções feministas (PATAI, 2010), pois há a possibilidade de buscar por inferências desses espaços fora da tela. A partir desta metodologia, é possível chamar a atenção para “a vida de seus narradores e as sociedades nas quais estas vidas são vividas”, fazendo aquilo que Spivak (2010) orienta como papel do intelectual: criar espaços para que o sujeito subalterno possa falar e para que, quando ele assim fizer, possa ser ouvido.

Desta forma, conclui-se que a metodologia da história oral é um importante meio para a disseminação e pluralização de diferentes processos históricos. E para o feminismo, foi um instrumento encontrado para combater a sociedade patriarcal e dar visibilidade às experiências vividas pelas mulheres. As narrativas possibilitaram a construção de vertentes da história a partir do relato das próprias pessoas que as vivenciaram, auxiliando nas elaborações teóricas sobre as construções de subjetividades e na elucidação das marcas diferenciadas que os corpos recebem, de acordo com a identificação social de seus gêneros.

Com esta metodologia, é possível historicizar a própria História e mostrar que há diversos outros pontos de vista que ficam excluídos dos eruditos livros. No feminismo, essa historicização auxilia para que enxerguemos a história e as teorias também como tecnologias de gênero, ou seja, repletas de especificidades de gênero estruturais e subjetivas que se articulam por intermédio das relações sociais e de poder (LAURETIS, 1994).

No entanto, é preciso estar atenta/o para não atribuir aos relatos das experiências uma verdade inquestionável, uma vez que a construção da subjetividade é social e o ato da rememoração é uma disputa política de tempos. Para além, há dois grandes riscos metodológicos: o primeiro é essencializar as identidades das/os narradoras/es sem questionar a construção social que levou à delimitação de tais identificações. Dar visibilidade às histórias das pessoas marginalizadas não é suficiente para colocar em questão o projeto político-social que acarreta essas experiências. Mais do que procurar pela versão histórica desses grupos aos determinados eventos, é preciso questionar quais são os processos que geram os seres abjetos. Por que estes são postos como não sujeitos?

O segundo risco é enxergar a pesquisa como uma ação salvacionista e encará-la como ato de dar voz. No momento em que se estipula que o/a pesquisadora é detentora da voz, já se sabe que o subalterno não pode falar, porque a voz que usa é emprestada, não é sua (SPIVAK, 2010). O perigo é, ao tentar trazer à tona essas memórias subalternizadas, acabar contribuindo com o processo que cria as subalternidades.

É indispensável reconhecer os próprios privilégios para que não ocorra um sequestro da experiência do outro a fim de legitimar a sua fala enquanto pesquisadora. Há um lugar de poder legitimado pela universidade e pelos saberes científicos. A fala que vem desses espaços poderia ser interpretada de outra maneira se não passasse por essa mediação, e é necessário reconhecer isso. Trabalhar com subalternidades exige um eterno questionamento: a quem este trabalho serve? Quais são suas provocações? Contribui para o processo de emancipação? Como pontua Spivak (2010, p. 65), “os intelectuais pós-colonialistas aprendem que seu privilégio é sua perda”. Afinal, é necessário saber que toda vez que alguém é usado como meio para os fins de outra pessoa, o paradigma social dominante é afirmado, e não superado (PATAI, 2010).

A história oral contribui para repensar o papel do/a historiadora, ao questionar a história oficial e também ao ponderar e historicizar quem produz história. Talvez por isso, tenha sido uma metodologia largamente utilizada pelas feministas (SALVATICI, 2005), que se valeram da oralidade para escrever a história das mulheres.

#### **1.4 Mulheres, como chegar até vocês?**

Michelle Perrot (1988) pontua algumas dificuldades para a realização de pesquisas sobre a história das mulheres. Uma é que, devido a exclusão feminina dos espaços públicos - e consequentemente dos documentos públicos (arquivos diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias ou publicações periódicas...) - , para traçar uma história de mulheres é necessário recorrer a outros tipos de fontes, mais específicos e difíceis de encontrar: livros de cozinha, diários, manuais de pedagogia, dentre outros. Uma outra dificuldade é que mesmo a mulher que transgredir e adentra o espaço público através da militância ainda é observada e descrita pelo homem.

Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e

indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. **Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?** (PERROT, 1988, p. 186, grifo nosso)

O contexto de seus estudos são as mulheres francesas do século XIX, mas as dificuldades apresentadas perpassam outros contextos. O seu questionamento ao final da citação acima foi uma pergunta frequente durante a realização dessa pesquisa: como encontrar as mulheres militantes? A procura por essa fonte direta de comunicação, e a utilização da história oral, permitiriam que se eliminasse as mediações que eventuais documentos oficiais pudessem trazer. Mas, para isso, era necessário ter contatos.

A maior dificuldade imposta pela pesquisa foi, além da busca por mulheres que não estivessem exercendo cargos executivos, a delimitação etária. O foco da dissertação estava em mulheres que militassem há mais tempo, na faixa dos 40-60 anos, e que preferencialmente já fossem parte dos partidos de esquerda no período da redemocratização.

Como a busca era por mulheres da base - lideranças ou não, mas que não estivessem exercendo nenhum cargo elegível no executivo ou no legislativo -, a ideia era formar uma rede de indicações na qual uma indicaria a próxima. Essa ideia também não funcionou tão bem. Percebi que se nos restringíssemos às indicações, acabaríamos entrevistando pessoas de apenas um único partido, já que as sugestões dadas eram sempre internas. E o objetivo não era reconstruir a história das mulheres em único partido, embora isso também seja muito importante. O foco foi, na medida do possível, ter uma abrangência partidária maior.

A ideia da rede de contatos, no entanto, não falhou totalmente. Foi conversando com as pessoas que eu tinha proximidade através do movimento estudantil que consegui encontrar as entrevistadas. Descrevia o perfil da mulher que queria entrevistar e a algumas pessoas me davam alguns contatos. Nem todas as pessoas com as quais conversei tinham alguém para indicar. O caminho para chegar às cinco mulheres entrevistadas<sup>1</sup>, como podemos ver na Tabela 1, não foi exatamente fácil sendo necessário percorrer três cidades em dois estados diferentes (Figura 1).

---

<sup>1</sup> Dos nomes apresentados abaixo apenas Mônica e Maria Eduarda são pseudônimos – solicitação feita pelas respectivas entrevistadas.

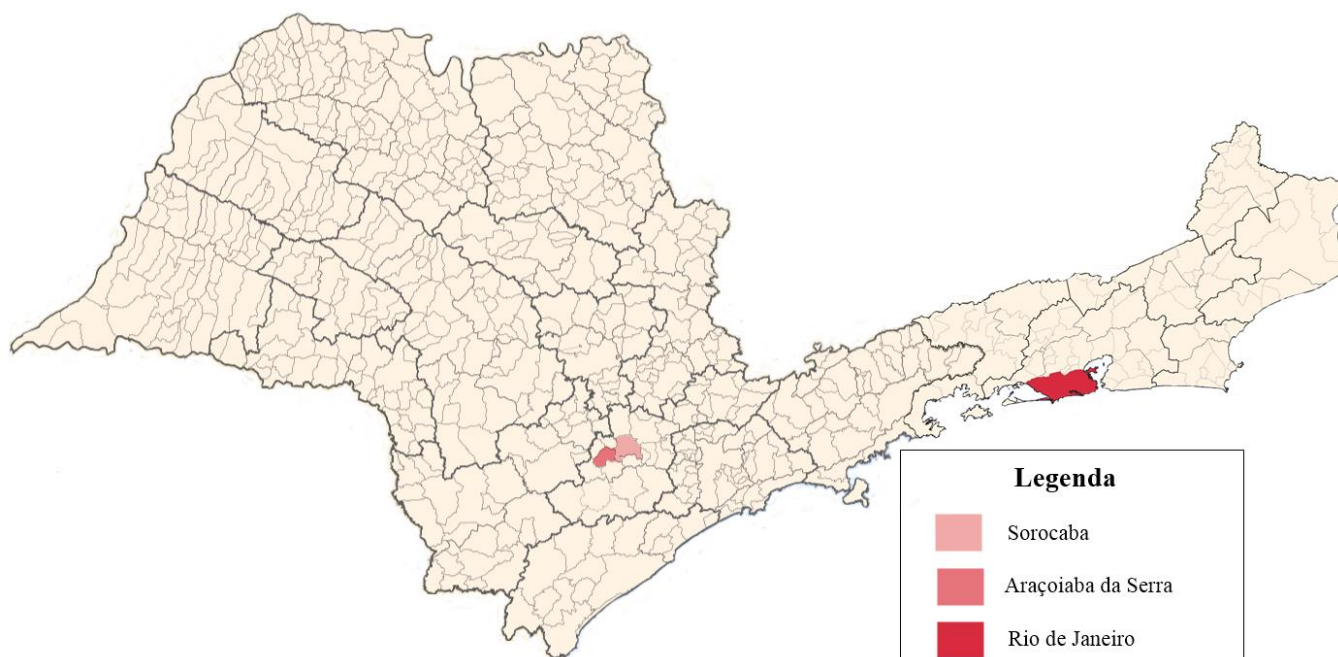


**Tabela 1 – Relação de mulheres entrevistadas**

Nome	Ex-Partido	Partido Atual	Idade	Cidade onde milita	Quantidade de filhos	Cor/Raça	Profissão
<b>Maria Angélica</b>	-	PT	55 anos	Araçoiaba da Serra - SP	2	Parda	Professora
<b>Mônica</b>	PT	PSOL	45 anos	Sorocaba - SP	2	Branca	Professora
<b>Denise</b>	MR-8	PCR	56 anos	Rio de Janeiro - RJ	-	Branca	Jornalista
<b>Elzita</b>	-	PT	42 anos	Sorocaba - SP	4	Negra	Diarista
<b>Maria Eduarda</b>	PDT	-	56 anos	Rio de Janeiro - RJ	1	Branca	Técnica em informática

Elaboração: Rodrigues, Thais.

**FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS**



Mapa base: Wikipédia. Elaboração: Rodrigues, Thais.

A ideia da rede de contato funcionou em apenas um caso: Denise do PCR indicou a Lucimar que já militou no PDT. Embora durante a primeira entrevista ela tivesse apenas indicado outras mulheres do próprio partido, ao entender melhor a pesquisa em uma segunda conversa, me enviou uma mensagem via rede social perguntando se eu gostaria de entrevistar uma companheira de Sindicato. Desta forma, elas são as únicas entrevistadas que se conhecem.

Todas as entrevistas foram iniciadas com uma única pergunta: qual era a história delas dentro da militância, e suas trajetórias de vida na política enquanto mulher e militante da esquerda. Depois disso, as entrevistas caminharam de acordo com que elas contavam. Não havia nenhum roteiro de questões justamente para seguir as direções dadas pelas mulheres entrevistadas e não por pré-questionamentos – muito embora eles existissem e permeassem as intervenções que fazia. Como afirma Patai (2010), a metodologia da história oral não é um monólogo. É preciso ter em mente que houve um diálogo - e que as entrevistas foram moldadas e conduzidas, uma vez que:

A história oral, por si, não está necessariamente fora destes limites. Ela não nos chega numa forma inalterada: pessoas abrindo seus corações diretamente aos nossos ouvidos. Ao contrário, a existência da história oral depende da intervenção de um entrevistador que coleta e apresenta uma versão das histórias colhidas. Nem mesmo as histórias existem puras e imutáveis em alguma esfera externa às vicissitudes da interação humana. (*idem*, p. 20)

Então, mesmo que tenha deixado as mulheres falarem livremente de acordo com as suas próprias memórias, não há como não intervir enquanto pesquisadora. A relação entre os dois corpos – entrevistadora e entrevistada – compõe de alguma maneira a síntese dessas narrativas.

Os títulos de suas falas no capítulo seguem a ideia de Patai (2010) e são partes ditas por elas em algum momento da entrevista. A intenção é que, desde o início, elas estejam em cena. Uma preocupação que esteve presente durante todo o momento de sintetizar as entrevistas foi manter a máxima fidelidade as falas. As modificações feitas tiveram como objetivo tornar um documento oral um texto de leitura fácil. Dessa maneira, os marcadores da linguagem falada foram retirados - e as narrativas seguem o português escrito padrão. Para manter a fidelidade de alguns momentos cujas entonações consideramos essenciais, nos utilizamos de estruturas literárias com falas diretas, circunscritas por travessões ou aspas.

Para tornar mais simples a compreensão e dar sentido às histórias, também

realizamos alterações na sequência dos acontecimentos. Desta forma, a síntese final das narrativas não necessariamente reflete a ordem de debate dos fatos. Embora tenhamos preservado o conteúdo, a forma de apresentação é de nossa responsabilidade.

É importante ressaltar que a versão final dos textos que se encontram no próximo capítulo com as histórias das mulheres militantes da esquerda foi realizada após a leitura prévia para as entrevistadas, feita durante um segundo encontro com cada uma delas. Nossa intenção era que elas se sentissem confortáveis para mudar, suprimir ou acrescentar algo que elas achassem importante, dando autonomia para a construção de suas próprias histórias e legitimando a organização textual feita pela pesquisadora. O motivo desse segundo encontro era dar um retorno ético às mulheres que compartilharam suas vidas comigo e com a pesquisa. Para mim, era importante que elas não se sentissem usadas por uma desconhecida para uma pesquisa qualquer que "pegou" suas memórias e nunca mais voltou.

O segundo encontro propiciou uma aproximação muito maior entre nós. A leitura dos textos foi marcada pela emoção destas mulheres, que se reconheciam em suas próprias histórias e opiniões. A gratidão era mútua. A minha, pela oportunidade de conversar com militantes de uma geração diferente, que traziam outras perspectivas, e pela chance de poder criar uma pesquisa que mostre esses olhares. E a delas pela sistematização dos próprios pensamentos. Não foi raro expressões como "eu disse tudo isso?", "eu concordo comigo mesma", "você conseguiu pegar mesmo o que eu disse".

Conclui-se que a não transcrição literal das entrevistas dessa pesquisa se justifica pela oportunidade do segundo encontro. Foi através da construção sistemática das narrativas que as mulheres puderam ir além de querer mudar alguma parte, mas sim se identificando com a história. As suas memórias somadas com a minha organização textual criou um laço único de companheirismo e criação entre nós.

Na história de Maria Angélica, colocamos o título como “**o exército de Brancaleone**” porque sua trajetória perpassa a construção de um partido de esquerda em uma cidade conservadora. Assim como o pequeno grupo do clássico filme italiano de Mario Monicelli, *O incrível exército de Brancaleone*, a vitória do grupo era inesperada. Eles eram poucos e cheios de debilidades, mas, juntos conseguiram.

Mônica, por sua vez, tem como título uma fala dita em um contexto, mas que poderia ser utilizada em um outro: **romper com um filho**. No sentido figurado, ela utiliza essa frase para descrever seu rompimento com o Partido dos Trabalhadores, um momento difícil em sua vida após ter dedicado boa parte de sua juventude à construção

da organização. Mais tarde, se deparou com uma mudança ideológica com a qual não estava disposta a colaborar. Mas, num outro contexto, essa frase poderia também significar ser o seu rompimento recente com a Igreja Católica, impulsionado pelo debate acirrado sobre gênero durante a elaboração do Plano Municipal de Educação de Sorocaba. Quem sabe, nesse caso, o termo correto seria “romper com um pai”.

Já a narrativa de Denise se denomina: **Onde o partido precisar**, em referência às suas falas ditas para demarcar que ela está à disposição do coletivo e apta para o que der e vier, desde que isso ajude na construção de uma sociedade mais igualitária. Quando questionada sobre o que era – no sentido de profissão –, sua resposta foi: “estou jornalista, mas na realidade eu digo que sou comunista”.

A penúltima a contar sua história é Zita, com o capítulo: **Dona de mim mesma** – pois é assim que ela se define atualmente: uma mulher que aprendeu a se reconhecer, a ser dona de seus gostos, de suas vontades e que não deixa mais ninguém a silenciar. Destacando a importância do curso de Promotora Legal Popular <sup>2</sup>em sua vida, ela afirma que esse conhecimento não é só para ela - é também para ajudar as mulheres que precisam.

Por fim, o título da narrativa de Lucimar - **Eu não saí da esquerda** - ressalta que embora atualmente ela não milite mais dentro de um partido de esquerda, como quando entrou no PDT no final da década de 1970, ainda mantém as suas ideias e convicções, mais alinhada à perspectiva da esquerda.

---

<sup>2</sup> "Os Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direito e Cidadania – Promotoras Legais Populares (PLP) é um projeto de extensão eticamente comprometido, cuja finalidade material imediata é a capacitação de cursistas, mulheres das mais variadas origens, em noções de direito, cidadania, gênero e emancipação, para que se formem promotoras legais populares que atuam na defesa dos direitos femininos e na transformação da realidade social." (DUQUE, Ana Paula; FERREIRA, Luana Medeiros; JORGENSEN, Cacau Sousa, 2011, p. 60)

## Capítulo 2

### Feminismo e esquerda: as mulheres militantes no Brasil pós-redemocratização

#### 2.1 - Feminismos e esquerdas: aproximações e distanciamentos

O feminismo é neste presente estudo entendido como a ação política das mulheres, que engloba teoria, prática e ética que as coloca como “sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social” (SOARES, Vera, 1998, p. 33). O feminismo, portanto, é uma proposta de ação para que as mulheres transformem a si mesmas e o mundo.

O feminismo não é concebido como uma vertente singular, mas plural. Portanto, existem feminismos. Segue-se, tendo este ponto esclarecido, que, de acordo com Cláudia de Lima Costa (1997, p.127-128), os feminismos da virada do século incorporaram uma gama de “discursos diversificados e mutuamente implicados sobre as relações de poder a partir da diferença (sexual, de gênero, de classe, de etnia, de idade e assim por diante)”. A autora ainda argumenta que devido a certa percepção sobre a cumplicidade das formas de opressão, essas tendências não podem ser cristalizadas em uma única posição (feminismo cultural, radical, marxista, pós-estruturalista, lésbico, negro, etc.). No entanto, estes múltiplos feminismos, ainda que sejam muitas vezes contraditórios e antagônicos, não configuram nem como fratura nem como um enfraquecimento da importância política de cada um deles no que tange a crítica da dominação, aliás:

Pelo contrário, em resposta à necessidade histórica de tecer articulações entre as múltiplas posições do sujeito visando distintos efeitos políticos, o feminismo, enquanto movimento social e corpo teórico, constitui-se desde sua inepção em plena diversidade, e é nela que reside seu maior potencial (COSTA, 1997,p.128).

A relação entre a esquerda e o feminismo é descrita como uma herança de um século e meio de maus entendimentos, tal como define Christine Delphy (1992). Apesar das mulheres comporem os partidos com fundamentação marxista, identificados como partidos de esquerda, que tem a centralidade na luta de classes, e

de sofrerem influência do mesmo, desde a primeira onda do feminismo a visão desses partidos era a de que o feminismo se constituía de um “movimento egoísta” de mulheres burguesas. Obviamente, isso gerou certo desconforto entre as mulheres feministas e os partidos de esquerda aos quais estavam filiadas.

Em relação a emancipação feminina, os partidos socialistas mais tradicionais em suas análises tinham posicionamentos bem definidos e limitados, tais como:

- 1-A opressão das mulheres refletia a exploração de classe na sociedade capitalista, deixando, pois, de existir numa sociedade socialista;
- 2- A desigualdade entre homens e mulheres se fundava no acesso ao trabalho assalariado. Tratava-se, pois, de integrar as mulheres ao mercado de trabalho e incentivar sua participação política.
- 3-A questão organizativa – as associações, departamentos femininos – como a maioria das organizações de massa criadas e propostas pelos PCs do período, padeciam de um monolitismo rigoroso, imposto pelo Komintern, que limitava, quando não paralisava, sua ação. (SOUZA-LOBO, Elizabeth, 2011, p.212- 213).

Uma das principais argumentações do movimento operário contra a elucidação dos problemas específicos das mulheres era que isso poderia dividir a classe. Uma argumentação irônica, uma vez que essa divisão se originou com próprio movimento da esquerda ao defender primeiramente propostas como o salário família, a naturalização da mulher nos cuidados domésticos e a defesa de sua exclusão do trabalho social, tal como aconteceu durante a I Internacional (ARRUZA, Cinzia, 2010). Nestes termos, quem dividiu a classe trabalhadora foram os homens que fizeram uma leitura limitada das obras de Marx. A não aceitação das mulheres, das diferenças e a exclusão de pelo menos metade do potencial da classe trabalhadora nas questões decisivas: isso dividiu a classe.

Embora o sexismo e a misógina não sejam uma exclusividade dos movimentos de esquerda, é mais contraditório que ajam dessa forma, uma vez que ela vai contra os princípios de busca de uma sociedade igualitária. É mais incoerente porque esse movimento se propõe a romper amarras, destruir a relação de servidão, construir uma “associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX, 2010, p.62), e por mais que lute para pôr um fim à submissão do homem pelo homem, parece esquecer da liberdade das mulheres. Um movimento de esquerda sexista é um movimento hipócrita.

No entanto, é válido destacar que mesmo dentro da limitação das lutas burguesas, as organizações das mulheres são fundamentais e difíceis. Como exemplo, tem-se a questão da recusa da proposta de Olympe de Gournay sobre a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, uma tentativa de colocar que as mulheres existiam, já que uma declaração chamada “Declaração dos Direitos do Homem” não as incluía. Assim, o século conhecido como “o século das luzes” continuou rejeitando a participação das mulheres na política, as condenando e as reafirmando no espaço do privado. (PEDRO, J.M; PINSKY, 2014). As mulheres como não-sujeito são sistematicamente excluídas das teorias contratuais liberais, expondo as contradições internas da noção de liberdades individuais (SAFFIOTI, Heleieth, 2013; PARTEMAN, 1993)

Para exemplificar o conservadorismo da esquerda, Mirla Cisne (2014) relembra que os delegados presentes no Congresso da 1ª Internacional dos Trabalhadores foram contrários ao trabalho feminino. Essa posição gerou uma onda de insatisfação das feministas, o que, posteriormente, levou à fundação da Primeira Liga das Mulheres. A autora destaca que, no entanto, as mulheres tiveram participação decisiva em diversos eventos históricos como a Comuna de Paris e a Revolução de 1917.

Dentro (e fora) da esquerda, as feministas elucidavam que a opressão patriarcal sobre as mulheres estava além do modo de produção capitalista, e poderia se manter mesmo com o fim desse sistema. A eliminação da classe não garantia a emancipação das mulheres, e a dificuldade em tratar desse assunto dentro dos partidos confirmava essa tese. Mesmo quando as mulheres conquistavam cargos dentro dos governos, eram colocadas em postos que falassem sobre família ou saúde. Os partidos tendiam a copiar a ordem social que colocava a mulher no espaço do privado e o homem no público (DELPHY, 1992).

O marxismo é identificado como uma das fundamentações político-ideológicas predominante nos partidos à esquerda. Por esta razão, a discussão entre marxismo e feminismo se torna necessária neste trabalho.

Para Tina Chanter (2011) o marxismo reduz o sexo à classe, “subsumindo o feminismo ao marxismo” e, dessa forma, as mulheres só poderiam aparecer se reconhecessem sua condição de membros pertencentes a uma sociedade dividida entre duas classes. A partir dessa análise, não haveria espaços para o reconhecimento de que em qualquer grupo o capitalismo e patriarcado trabalham juntos para discriminação das

mulheres. Também não se considerava o papel do trabalho doméstico na criação de mais-valia. Para a autora, enquanto o marxismo permanecer analisando a sociedade em termos que aceitem a “oposição fundamental de classe”, ele somente dará conta das mulheres trabalhadoras (pagas ou não), permanecendo, portanto, alheios a discriminação por sexo. Nesse contexto, Mackinnon (2016, p. 817) salienta que o grande desafio é "demonstrar que o feminismo converge sistematicamente em uma explicação da desigualdade sexual por meio de uma abordagem distintiva de seu tema que, não obstante, é aplicável à totalidade da vida social, incluindo a classe."

Um ponto de destaque nessa questão é que, muitas vezes, essa interpretação sobre a pauta das mulheres, embora recebam a denominação de “marxistas”, não vem das obras de Marx e Engels, e sim de pessoas que foram, inclusive, seus rivais políticos, como por exemplo a misoginia oriunda de Proudhon e Lassalle, ambos duramente criticados por Marx. Também contribuem para escamotear esse debate as ações tomadas pela URSS pós Lenin, que reforçavam os valores familiares como um instrumento para garantir a obediência e a produtividade (ARRUZA, 2010). Assim, apesar de no começo da revolução bolchevique a libertação das mulheres ter sido vista como emergencial, principalmente a partir dos eixos da libertação da mulher do trabalho doméstico e a sua independência econômica face ao homem através da plena participação na atividade produtiva, e mesmo sendo pioneira nos direitos civis, por exemplo, a URSS foi o primeiro Estado do mundo a legalizar o aborto. Mais tarde, na gestão de Stálin, a família tradicional foi restaurada, a fim de garantir a conservação e a reprodução de uma nova casta burocrática (*idem*).

Em contrapartida, Chanter (2011) destaca que historicamente são as mulheres brancas e privilegiadas economicamente que definem a pauta feminista, e uma das consequências disso é que as relações de opressões por desigualdades de classe e discriminação racial são ignoradas.

bell hooks (2015), ao analisar a obra de Betty Friedman, defende que autora transformou as dificuldades das mulheres brancas como sinônimo das condições que afetam a todas as mulheres dos Estados Unidos, quando, na verdade, tratava-se de uma abordagem da realidade de um seletivo grupo de mulheres brancas casadas, de classe média e alta e com formação universitária, sendo que:

Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das



brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. (HOOKS, 2015, p, 194)

Apesar de ser importante especificar os problemas dessa classe privilegiada, essas não eram as reais preocupações da maioria das mulheres que lutavam por sua sobrevivência econômica numa sociedade de discriminação étnica e racial.

A questão racial, que está tão imbricada na pauta de classe quanto na de gênero, foi muitas vezes ofuscada por um feminismo composto somente por mulheres brancas e de classe média, que quase conseqüentemente tinham pautas voltadas para conquista de direitos liberais como, por exemplo, o direito de trabalhar - que nunca foi negado às mulheres negras, sempre vistas como detentoras de uma força superior à das brancas. Densamente sexualizadas, para elas o trabalho não só nunca foi negado como tinha a mesma carga que dos homens, como destaca Angela Davis (2005).

Em uma sociedade racista, as negras chega(ra)m a ter sua própria identificação enquanto mulheres negadas. O discurso feito em 1851 pela Sojourner Truth durante a *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, demonstra essa relação:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoitamento também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, S. E não sou uma mulher? Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/sojourner-truth/22661-e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>>. Acesso em: 09 ago 2015.

Uma noção genérica de “mulher” favoreceu um modelo hegemônico (branca e burguesa) da mesma forma que a noção genérica de “homem” e a universalização do masculino escondeu as mulheres. Não à toa que as feministas negras irão questionar a construção da pauta da agenda feminista segundo a vivência das brancas, pois, para elas, o que ocorreu foi que o feminismo promulgado pelas mulheres burguesas serve para

apoiar seus interesses de classe (HOOKS, 2000 *apud* BIROLI; MIGUEL, 2014). Para Bell Hooks:

Um preceito central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. (HOOKS, 2015, p. 197)

Colocar em debate a existência das mulheres negras é problematizar vários elementos, dentre os quais, as razões para que no movimento feminista as lideranças sejam brancas e no movimento negro em geral sejam os homens a falar. Temos, de um lado, um movimento negro misógino, e de outro, um feminismo burguês/racista, ou seja, em ambos os espaços a mulher negra é subalternizada e permanece sem voz. Por isso, feministas como Kimberle Crenshaw (2004) propõem uma análise feminista que leve em consideração como as engrenagens das opressões se interseccionam em grupos sobrepostos. Para Helena Hirata (2014), sexo, raça e classe são uma unidade indissociável.

Mirla Cisne (2014), analisando também a relação entre o feminismo e marxismo, ressalta que uma das maiores contribuições do feminismo para a produção teórica crítica é a desomogeneização da classe trabalhadora e os desdobramentos políticos que daí podem surgir em torno de práticas coletivas reivindicatórias. Para ela:

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes”. (CISNE, 2014, p. 26).

Araujo (2000), por sua vez, ressalta que talvez a maior contribuição do marxismo ao feminismo seja o enfoque histórico e material que permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher. Não é um fator biológico que coloca as mulheres abaixo dos homens, não é um assunto que envolve hormônios, órgãos sexuais ou força física, mas sim a construção histórica e social que esses corpos tiveram.

No debate sobre a aproximação entre feminismo e o marxismo, Mary Garcia

Castro (2000) descreve algumas semelhanças entre os dois, tais quais: i) preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas em embates de poder; ii) projeto por negação de propriedade, expropriações e apropriações; iii) ênfase na materialidade existencial; iv) possibilidade de mudanças acionadas por sujeitos; v) uma certa utopia humanista.

Conclui-se que o marxismo precisa deixar de ser um texto fantasma nos debates feministas (CASTRO, 2000), pois é somente através de sua contribuição que a liberdade das mulheres envolverá a busca pela liberdade de todas as mulheres. E, por outro lado, se o marxismo se propõe a fazer análises da totalidade, não pode mais esquecer metade da população e dividir a análise da sociedade entre público-privado. É preciso parar de tentar quantificar as opressões e buscar trabalhá-las de maneira dialética, sem colocar uma sobre a outra, mas problematizando as duas (gênero e classe, mas também raça) para a construção de uma sociedade justa, onde o homem não explore o homem, mas também que não explore a mulher; ou seja, pelo real fim das explorações, por uma verdadeira igualdade.

## **2.2 - Brasil pós redemocratização - mulheres militantes**

Diante destas tensões e aproximações entre partidos à esquerda, marxismo e feminismos, no cenário brasileiro, segundo Vera Soares (1998), a relação entre as mulheres (e mais especificamente das feministas) e os partidos de esquerda é marcante desde o período da Ditadura Civil-Militar (1965-1985), no qual “as mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização.” (SOARES, 1998, p.37).

Durante a década de 1960, em uma conjuntura de Ditadura Civil-Militar, o feminismo era visto pela esquerda brasileira como um fragmentador da luta principal, que, naquele momento, era a do combate à ditadura (GONÇALVES, 2009). Os companheiros homens viam o feminismo com desconfiança e o encaravam como uma dupla ameaça: o risco de fragilizar a unidade do proletariado (e conseqüentemente enfraquecer a luta contra o capitalismo), e ao mesmo tempo o medo de perderem seu próprio poder tanto dentro das organizações quanto nas suas relações sociais (CAMARGO, 2010 *apud* PINTO, 2003, p.53).

Delphy (1992), em contexto francês, mas aplicável em outros lugares, diz que

as mulheres só não largaram definitivamente os partidos de esquerda porque, com o tempo, o movimento feminista foi se isolando e deixando de lado alguns assuntos como, por exemplo, os que envolviam imperialismo e política internacional, debates que eram encontrados majoritariamente nos partidos de esquerda.

Porém, surge uma questão sobre como é a experiência vivida pelas mulheres nesta relação entre partidos de esquerda e feminismos, e como estas tensões e aproximações entre os dois movimentos afetam a participação político-partidária das mulheres brasileiras do ponto de vista histórico e pessoal. Para isto, torna-se necessário contextualizar primeiramente a participação das mulheres brasileiras no quadro político-partidário nacional.

Dentro da história brasileira, as trajetórias do movimento de mulheres e do feminismo se confundem significativamente (CISNE, 2014). A diferenciação entre as duas vertentes se dá em planos teóricos e históricos, no qual o movimento de mulheres estaria mais ligado às pautas para melhorias das condições de vida e de trabalho feminino, enquanto o movimento feminista pautaria a opressão e a liberdade das mulheres, tratando de temas como: aborto, violência, autonomia, direitos civis e políticos. Em linhas gerais, segundo a autora, todo movimento feminista seria de mulheres, mas nem todo movimento de mulheres seria feminista, como, por exemplo, pode-se citar os movimentos de mulheres que lutam contra a legalização do aborto.

A história da luta das mulheres no Brasil se acentua em 1920 com a pauta do sufrágio universal. Nesse período, é possível destacar três vertentes no movimento: 1º- de perspectiva liberal: formado por mulheres brancas, cultas e da elite brasileira. Essa tendência tinha como pauta principal a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos; 2º- a do “feminismo difuso”: as mulheres cultas e de vidas públicas que formavam essa corrente lutavam não somente pelos direitos políticos, mas também pelos referentes à educação, sexualidade e divórcio; 3º- perspectiva anarco-comunista: composto por mulheres intelectuais e trabalhadoras, militantes da esquerda que levavam em consideração também os problemas estruturais e estruturantes das desigualdades sociais (CISNE, 2014).

Em relação ao voto, embora não houvesse nenhuma normativa que proibisse o voto feminino desde o período colonial, que seguia o Código Filipino, o que se verificava era a formação e legitimação de uma aristocracia brasileira. Quando o assunto era direito político, em um primeiro momento, as mulheres ficavam ao lado dos escravos (sem direito algum) e, posteriormente, na mesma posição que as

crianças e mendigos, na posição de “perpetuamente menor” (ÁLVARES, Maria Luzia, 2014).

A justificativa era que a mulher tinha certa “condição feminina” e, por consequência, naturalmente deveria seguir suas funções sociais de esposa e mãe. Apesar de não existir nenhum dispositivo legal que proibisse o voto da mulher, a cultura e as morais instituídas pela sociedade patriarcal cumpriam esse papel.

Foi somente em 1932, com a implementação do Código Eleitoral, que o voto feminino – bem como o voto universal direto e secreto – foi adotado, porém, com medidas de restrição de cidadania segundo o estado civil e a dependência econômica. Contudo, a liberdade democrática não duraria muito devido ao golpe de 1937 e a regência do Estado Novo.

O voto feminino instituído sem nenhuma medida de restrição de cidadania só viria ocorrer em 1965. No entanto, o contexto era de ditadura, e a polaridade partidária entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não era um cenário propício à democracia.

Em 1975, com o estabelecimento da Década da Mulher (1975-1985) pela Organização das Nações Unidas (ONU), o movimento feminista ganha novo impulso e partidos passam por uma reformulação de seus programas na tentativa de implementar a inclusão sobre as questões das mulheres, inclusive sobre maneiras de aumentar a participação política feminina. O Brasil seria signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e da Conferência de Beijing (1995), e também de medidas como a adoção de cotas para mulheres, que hoje é de 30% das candidaturas (ÁLVARES, 2014; PRÁ, 2014).

No entanto, as medidas adotadas não foram suficientes para garantir a participação das mulheres na política. Assim, apesar das mulheres serem peça fundamental dos partidos e o maior público eleitoral com 52% dos votos (TSE, 2014), elas ainda se constituem como minoria nos cargos de poder.

Apenas para citar um exemplo, tomemos o cargo para governador(a) do estado. Segundo os dados de 2014 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em todo território nacional, houve 146 candidatos identificados como do sexo masculino contra 20 do sexo feminino. Sendo que, dentre estes homens, 13 foram eleitos logo no primeiro turno e 27 foram para o segundo turno. Já entre as mulheres, nenhuma foi eleita no primeiro turno e apenas uma conquistou o cargo no segundo turno.

Como aponta Araújo (2009, p.23), “um aspecto marcante do debate recente sobre direitos das mulheres e igualdade de gênero é certo consenso de que a representação política importa”, ainda mais, continua a autora, porque se verifica a permanência do reconhecimento de que a representação legislativa é espaço importante de negociação e de legitimação das democracias contemporâneas.

No ano de 1997, foi sancionada a Lei 9.504/97, cujo o art. 10 §3º assegura a reserva de 30% e 70%, para cada gênero, do número de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito, com o objetivo de ser uma importante ferramenta de incentivo à participação política das mulheres, historicamente afastadas dos pleitos eleitorais. No entanto, segundo Araújo e Alves (2007), os últimos resultados eleitorais no Brasil apontam que a lei das cotas para candidaturas não é suficiente para se ampliar a participação política das mulheres. E este dado permanece nas últimas eleições de 2014.

É evidente na história que, mesmo com estas dificuldades, aos poucos as mulheres foram adentrando o cenário político brasileiro. Por outro lado, Gonçalves (2009) aponta que gradualmente os laços entre intelectuais feministas e movimentos populares de mulheres foram se desfazendo em detrimento do deslocamento do centro do debate para os espaços acadêmicos. Soma-se a isso o discurso neoliberal e a propagação de projetos de organizações como o Banco Mundial, que fizeram com que os questionamentos sobre as mulheres perdessem o foco de classe, de etnia e raça, e se concentrassem na questão da cidadania vista como saberes de direitos.

Portanto, demanda-se um diagnóstico sobre os processos sociais e culturais que condicionam a participação político-partidária das mulheres brasileiras, bem como a compreensão, do ponto de vista histórico, das tensões, conflitos, desafios e conquistas vivenciados pelas mulheres nesta aproximação entre feminismos e partidos à esquerda. E, visto aqui que feminismos e partidos à esquerda buscam em suas pautas transformações profundas e radicais na sociedade, aparece neste debate um paradoxo que pode ser desvelado partindo do ponto de vista das próprias mulheres.

## Capítulo 3

### Cruzando a margem – narrativas de mulheres da esquerda

#### 3.1 Introdução às narrativas

A primeira entrevistada foi Maria Angélica Bergamini, do PT de Araçoiaba da Serra, uma cidade de aproximadamente 31 mil habitantes (EMPLASA, 2015) que compõe a região metropolitana de Sorocaba, interior paulista. Conversamos em sua casa no dia 13 de Abril de 2016 por 2h e 14 minutos. Foi uma entrevista marcada pelo momento político que estávamos vivendo: o iminente processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Por várias vezes, retornamos ao debate do golpe x impeachment, camisas vermelhas x CBFs<sup>3</sup>, mortadelas x coxinhas<sup>4</sup>.

Formada em história pela PUC de São Paulo, Maria Angélica ajudou na reconstrução do Partido dos Trabalhadores em Araçoiaba da Serra e atualmente exerce a função de secretária adjunta em educação. Devido à proximidade com a cidade de Sorocaba, um município de mais de 600 mil habitantes (EMPLASA, 2015), Maria Angélica trouxe em alguns momentos a ação e a articulação regional do partido.

Para Maria Angélica a história do PT de Araçoiaba é parecida com o filme italiano *O incrível exército de Brancaleone*. Um clássico do cinema italiano e de direção de Mário Monicelli, o filme de 1965 conta através de muita sátira a história de Brancaleone, um cavaleiro decadente que recebe uma proposta de um grupo de marginais: ir em busca de um feudo na Itália. O inusitado grupo composto, além do cavaleiro Brancaleone, por um menino, um gordo, um magro e um mercador judeu parte da França e enfrentam diversas dificuldades no percurso. Ninguém esperava que o grupo conseguisse sucesso, tal qual a recém organização do PT que começava suas atividades em um cidade marcada, segundo Maria Angélica, pelo coronelismo e por políticos conservadores de direita.

A segunda mulher entrevistada foi Mônica, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de Sorocaba. Mônica foi uma das entrevistadas que pediu para ocultar sua identidade, escolhendo ela mesma o nome que lhe serve de pseudônimo neste trabalho.

---

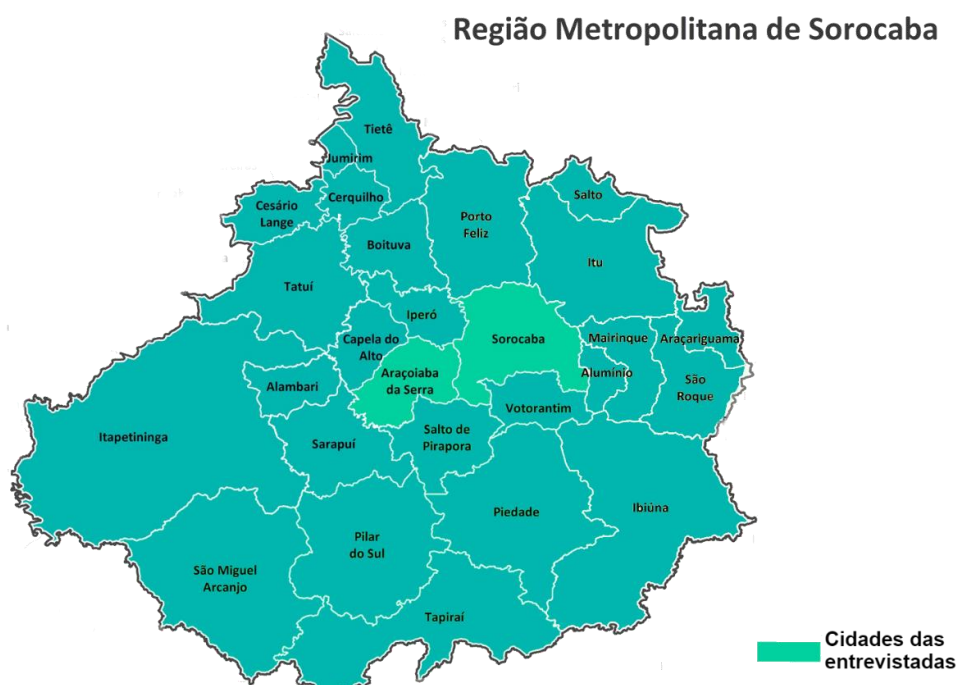
<sup>3</sup> Confederação Brasileira de Futebol. Em alusão aos manifestantes que protestavam em favor do impeachment da presidenta que utilizavam hegemonicamente camisetas da CBF ou outras roupas em verde e amarelo como sinal de patriotismo. As camisetas vermelhas são um símbolo do Partido dos Trabalhadores, muitas das pessoas que iam as ruas protestar contra o golpe vestiam vermelho.

<sup>4</sup> Coxinhas e mortadelas é uma analogia a divisão direita/esquerda e será melhor debatido no Capítulo 4: Perspectivas e desafios da esquerda contemporânea: olhares das mulheres militantes.

Embora resida e milite em Sorocaba, a sua história é marcada pelo processo de migração de sua família, que teve que largar a zona rural de uma pequena cidade do interior de São Paulo em razão da inviabilidade de manter a lavoura. Ao chegar em Sorocaba, Mônica e seu irmão mais velho, uma pessoa muito importante em sua vida política, começaram a participar da política por meio da Igreja Católica, com a Teologia da Libertação. Formada em Letras pela Universidade de Sorocaba (UNISO), inicialmente era filiada ao PT, mas se afastou deste após a Carta ao Povo Brasileiro do presidente Lula<sup>5</sup> - e começa a construção do PSOL na cidade. Nossa entrevista foi realizada no dia 28 de junho de 2016 teve a duração de 1h e 19 minutos, na subsede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), local de militância de Mônica, que exerce a profissão de professora de Português até hoje.

A seguir, o mapa da localização das cidades onde Maria Angélica e Mônica militam.

FIGURA 2- REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA



Mapa base: EMPLASA. Elaboração: Rodrigues, Thais.

<sup>5</sup>Em 2002 quando Luiz Inácio Lula da Silva ainda era candidato, seu partido lançou a Carta ao Povo Brasileiro como uma medida de suavizar a imagem do partido como radical de esquerda. Nessa carta, o caráter moderado do partido fica evidente, assim como a intenção de acalmar os latifundiários e empresários nacionais e ampliar sua base eleitoral.



Denise Maia foi a terceira entrevistada, é da cidade do Rio de Janeiro, o segundo maior município brasileiro, com uma população estimada de 6.320.446 habitantes (IBGE, 2010). Sua militância ocorre no Partido Comunista Revolucionário (PCR), oriundo de uma cisão do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1966, e que tem sua origem na região da Zona da Mata nordestina, de Alagoas à Paraíba (FILHO; SÁ, 1985).

Sua participação política se iniciou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), um movimento de dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), inicialmente no meio universitário (DI-GB) do Estado da Guanabara. Mais tarde, ele ganharia força e quadros conhecidos no período da Ditadura Militar. Fizeram parte desse movimento pessoas como Carlos Lamarca, Iara Iavelberg e Fernando Gabeira. Ele ganhou expressão enquanto organização a partir de setembro de 1969, quando:

[...] a DI teria o papel determinante na concepção e realização do sequestro do embaixador norte-americano, sendo auxiliada na execução da ação por quadros da ALN. Foi no curso desta ação que a DI adotaria o nome MR-8 com o objetivo de confundir e desmoralizar a repressão que anunciara semanas antes a destruição desta mesma organização. O nome, assumido para efeitos propagandísticos, permaneceria desde então. (FILHO; SÁ, 1985, p. 340).

No entanto, devido à forte repressão, com perseguição e assassinato de seus membros, a organização passou por algumas mudanças ideológicas ao longo dos anos, destacando-se:

Em 1971, o MR-8 passou a debater a necessidade de se manter ou não as ações armadas, gerando um racha na organização. O grupo remanescente definiu uma linha de autocrítica da fase anterior e lançou um projeto de reunificação dos comunistas brasileiros. No entanto, em 1976, o MR-8 aprovou uma resolução política que assumia novamente a defesa de um caminho insurrecional ao socialismo. Por volta de 1978, porém, o MR-8 promoveu nova reviravolta em sua linha política, dando cada vez mais peso às lutas democráticas. (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 44)

Nessas novas configurações, uma ala do MR-8 foi acolhida pelo PMDB a partir dos anos 1970. De uma organização voltada à luta armada, o MR-8 passaria a se juntar com um partido originalmente de centro-esquerda. Em 2011, ocorre uma cisão com o PMDB e é fundado o Partido Pátria Livre (PPL). É essa mudança de direcionamento político que faz com que Denise Maia saia do MR-8 e depois se junte ao PCR, partido que atualmente busca institucionalização formal junto ao Supremo Tribunal Federal

para se legalizar com o nome de Unidade Popular pelo Socialismo (UP).

Atualmente, Denise trabalha como jornalista no sindicato do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), local onde realizamos a entrevista no dia 22 julho de 2016 com duração de 46 minutos.

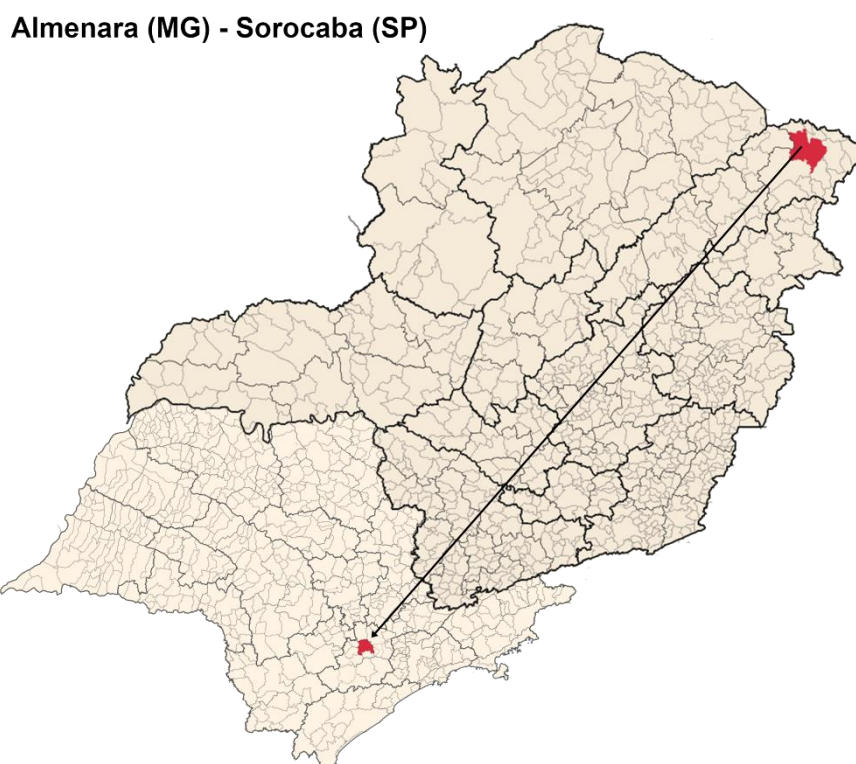
A penúltima pessoa entrevistada foi Elzita Rodrigues. O seu contato, diferentemente da forma como foi sucedido o das mulheres anteriores, não aconteceu via conhecidos do período do movimento estudantil, e sim em um dos Fóruns de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade realizados pela Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) da UFSCar no campus de Sorocaba. Lá, Zita – nome como é mais conhecida - participava junto com a ex-deputada Iara Bernardi e outras Promotoras Legais Populares da cidade.

O projeto das Promotoras Legais Populares (PLP) é uma experiência que surgiu de outros países latinos e que iniciou suas atividades no Brasil através da aproximação do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM - com ativistas feministas brasileiras da União de Mulheres de São Paulo e da Thêmis Assessoria. O objetivo do curso PLP é a capacitação legal de mulheres (OLIVEIRA, 2006).

A entrevista de duração de 1h e 16 minutos realizada em sua casa no dia 10 de setembro de 2016 também foi marcada por conversas sobre a conjuntura política atual. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1998, a sua história está mais associada em um primeiro momento à militância no movimento de moradia - e mais recentemente à luta pelos direitos das mulheres em sua atuação como Promotora Legal Popular.

Zita não é natural de Sorocaba, mas sim de uma cidade do interior de Minas Gerais, Almenara – município que em 2010 tinha 38.775 habitantes segundo o IBGE (2010). Sua migração se deu aos 15 anos quando ela foge de sua família e vai trabalhar e morar em São Paulo. A próxima figura (2) traz o mapa de fluxo que mostra a cidade natal de Elzita (Almenara – MG) e a cidade onde atualmente ela reside (Sorocaba – SP).

**FIGURA 3- MAPA DA MIGRAÇÃO DE ELZITA (ALMENARA - SOROCABA)**



Mapa base: Wikipédia. Elaboração: Rodrigues, Thais.

O bairro onde Zita mora em Sorocaba é fruto de sua militância no movimento de moradia. O Habiteto é uma das áreas periféricas mais conhecidas de Sorocaba, por sua grande concentração espacial de miséria. O local faz parte do programa de maior relevância desenvolvido pela prefeitura, o Projeto de Desfavelamento da Prefeitura Municipal, que é formalmente chamado de Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério (MEIRA, 2005).

É uma região afastada do centro, a aproximadamente 12 km de distância, com uma grande área vazia até o bairro mais próximo. O que não impede que várias mulheres de outros lugares procurem Zita para aconselhamento sobre como proceder em caso de estupro, separação, abandono do marido, etc. Coisas que a mineira de Almenara aprendeu em 2003 na primeira turma do curso de Promotoras Legais Populares de Sorocaba. O projeto PLP foi trazido para a cidade pelas ex-parlamentares Iara Bernardi e Tânia Bacelli e tem como objetivo central:

[...] capacitar mulheres em noções de Direito, no funcionamento do Estado, na organização das leis, na compreensão da construção social

da exclusão e discriminação das mulheres, a fim de que elas criem uma consciência de direitos a passem a lutar pela sua efetivação. O enfoque do curso é possibilitar que essas mulheres passem a ver os seus direitos pela perspectiva dos direitos humanos e em especial dos direitos humanos das mulheres. Divulgar os direitos das mulheres, de maneira multidisciplinar, com enfoque nas áreas jurídicas, da saúde, do serviço social, da sociologia, e empoderá-las. (OLIVEIRA, 2006. p. 13-15)

É com esse conhecimento que Zita ajuda, em caráter voluntário, mulheres nas horas vagas. Recentemente ela estava mais ativa no trabalho de campanha para vereadora, tendo como candidata a própria Iara Bernardi.

Maria Eduarda foi a última entrevistada e a única oriunda de uma indicação de outra mulher entrevistada. Foi Denise que deu a sugestão de entrevistá-la por achar que a experiência de uma pessoa de outro partido - e que já não participa mais de organizações partidárias - traria uma outra visão para a pesquisa. As duas trabalham juntas na ASCPDERJ (Associação dos Servidores do Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro). Concordando com a proposta de Denise, realizou-se a nossa primeira conversa no dia 02 de Março de 2017 com duração de 52 minutos.

Embora atualmente não esteja vinculada a nenhum partido, sua trajetória é marcada pela sua participação no Partido Democrático Trabalhista (PDT) no qual se filiou no final dos anos de 1970 quando ainda durante a Ditadura Civil-Militar é assinada a lei de Anistia que possibilitou o retorno de Leonel Brizola do exílio (MARCON, 2016). Inspirada pelas ideias do gaúcho e do partido que participava, Maria Eduarda ficaria no PDT até a morte do ex-governador do Rio de Janeiro. Sua saída é marcada pelas mudanças ideológicas que ocorreram dentro do partido. Em vários momentos de sua entrevista, ela deixa marcado que, dentre as possibilidades partidárias existentes, a única legenda que se aproxima dos antigos ideais do PDT e do que ela acredita é o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

A sua entrevista foi a única a ocorrer no ano de 2017 quando todo o processo de *impeachment*/golpe já estava estabelecido e já dava para analisar o projeto político de Michel Temer. Esse cenário diferenciado da conjuntura nacional em relação às outras mulheres desta pesquisa traz também diferentes elementos: parte de sua narrativa é sobre o descontentamento e as preocupações com as ações tanto do governo federal quanto do estadual. Assim como Mônica, o nome que aparece aqui é um pseudônimo escolhido pela própria militante para preservar sua identidade.

**Não se trata apenas de narrativa, é antes de tudo vida  
primária que respira, respira, respira.**

**Clarice Lispector**

## **Maria Angélica - o exército de Brancaléone**

Eu venho de uma família absolutamente tradicional, com conceitos morais e ideológicos bem de direita. Desde adolescente, eu já apresentava características diferenciadas dessa família, mas não tinha ainda, enquanto adolescente, conteúdo de esquerda que me desse condições de lastrear o que eu sentia, porque até então era só sentimento. Eu não concordava com muitas coisas, não compactuava com muitas formas de pensamento e, desde então, eu fui sendo a ovelha negra da família - e depois percebi que eu era branca e eles eram negros.

Meu pai é oficial de justiça - então tínhamos algumas orientações em casa, como por exemplo: nunca pare numa esquina para conversar com duas ou três pessoas; nunca fale de política; não fique em rodinhas conversando sobre política. Isso era uma lei dentro de casa. Mas naquele momento, eu compreendo que isso era o meu pai tentando me proteger, porque eram tempos bem difíceis aqueles. Eu nasci em 1961, e o golpe aconteceu em 1964. Quando eu era adolescente, a gente estava em 1975 - a parte mais pesada da Ditadura Militar.

Na escola e na rua, a gente ouvia falar sobre isso. A gente sabia o que estava acontecendo por bocas de Matilde - e eu sempre tive uma tendência que vinha lá de dentro, vinha da alma, sei lá de onde vinha, mas que me levava para esse lado mais de esquerda. Então, fui fazer faculdade. Minha primeira faculdade foi em História, na PUC de São Paulo, e lá de fato tive contato com a teoria da esquerda e acabei me achando mesmo.

Eu era uma das mais velhas da minha turma da faculdade, com 23 ou 24 anos - e quando entrei, já era casada e estava grávida da Débora, minha filha. Lembro que, quando entrei na PUC, busquei o centro acadêmico e comecei a me envolver. Mas, naquela época, a gente tinha uma inflação galopante. Foi na época em que você comprava um produto de manhã, e no outro dia ele estava 30% mais caro. Era uma coisa horrorosa. Houve um período em que os centros acadêmicos receberam um recurso, uma verba - todos os centros acadêmicos receberam. O nosso CA fez uma reunião para decidir o que iríamos fazer com o dinheiro. A primeira proposta era abrir uma conta e colocá-lo numa aplicação. Mas a maioria do grupo votou contra essa opção porque não queria compactuar com esse sistema nojento. E lembro que, na época, eu achei isso um absurdo, porque, ao final, dois meses depois, nós não tínhamos feito nada

com o dinheiro. Todos os centros acadêmicos pintaram suas sedes, compraram móveis, computador, e nós não conseguimos fazer nada, porque o dinheiro estava lá, parado em algum lugar, não sei onde, esperando alguém abrir uma conta. Eu achei aquilo muito burro e estúpido, e por isso me neguei a continuar fazendo parte do centro acadêmico.

Sempre tive preferência pelos partidos de esquerda - voto no Partido dos Trabalhadores desde quando ele se organizou enquanto partido, mas nunca fui filiada. Depois, eu me casei e tive filhos, saí de São Paulo, morei um ano em Fortaleza, no Ceará, me separei nesse meio tempo, e voltei para São Paulo. Fui morar em Araçoiaba da Serra, onde meus pais moravam. Eles se mudaram de São Paulo, capital, pra cá, e eu, na situação de separação, acabei voltando para dentro da casa deles.

Eu já estava em Araçoiaba há uns dois ou três anos - não sei precisar a data -, quando eu estava andando na rua e vi um jornal no chão. Pisei no jornal e vi uma manchete que dizia: “Partido dos Trabalhadores se organiza em Araçoiaba da Serra”. Peguei esse jornal do chão e pensei: quero saber onde estão essas pessoas, onde esse partido está se organizando. Anotei o endereço e fui atrás. Na ocasião, conheci a Mara Melo, que hoje é prefeita daqui da cidade. Na época, ela já era assessora do deputado Amilton Pereira e estava em Araçoiaba com a incumbência de organizar o Partido dos Trabalhadores na cidade. Naquele momento, ela e mais duas ou três pessoas estavam se organizando - e foi nesse momento em que eu cheguei. Não sei precisar a data, mas foi há uns 20 anos. Fomos nos organizando enquanto partido - e foi nessa ocasião que eu me filiei ao PT.

Mas eu só comecei a militar nessa linha de frente depois da minha separação. Até então, eu acompanhava o processo político, porque sempre tive muito interesse, mas não militava. Eu fui esposa, eu fui mãe. Depois que eu separei e me filiei, meus filhos já estavam mais crescidos – mas não eram grandes ainda. Eu já tinha uma situação diferenciada. Me casei de novo duas vezes e, quando entrei mesmo para política, eu já estava na minha terceira relação. Ela durou pouco tempo, acho que mais uns dois anos. Depois disso, não estabeleci mais nenhuma relação formal.

Eu tenho dois filhos, a Débora e o Tiago. Quando comecei a militância nessa linha de frente, a Débora já era adolescente - e ela também foi uma adolescente que, desde pequena, sempre teve um perfil muito semelhante ao meu. Então, desde pequena, ela sempre foi ligada à política - até porque ela viveu isso comigo. Eu usava os

brochezinhas - as estrelinhas do PT - e toda vez que ela via a estrela, ela apontava e dizia: “PT, mamãe”. Lembro que, quando ela tinha uns 2 ou 3 anos, era Copa do Mundo e desenharam no chão a bandeira do Brasil na rua onde a gente assistiria o jogo. E a bandeira do Brasil tinha estrelas, claro. Ela pisava em cima das estrelinhas e falava: “É o PT, mamãe, é o PT, mamãe”. Toda vez que ela via uma estrela, ela associava e era “o PT, mamãe”. A Débora viveu muito isso comigo. Quando eu me filiei ao partido, ela viveu isso junto comigo.

Já o Tiago era bem pequeno quando eu comecei a militar, tinha uns 11 anos. E foi exatamente na época em que ele foi morar com o pai, em Santos-SP. Então, ele não fez essa caminhada junto comigo, diferentemente da Débora. Ele morou muitos anos em Santos com o pai, que é muito coxinha. Ele é o coxinha que come mortadela e arrota coxinha, já que não tem uma situação econômica favorável. Ele não deveria, ideologicamente, por conta da sua condição financeira que está muito mais ligada aos partidos de esquerda, mas não teve essa consciência. E quando o Tiago voltou para minha casa, ele veio com toda essa bagagem - uma mentalidade muito direitosa. Somos aquilo que vivemos, somos resultado do nosso histórico de vida, não há como fugir disso. Mas na convivência comigo e com a irmã, ele tem aprendido algumas coisas. A gente sempre discutiu muito em casa, a gente sempre conversou muito, também brigou muito, e na troca das ideias, ele foi parando para pensar e adquirindo também um outro viés, outras referências de pensamento - e foi esquerdando. Hoje, ele chega a ter uns enfrentamentos com o pai por conta disso.

O Tiago gosta muito de voar. E o pai dele tem um paramotor. Ele gostou do esporte e foi fazer também. E eles tem um grupo no *whatsapp* - um grupo de voadores. Quando começou essa história toda de golpe no governo federal, alguém postou nesse grupo alguma coisa a favor do golpe. Nisso, ele incontinentemente respondeu: “este espaço não é político, este espaço é um espaço para aviadores, eu não gostei dessa postagem, eu não concordo com essa postagem e não acho que este seja um espaço de enfrentamento político, portanto, se isso continuar eu vou sair do grupo”. Acho que isso deu força às pessoas com a mesma convicção que ele que estavam no grupo a falarem que também não concordavam. Ou seja, ele causou dentro do grupo. Quando o pai viu aquilo, ligou para ele e falou:

-- Que papelão é esse que você está fazendo, o cara está desabafando, ninguém aguenta mais essa situação, está todo mundo insatisfeito”



E ele disse ao pai:

-- Todo mundo quem? Todo mundo que vive com você, porque quem vive aqui comigo está muito satisfeito. Está todo mundo super contente e, te digo mais, não vai ter golpe.

Eu estava na sala de casa e fiquei ouvindo a conversa dele com o pai. Foi uma lavada que ele deu no pai ao dizer que aquela era a posição dele, mas que não era a sua, nem a da sua mãe, nem a da sua irmã, nem das pessoas que frequentam a sua casa, então que todo mundo era esse? Foi enfrentamento muito legal, e eu fiquei só ouvindo. Pelo pouco tempo que ele está nessa caminhada junto comigo e com a Débora, ele comprou bem a nossa ideia e hoje tem até um conteúdo para sustentar aquilo que ele vai defender - o que é bem legal para quem tem tão pouco tempo de vivência nisso.

Depois que me filiei ao partido, comecei a participar desse movimento político dentro de Araçoiaba da Serra. Araçoiaba é uma cidade bastante tradicional, uma cidade que sempre foi conduzida por uma política de coronéis. Imagina começar a articular dentro da cidade um grupo com discurso de esquerda? Em 2004, concorremos à primeira eleição aqui em Araçoiaba, com a Mara como candidata a prefeita. Tivemos mil votos - um número expressivo para uma cidade que estava tendo contato com um discurso mais de esquerda naquele momento, pela primeira vez.

O movimento de Araçoiaba sempre foi muito ligado ao movimento de Sorocaba por conta dos Sindicato dos Metalúrgicos, do Sindicato dos Vestuários e do Sindicato dos Condutores, que eram da base do deputado Amilton Pereira, assessorado pela Mara, que era muito parceira da Iara Bernardi, na época já deputada federal. Então, os dois movimento sempre caminharam passo a passo, juntos.

Em 2008, a fomos novamente às eleições com a Mara como candidata. Tivemos o mesmo número de votos – em torno de 1000 votos. Se eu não me engano, na segunda eleição tivemos um problema com o vice, e os nossos votos foram anulados. De 2008 para 2012, a cidade estava numa situação em que todos já estavam descontentes com o coronelismo, com um prefeito que por duas gestões esteve ligado a um processo de corrupção. Foi então que, na eleição de 2012, tivemos quase 6 mil votos. Foi uma eleição de protesto, no qual o nome da Mara era o que despontava. Ela representava uma alternativa, e as pessoas, por uma questão de protesto, votaram nela e, em 2013, assumimos a administração da cidade.

Nesse período, tivemos uma militância ininterrupta - uma característica do PT. Enquanto os outros partidos montam sede e têm um espaço político somente no período da eleição, o PT não. O PT em Araçoiaba sempre teve a sua sede funcionando. Primeiro, ela funcionava na casa da Mara. Depois, a minha casa foi durante muitos anos a sede do partido. Isso porque a gente não tinha dinheiro para pagar aluguel de uma sede e por um bom período a sede do partido foi a minha sala. A Débora, minha filha, morou no Nordeste por um tempo - e por isso eu passei a minha sala para o quarto dela e a sala passou a ser a sede do PT. Logo depois, alugamos uma casinha que ficava nos fundos da casa onde eu morava. Era um aluguel baratinho, e conseguíamos manter essa sede. Ininterruptamente, o partido sempre teve sede aqui e sempre atuou politicamente. Por exemplo, no dia da mulher, a gente fazia um movimento dentro da cidade. No aniversário da cidade, a gente sempre fazia um movimento petista dentro da cidade. Trouxemos para Araçoiaba da Serra algumas figuras importantes como o Eduardo Suplicy, e fizemos café da manhã na praça para o Aluizio Mercadante. Convidamos as pessoas e conseguimos doações do Banco de Alimentos para fazer um big café da manhã com o Aluizio Mercadante, que tomou café com a população. A Iara Bernardi e o Amilton Pereira sempre estiveram com a gente, sempre muito atuantes, sempre muito parceiros. Então foi assim, uma militância ininterrupta, que aconteceu durante 12 anos seguidos. E a minha ação nisso sempre foi na linha de frente, junto à Mara.

Éramos um grupo pequeno. Dizíamos que nós éramos o exército de Brancaleone em analogia à um filme francês que retrata a idade média, e que conta a história de um grupo de pessoas que se juntam e resolvem invadir uma grande cidade. Um é manco, o outro tem um tapa-olho, eles são todos pobres e maltrapilhos. E a gente sempre se intitulava como o exército de Brancaleone porque éramos um grupo pequeno, mas um grupo pequeno que conseguiu muita coisa dentro desse processo político. Eu sempre estive nessa linha de frente dentro do município junto com Sorocaba. Até que chegamos à administração. Hoje eu sou secretária adjunta de educação no município.

E mais do que eleger uma mulher, o município elegeu uma mulher homossexual. O município que até 3 anos antes era um município de cabrestos, um município de coronéis. Foi muito interessante. É um município ainda hoje preconceituoso, mas que elegeu uma mulher homossexual. Era até um tema para se estudar - o que acontece aí. Onde essas relações se flexibilizam, com qual intenção? Esse grupo conservador flexibiliza, abre um pouco mão de seus preconceitos e deixa isso acontecer. Por quê? E

hoje nós temos uma linha de frente de oposição muito grande, mas a oposição não usa a questão da homossexualidade como um item prioritário de ataque. O que existe são algumas algumas situações pontuais, de uma minoria baixa e sem escrúpulos, que coloca fotos no facebook de baixo bom gosto, de muita falta de educação. Mas não vejo, ou ainda não aconteceu dentro deste processo político de hoje, o uso da questão da homossexualidade como um elemento pejorativo ou que a desmereça. Eu acredito que quando chegar mais próximo do resultado da eleição, quando os ânimos estiverem mais acirrados nessa linha de frente, esse pode ser um elemento que venha à tona. Principalmente se essa oposição perceber que eles estão atrás. Cidade pequena tem uma relação muito visceral com a política, muito fígado. Então, se eles precisarem jogar seu nome na lama, se eles precisarem inventar um factóide, se eles precisarem fazer uma coisa muito feia para poder quebrar suas pernas, eles não vão pensar duas vezes.

Na última eleição, inclusive, teve um evento muito traumático. Eu morava num lugar no centro da cidade que eram duas casas, uma embaixo e outra em cima. Eu morava na casa de cima e a Mara morava na casa de baixo. Hoje, essa casa é sede do PT. Teve uma noite em que eles jogaram um coquetel *molotov*, um na minha casa e um na casa da Mara. O artefato entrou pela janela da casa da Mara, e estourou na sala dela destruindo sofá, televisão, quebrando todo o vidro. A Mara não estava em casa. A Débora estava na minha casa, sozinha, no dia em que isso aconteceu. Já era moça, mas levou um susto muito grande. A minha sorte foi que, como era preciso subir um lance de escadas e, havia algumas árvores no caminho, o coquetel *molotov* bateu nelas e não entrou na minha casa, caiu na escada. Mas na hora que começou a estourar, a Débora entrou em desespero. Foi um susto enorme, foi terrível. Cidade do interior tem isso. Tem essa coisa da política muito forte.

Hoje, a nossa administração é formada majoritariamente por mulheres. A maior parte das secretarias são mulheres. A secretária de educação é uma mulher, a secretária adjunta de educação – que sou eu, sou mulher. A secretária de saúde é mulher, a secretária de planejamento é uma mulher, a secretária da assistência social é mulher, a secretária de finanças é mulher.

Porém, na linha de frente da política, as coisas não são assim. Enfrentamos algumas dificuldades e tivemos que batalhar para cumprir os 30% de mulheres das cotas. Porque essas mulheres da secretaria são lideranças com bastante capacidade, com bastante caminhada, são mulheres fortes, mas que não querem atuar na linha de frente

da política. Eu, por exemplo, não tenho nenhum interesse em ser candidata a vereadora. Eu acho que meu potencial genético não está aí, o meu compromisso é com a educação. Então vou atuar e vou trabalhar bem, vou ter a vontade de luta dentro desse meio que eu conheço. Trabalho, trabalhei, tenho vontade e desejo de ser sujeito da transformação. Prefiro atuar na política dos bastidores. Porque mesmo estando dentro da educação, eu não deixo em momento algum de atuar politicamente na medida em que defendo uma postura política de educação. Defendo uma educação que é progressista, defendo uma educação da transformação, baseada em valores muito ligados ao partido que eu pertença. A minha atuação política é nessa área e não na linha de frente partidária, e prefiro ficar nessa posição. Então, para se conseguir candidatas a vereadora, não foi tão fácil chegar a esses 30%, mesmo que a gente tenha essa situação de majoritariedade das mulheres nos cargos administrativos.

Para atuar na linha de frente é preciso ter o perfil da política partidária. Esse perfil reúne algumas características que são necessárias para que se cresça nessa área. É preciso ter potencialidade para isso. Não adianta só desejo se você não vai para a rua, não está no movimento social - trata-se de um perfil mais da fala, da linha da frente, do enfrentamento. E você acaba tendo problemas dentro da política partidária, ainda mais se você pretende estar ligada ao Partido dos Trabalhadores, um partido de esquerda.

Essa administração teve uma característica de trazer de fato ações de mudança, e isso gerou muita polêmica. Porque por mais que o grupo político que assumiu o poder administrativo na cidade, o poder político, venha na defesa de ações progressistas, a estrutura vigente não é progressista. Há uma estrutura educacional fixa de concursados que não é progressista. Há uma estrutura na saúde que também não é. Quando se chega com uma proposta diferenciada, a primeira coisa que se encontra na frente é um paredão. Isso aconteceu dentro da educação, dentro da saúde, dentro de todos os segmentos. Nós tivemos que passar por situações bastante complicadas no enfrentamento dessa estrutura que já estava lá. A gente, pelo menos dentro da área da educação, caminhou muito bem nesse sentido. Como eu disse, eu sou secretária adjunta de educação, eu não sou a secretária de educação. Quem é a Secretária de Educação? É alguém que veio da rede. Na época da eleição, a gente achou que seria politicamente correto tirar um nome da rede de ensino, um nome que as pessoas respeitassem como secretária de educação. Fizemos um levantamento através de enquetes de que nome seria esse. E dentre esses nomes, o mais cotado foi o da que é hoje nossa secretária.

Então, nosso grupo fez o convite para essa mulher. Ela se sentiu lisonjeada e aceitou. Mas quem é essa professora? A nossa Secretária de Educação é uma educadora nascida em Araçoiaba da Serra, que viveu todo o processo evolutivo da educação de Araçoiaba da Serra, que foi sempre uma educadora defensora da tradição. Quando ela assume, qual a política que ela põe em prática? A tradicional que sempre recebeu.

O primeiro ano foi muito difícil, porque ela nunca teve nenhuma vivência dentro de qualquer segmento mais de esquerda, dentro de nenhuma ação político-partidária. Ela veio para dentro da educação com toda a convicção de educação que ela defendia. E qual foi o papel da Angélica como secretária adjunta? O papel político. No primeiro ano de administração, ninguém sabia onde estava botando o pé, ninguém sabia onde estava pisando, nem a Mara. Tínhamos que conhecer essa engrenagem, essa máquina. E nesse meio tempo, a Secretária de Educação assumiu. Ela é uma mulher muito forte, muito inteligente, muito capaz, com convicções muito definidas. No primeiro ano, ela foi para cima com toda sua convicção. A maior complicação desse primeiro ano foi o paredão que ela foi construindo para me isolar, um paredão feito não porque ela queria que eu não tivesse incidência - era um paredão inconsciente. Ela começou a fazer aquilo que ela achava que era bom. E na caminhada, tanto a secretária de educação quanto a rede foram percebendo que existia uma polaridade entre o progressista e o tradicional. Tudo demonstrava que cairíamos num enfrentamento de forças. Mas isso não aconteceu, muito pelo contrário.

Aconteceu uma coisa muito legal dentro da educação. Nessa caminhada, a Secretária de Educação tem uma qualidade - e que eu também tenho. Em nenhum momento estávamos preocupadas em disputar o poder. Eu não queria o poder, eu não queria ser a secretária de educação. Foi então que começamos um movimento muito interessante: um confronto de ideias.

Vou voltar um pouquinho atrás. Neste primeiro ano, um ano muito conflituoso, eu pedia para a prefeita me legitimar, mas a Mara não conseguiu fazer isso, até porque ela não conhece muito o processo da educação. Eu dizia para ela que nós estávamos pondo em prática uma educação do PSDB! Eu não passei 12 anos da minha vida militando politicamente para legitimar hoje a educação do PSDB e - e era isso que eu estava fazendo. Eu não queria ficar sentada atrás de uma mesa ganhando um salário e vendo as coisas acontecerem - eu não estava lá para isso. Eu tinha uma proposta, o PT tem um plano de governo, uma proposta para educação. A Mara até me ouvia, mas ela

não conseguiu me dar sustentação nisso no primeiro ano. Quando chegamos ao final de 2013, chegamos a uma situação insustentável. Eu não aceitava mais continuar, não queria mais estar ali. E tomei uma atitude. Na época, o Estado abriu concurso para professores e eu prestei para a área de atendimento educacional especializado, e passei em 10º lugar. Peguei o meu concurso, sentei lá no gabinete e falei:

-- Estou indo embora. Não defendo o que está acontecendo na educação, não cheguei até aqui para isso. Não vou ajudar na construção desse perfil de educação, tá? Nada contra a Secretária de Educação, nada contra a pessoa dela. Ela é ótima. Ela está fazendo o melhor que ela pode dentro do que ela acredita, mas não foi ela que ganhou a eleição, fomos nós. E eu não vou mais continuar com essa educação tradicional.

Na hora, a Mara virou e falou assim:

-- Eu não entendo nada dessa coisa de educação tradicional e educação progressista, o que é uma coisa e o que é a outra, eu não sei o que é isso.

Nesse mesmo período, ela tinha pedido para todas as pastas fazerem um planejamento de ação para 2014. Eu questionei, dizendo que o planejamento mudaria de acordo com o tipo de educação que iríamos defender. No cenário de educação progressista, o planejamento é um. No cenário de uma educação tradicional, é outro. Primeiro, era preciso definir que educação queríamos, para depois construirmos o planejamento.

Mara continuou falando que não entendia as diferenças dos modelos de educação, e eu propus trazer, no lugar do planejamento, um conteúdo explicando o que era uma coisa e o que era outra. E completei:

-- Vou fazer um levantamento histórico para você, dizendo o que é uma educação tradicional e o que ela representa, e o que é uma educação progressista e o que ela representa. Só que eu quero apresentar para você e para todo mundo, para a equipe que está acompanhando os planejamentos, e eu quero a Secretária de Educação junto.

-- Tá bom, então tá, fechado.

Acho que Deus me iluminou depois, porque eu fiz todo um conteúdo, fiz uma aula falando de educação, de história da educação. Dizendo o que é uma coisa e o que é outra. Fui lá no dia, todo mundo sentando, inclusive a Secretária de Educação, liguei o *power point* e comecei. Eu fiquei uma hora e meia falando. Apresentei vídeo, slides,

fundamentação. Fiz um conteúdo que eu tenho até hoje guardado, porque quando eu terminei, eu falava para mim mesma: “Angélica, eu te amo”. Agradei as energias positivas porque ficou muito bom mesmo. Foi muito legal, porque conforme eu fui apresentando, a Mara foi me legitimando.

A Secretária de Educação entrou calada e saiu calada. Mas muito legal, porque um pouquinho antes disso acontecer a gente tinha que definir se a secretaria de educação trabalharia dentro do processo de alfabetização de crianças de 1º, 2º e 3º ano, numa coisa que a gente chama de hipótese de escrita. Hipótese de escrita é um método usado dentro da visão progressista de educação. E nós estávamos nesse confronto: vamos trabalhar com a hipótese de escrita ou não? No dia seguinte ao que fiz essa apresentação, a Secretária de Educação entrou na sala e uma moça que estava comigo e que defendia a educação progressista foi ao encontro dela e falou:

-- Nós precisamos definir: vamos trabalhar a hipótese de escrita ou não?

A Secretária de Educação olhou para ela, pôs a mão em seu ombro, e falou :

-- Nós vamos trabalhar com hipótese de escrita. Ó, eu entendi, tá?

Depois daquele dia, o paredão desapareceu, ela retirou o paredão. A Secretária de Educação ouviu um conteúdo que ela nunca tinha ouvido. Ela teve uma referência que ela nunca tinha tido. E no momento em que ela teve condição de ouvir tudo aquilo, ela ficou mais flexível. A partir daquele dia, eu passei a respeitá-la e a gente começou a conseguir trabalhar mais juntas - mas sempre dentro de um enfrentamento de ideias.

O engraçado disso tudo é que muitas vezes nós nos confrontamos. Mas era um confronto de ideias. E foi muito legal, porque nós nunca brigamos. Eu nunca sequer discuti com a Secretária de Educação. A gente já fez defesas ferrenhas da ideia dela e da minha ideia, no coletivo. Mas eu nunca briguei com ela, eu nunca me aborreci no sentido de eu ter que me aborrecer ideologicamente, de passar por alguma situação em que ela tenha me desrespeitado ou que eu a tenha desrespeitado. Nem um dia. Quando a gente precisou viver esse confronto, dividimos as coisas em metade-metade, nem pra você e nem pra mim, o caminho do meio é esse, e nós vamos por ele.

E essa política de diálogo tem sido a do PT. Imaginem se a Angélica chega como secretária de educação para essa rede que é tradicional e impõe um projeto progressista goela abaixo? Sabe o que iríamos conseguir? Inimigos. Sabe o que eu iria

conseguir? Que eles pedissem a minha cabeça. Possivelmente, eles me tirariam de lá. E quem teria vencido? Mas na medida em que isso não aconteceu, que a gente foi caminhando e devagarzinho a gente foi no convencimento – olha, nós temos isso e isso, o que você prefere? Escolhe. Eu sempre fui muito para a base, estou sempre dentro das escolas, nos HTPC<sup>6</sup>, e este conteúdo que eu apresentei para a Mara, apresentei depois para toda equipe gestora, para todos os diretores, todos os coordenadores e depois apresentei para todas as escolas. E foi neste momento que eu descobri que diferentemente do que nós achávamos, Araçoiaba não tinha uma rede absolutamente tradicional. Descobri que nós tínhamos professores progressistas que estavam calados e acuados. Quem era tradicional era uma elite que estava dentro dessa rede de professores dinossauros e que imputava esse movimento. Mas quando demos voz para esses professores, que conseguiram compreender que a educação necessitava desse caminho mais progressista, eles começaram a nos legitimar. Começaram a entender qual era o papel da Angélica dentro dessa secretaria de educação. Começou a se estabelecer um enfrentamento dentro das escolas, da ideia progressista e da ideia tradicional, só que a gente não permitiu o confronto. Ele não aconteceu na secretaria de educação e também não aconteceu nas escolas. Mas o diálogo foi acontecendo. As pessoas mais progressistas foram convencendo as mais tradicionais de que era possível: “se permita fazer, vamos tentar”. Se errar, não tem problema. Professor tem medo de errar. Portanto, fomos lá para a base falando para esse professor de primeiro a quinto ano, bem tradicional, aquele que dá a mesma aula há 15 anos. “Professora, tenta. Se você errar, não tem problema. Olha, eu estou dizendo, eu sou a secretaria de educação, estou te dizendo que se acontecerem erros, a gente conserta na caminhada, mas vamos tentar, se permita”. E assim a coisa foi acontecendo.

Hoje, na possibilidade de um segundo mandato, eu posso entrar na educação e falar: gente, nós vamos agir de forma progressista. Sabe por quê? Porque essa rede vem comigo. Se eu tivesse chegado na forma como o PSol defende, e como o PT já defendeu... Reforma Agrária! Goela abaixo? Não vai acontecer. Educação Progressista! Construtivismo! Goela abaixo? Não vai acontecer. Da forma como nós fizemos, está acontecendo, e a tendência é que aconteça cada vez mais, porque isso é um processo.

---

<sup>6</sup> Hora de trabalho pedagógico coletivo, atualmente Aula de trabalho pedagógico coletivo (ATPC) é um período estabelecido em escolas públicas municipais e estaduais que objetiva reunir professores e coordenadores para desenvolver atividades como formação continuada, planejamento de atividades, reflexões coletivas sobre o funcionamento da unidade escolar, etc. (GARCIA, 2011)



Tudo isso eu aprendi na caminhada da ação. Porque muitas vezes tive aquele momento de “não, não posso compactuar com isso, não posso, isso não está certo”. Mas eu sempre respirei e decidi continuar. Hoje, eu faço essa leitura, de que eu não poderia ter feito coisa melhor. Hoje eu tenho certeza de que fiz parte da introdução de um movimento que vai reverberar em um processo positivo. E ele não tem mais volta, porque esses professores que já se convenceram e não vão voltar a pensar do outro jeito. A Secretária de Educação não vai mais pensar do jeito que ela pensava antes. Porque ela já vivenciou, já olhou, já adquiriu conteúdo que mostrou para ela que o caminho não era aquele.

Nós tiramos um pouco do peso do discurso, porque a governabilidade implica a junção de pessoas, e essas pessoas que se juntam dentro de uma cidade tradicional vêm com um perfil tradicional. Chocá-las significa afastá-las - e a gente precisa delas para ganhar a eleição.

Eu fico ouvindo a Luciana Genro falar e eu babo na fala dela porque é o que a gente quer, é o que a gente defende. Mas ela vai ganhar a eleição? Não vai. É processual. A gente vive um processo que é muito interessante. Vendemos a alma para o diabo, o diabo está cobrando a fatura, a fatura é a alma, é a essência, só que nós tivemos tempo de mostrar essa essência. A gente teve tempo de divulgar essa essência, de mostrar que existe uma essência diferenciada e pessoas compraram isso - e adquiriram essa essência. Hoje estamos numa correlação de força que é visível. Nós estamos num movimento maniqueísta. Se atravessarmos o processo, significa comprometer a própria democracia. É uma ditadura de esquerda o que se quer? Eu não quero uma ditadura de esquerda. Eu não quero ditadura nenhuma. Nem de esquerda e nem de direita. Eu não quero uma ditadura, eu quero um processo democrático, e sem golpe. Da correlação de forças.

Então, a estrutura é essa, ela não é outra. Tem até uma frase muito conhecida do Lula de um tempo atrás, quando o PT começou a fazer coligações e teve que coligar com Fernando Collor de Melo e com Paulo Maluf. O que o Lula falou? Se Deus hoje descer na Terra e quiser entrar para um partido político, ele vai ter que coligar com o capeta porque ele não tem outra opção. Essa é uma frase do Lula. Não sei se ele falou exatamente assim, deve ter falado de outra forma. Porque essa é a regra. E algumas coisas que são caras se perdem ideologicamente.

O PT era um partido de intelectuais e de um grupo de pessoas em situação de pobreza. Era uma base que vinha agregada a uma elite intelectual, que trazia a questão ideológica. E essa base foi se apoderando desse conteúdo, desses conceitos, dessas ideias. O PT sempre trabalhou muito na formação da base para a formação política. E essa base foi se politizando. Hoje, quando se enche 14 quarteirões da paulista com pessoas, avermelhando aquela rua, são com pessoas basicamente da classe da classe C e D. E tirando meia dúzia de gato pingado que não sabia o que estava fazendo - e os malditos dos jornalistas conseguem caçar esse povo e filmar o cara falando “ganhei 30 reais e um sanduíche para vir”. Mas a grande maioria que estava presente sabia o que estava fazendo ali. Este período que a gente viveu serviu como tempo de formação dessas pessoas. Só que agora a gente vai ter que pagar o preço disso.

Outra coisa é se essa história despertou algum gigante. A militância petista estava morna, com baixa autoestima, confusa e perdida. Sabe o que essa direita fez? Foi acordar o gigante que estava adormecido mesmo. Eu digo por mim, eu estava descorçoada, pensando que o PT tinha se perdido. Nem eu nem ninguém conseguia enxergar uma luz no fundo túnel para se buscar de voltar. Mas agora, eles nos deram de bandeja.

Vai chegar o momento em que nós vamos ter que falar: coxinhas, obrigada. Vamos ter que reconhecer que nós devemos isso a eles. Porque agora, vejo por Sorocaba, o movimento está unido, conciso. Todo mundo dentro de uma rede de *whatsapp* com o discurso igual. Todo mundo indo para as frentes. Obrigada coxinha, você me mostrou que eu sou petista, que eu sou de esquerda, que é isso que eu quero para o meu país e que eu não vou ficar com mimimi por causa de coisa idiota.

E mesmo esse movimento da Paulista, o primeiro do dia 13, dos coxinhas. Quem será que sairia de novo na rua daquela população sabendo que quem vai assumir se chama Eduardo Cunha, Aécio Neves e Michel Temer? Porque muitos - a grande maioria, eu diria - daquele público estava lá porque não aguenta mais a corrupção. E estava reivindicando, mostrando a sua raiva e seu repúdio sobre a questão da corrupção, que por uma questão midiática está o tempo todo sendo ligada ao Lula e ao PT. Mas quem será que sairia para a rua hoje? Dizem que em Brasília estão fazendo um muro. Eu quero medir essa quantidade. Eu quero ver quantos CBFs vão em comparação a quantos de nós irão. Porque os CBFs vão querer derrubar a Dilma, agora, quantos lá querem derrubar a Dilma independentemente de quem virá depois, mesmo que quem

assuma tenha um processo de corrupção muito mais pesado e contundente?

Se tivesse que ter um golpe de Estado, já teria. Se acontecer este impeachment, esse país vai ficar ingovernável - e se não acontecer, esse país também ficará ingovernável. Nós vamos viver até 2018 dentro de uma situação de ingovernabilidade. Mas não acredito na ação militar, na solução militarizada deste momento histórico.

O calcanhar de Aquiles do Partido dos Trabalhadores hoje é ter passado um período muito grande sem investir em novas pessoas, em novos potenciais, não correu atrás de novas lideranças. Esse foi um dos erros que o PT cometeu.

As mulheres têm muitas potencialidades, mas por conta de seu histórico, do processo histórico feminino, poucas acabam tendo a oportunidade de fazer esse potencial se desenvolver. Acho que os homens são mais preparados para isso, dentro da cultura da mulher e do homem. A mulher acaba ficando em desvantagem porque tem menos estímulos. Hoje, a gente vive um período de ascensão, as mulheres estão conquistando seu espaço, e acho que já conquistaram muito e vão conquistar ainda mais dentro da política também. A política sempre foi um espaço muito machista, muito mais que os outros espaços, que também são machistas, e isso acaba dificultando. A mulher tem a questão da maternidade também. Uma discussão interessante que a gente estava fazendo um dia desses é que todas as mulheres que estão nessa linha de frente do partidos ou estão solteiras ou estão separadas. Foi uma conversa bem empírica, mas a gente começou a pensar: fulana, ciclana, beltrana, todas elas que estão nessa linha de frente, pouquíssimas ainda tem uma estrutura de família, de marido e filhos. A grande maioria não mantém ou não conseguiu manter essa estrutura. Isso acaba dificultando um pouco mais também, porque aquela mulher que tem filhos, que tem casa, que tem marido, ela acaba ficando mais dividida, e tem pouco tempo para política. E a política partidária exige uma efetividade maior, exige um tempo maior.

Eu não saberia dizer se sou feminista. Eu defendo políticas de respeito e resgate à mulher. Isso me faz feminista? Então eu sou feminista. Porque eu nunca permiti que as condições sociais me subjugassem em função de eu ser mulher. Nunca deixei de fazer uso dos meus direitos e deveres. Eu nunca me deixei subjugar. Nem por pai, nem por marido, nem pela sociedade. Eu nunca permiti que fizessem isso comigo. E eu acho que até paguei um preço caro por isso. Teria sido muito fácil a caminhada se eu tivesse abaixado a cabeça em alguns momentos. Se eu tivesse sido complacente com algumas

coisas em alguns momentos. Mas eu nunca fiz isso. Nunca permiti que a minha condição de mulher me deixasse vulnerável ou me permitisse menos direitos. Nunca! Nunca! Isso me faz ser feminista? Então eu acho que eu sou. Mas não iria para uma praça pública queimar sutiã. Porque eu sou mulher, eu tenho peitos e eu preciso de sutiã. Não entraria numa discussão de desconstrução da condição do feminino e do masculino porque eu respeito a condição do masculino da mesma forma que respeito a condição do feminino. Nunca entraria naquela regra que, para eu ser bom, o masculino vai ter que ser ruim. Não sei. Feminista é aquela que desconstrói o masculino? Porque se é, eu não sou.

Acredito que quando o feminismo começou enquanto movimento, ele era mais radical porque precisava ser. Eu acho que ele veio com um conteúdo e com uma necessidade muito forte dessas mulheres de fazer esse enfrentamento. Mas hoje já dá para ter um discurso mais maleável sem ser submisso.

## **Mônica – romper com um filho**

Meu nome é Mônica e tenho 44 anos. Minha origem não é Sorocaba - eu sou de uma família de pequenos agricultores do interior do Estado de São Paulo, de uma cidade próxima ao Paraná. O meu pai era agricultor e em 1979 perdeu toda a sua lavoura numa geadada. Como sempre, os pequenos agricultores nunca tiveram recursos no Brasil e meu pai ficou endividado. Para pagar o banco, portanto, ele precisou vender seu sítio. Como ele tinha uma irmã que morava em Sorocaba, se mudou para a cidade em busca de novas oportunidades. Quando chegamos a Sorocaba, eu tinha 11 ou 12 anos. Isso foi em 1982, em meio a uma crise econômica enorme e a um desemprego igualmente enorme. Ele arranhou um emprego em Sorocaba e nós ficamos na cidade por seis meses. Depois, ele trouxe a família sem absolutamente nada - morávamos todos de aluguel.

Foi o êxodo rural mesmo, mas precisávamos sair de lá. Para complicar, quando chegamos em Sorocaba, meu pai ficou desempregado novamente. Pagávamos aluguel, não tínhamos como sobreviver. Foi então que o meu pai e o meu irmão mais velho foram vender limão na rua para poder pagar as contas. Minha mãe foi trabalhar de empregada doméstica e eu, com 12 anos, fiquei responsável por cuidar da minha irmã – que é deficiente- , e do meu irmãozinho menor. Eu ficava cuidando da casa e depois, aos 14 anos, comecei a trabalhar. Com 13 anos eu já chorava para arrumar um emprego, porque a situação em casa demandava que eu trabalhasse. Mas não consegui nada pela questão da carteira profissional. Quando fiz 14 anos, comecei a trabalhar. Isso possibilitou que a minha mãe parasse de trabalhar. Durante todo o período do Ensino Médio, trabalhei.

Embora Sorocaba seja conhecida como uma cidade que já foi tropeira, nessa época, na década de 1980/90 ela era fortemente têxtil. Eu fui costureira. Entrei na confecção trabalhando com serviços gerais e depois passei à função de costureira - e permaneci nela por uns 6 ou 7 anos. Quando saí da costura, já estava no Ensino Médio e fui trabalhar como auxiliar de escritório. Depois disso, me formei e me tornei professora.

Mas havia uma mudança muito grande. A gente saiu de um sítio de uma cidade pequena, veio para uma cidade grande e precisava entender tudo isso que estava acontecendo. Eu tive que entender o que estava acontecendo com a minha família num processo da minha adolescência. A forma de socializar em Sorocaba é através da igreja

- e fomos participar da Igreja Católica. Nessa fase, a teologia da libertação estava muito intensa. Tratava-se de processo de redemocratização da igreja - a teologia da libertação fazendo um estudo cristão para entender os problemas da vida. Esse foi o meu primeiro contato com o pensamento marxista, com a esquerda - tudo para entender o que estava acontecendo com a minha família.

O meu irmão mais velho e eu participamos do comício dos 100 mil no processo de redemocratização. Junto à teologia da libertação, eu comecei a me engajar para entender esse processo. Em 1986, por exemplo, houve uma luta dos grêmios livres para circunscrevê-los na constituição - foi aí que eu comecei a participar do movimento estudantil. Tudo isso juntamente ao meu irmão, que era 3 anos mais velho que eu. Tínhamos uma amizade forte porque não tínhamos relações sociais em Sorocaba, não havia mais ninguém. Meu pai tinha uma irmã, mas os filhos dela eram muitos mais velhos. Então, as nossas gerações não estavam conectadas - o que fez com que eu me aproximasse ainda mais do meu irmão. Eu tenho uma outra irmã que é a mais velha, mas quando a gente veio para Sorocaba, ela já namorava. Primeiro, ela manteve o namorado lá e depois ele veio para cá, então tínhamos uma relação mais distante.

Eu só fui entender o processo de redemocratização na passeata dos 100 mil na Sé, naquele comício histórico em 1984. Eu e meu irmão fomos com um grupo de jovens da igreja, mas eu não sabia o que estava acontecendo, não tinha noção do que era a ditadura, só depois fui entender. Naquele momento era uma passeata, uma manifestação importante para a questão das Diretas Já.

O Cássio, que é o meu irmão, alguns anos depois entrou numa metalúrgica, e eu continuei a participar do movimento estudantil. Em 1989, é criado o segundo grêmio livre de Sorocaba e eu fui a presidente na escola João Clímaco. Ainda assim, toda a minha atividade participativa de militância começou dentro da igreja na teologia da libertação. Foi depois dela que fui, paralelamente, participando do movimento estudantil.

Eu precisava entender o que estava acontecendo - não era possível culpar o meu pai por aquilo. Eu precisava entender as engrenagens que nos levaram àquela situação em que nos encontrávamos - a de ter que sair do nosso local rumo à uma cidade grande, totalmente desconhecida. E dar conta disso sem casa própria, sem dinheiro, sem trabalho.

Eu posso dizer uma coisa com muita tranquilidade: acho que quando minha família chegou em Sorocaba, existiam duas possibilidades: ou entender ou se adequar. Numa situação daquela, qual seria a adequação? Entrar no sistema. De que forma entrar no sistema? Talvez conseguir sobreviver de outras formas, por meio das drogas ou da prostituição - era preciso sobreviver de alguma forma. Diante de uma situação tão precária, tão difícil, o fato de ter a teologia da libertação dentro da igreja foi fundamental. O que as pessoas procuram na igreja? As pessoas procuram na igreja um ponto de sustentação para a vida. O fato de a teologia da libertação me apresentar um Cristo preocupado com as questões sociais, um Jesus que não era um Jesus de falar amém, mas sim de vamos lá, vamos entender isso, é que possibilitou essa veia da militância. Se eu não tivesse encontrado isso, ou se não tivesse ido até a igreja, se não tivesse encontrado a teologia da libertação, talvez eu tivesse me tornado traficante - porque você fica sem perspectiva. O que é hoje a nossa juventude? Ela olha para vida e não tem perspectiva. “Eu não vou conseguir sobreviver, esse mundo é muito cruel, não dá, então vou fazer o que é mais fácil”, é esse o sentimento. Sem conseguir arrumar um emprego, fará o que é possível naquela determinada situação para garantir sua sobrevivência.

Em 1989, me filiei ao Partido dos Trabalhadores -, o meu irmão se filiou primeiro e eu logo depois. Lá, começamos a ter uma participação política mais ativa. Participamos da primeira campanha do Lula - que se tivesse sido eleito naquele momento, a história do Brasil seria outra. É muito diferente a não-eleição do Lula em 1989 e a eleição do Lula em 2002. O Partido dos Trabalhadores passou por uma degeneração enorme nesse processo.

Eu continuei participando do movimento estudantil. Saindo do Ensino Médio, entrei na universidade para fazer História em Assis, na UNESP. Meu pai, porém, não conseguiu me manter em Assis. Tive de retornar e fazer algo que tornasse aquilo possível. É assim com os pobres no Brasil. Se faz o que é possível, não é mesmo? Então, por mais que eu quisesse ter cursado uma universidade pública, não era possível. Voltei à Sorocaba e iniciei o curso de Letras na cidade, na Uniso. Nesse momento, entre 1992 e 1993, me afastei um pouco da militância e comecei a dar aulas.

Na década de 1990, eu tive que dar conta da minha vida profissional trabalhando fora de Sorocaba. Participava de uma ou outra coisa em termos de militância, mas não com tanta intensidade. A sobrevivência estava em primeiro lugar. Durante essa década,

eu ajudei meu pai a construir uma casa. Ele conseguiu comprar um terreno na zona norte da cidade, um terreno 5x25 metros. Em 1998, eu me casei. Era um relacionamento já longo que eu tinha desde 1993. Assim que terminei a casa do meu pai, me casei, passei num concurso público e, ao assumir o cargo, consegui voltar para Sorocaba e trabalhar lá.

A Faculdade foi um outro processo extremamente difícil. Quando entrei no curso, passei todo o primeiro ano sem pagar. Nesse mesmo momento, estava em pauta um questionamento do Centro Acadêmico da Uniso sobre os valores das mensalidades. Havia, inclusive, um processo em juízo sobre isso, um depósito em juízo. Ao final do primeiro ano letivo, eu precisava refazer a matrícula e não tinha dinheiro. Minha irmã mais velha, nessa época já casada, foi quem conseguiu esse dinheiro. Se eu fizesse um depósito de juízo, não pagaríamos aquele valor que a universidade estava cobrando - seria um valor menor. Então, aderi ao depósito de juízo, mas não por meio da justiça mas sim através do Centro Acadêmico da universidade. Eu paguei todos os anos cursados ao Centro Acadêmico. Mais tarde, fui processada pela universidade e tive que pagar tudo de novo, porque o CA não havia repassado o dinheiro. Isso ocorreu com cerca de 700 alunos de Sorocaba. Mas nesse momento, eu já estava numa outra fase. Estava trabalhando e acabei pagando a faculdade por duas vezes. Triste.

Nessa fase, comecei a trabalhar em Vargem Grande Paulista. Fiquei lá por um ano. Depois fui para Itu, onde fiquei por cinco anos. Nessa fase, militei muito pouco por conta do tempo apertado - fazia faculdade e trabalhava.

Em 2000, quando eu assumi o cargo efetivo no governo do estado, voltei à Sorocaba - o que facilitou minha volta à militância. Comecei no Sindicato dos Professores, do qual participo até agora.

Em 2002, o Lula é eleito. Nesse período, nós tínhamos um grupo político dentro do PT que já tinha lançado candidatos e que tinha ganhado eleições com vereadores. E já tínhamos bastante dificuldade de atuação dentro do Partido dos Trabalhadores. O partido já tinha feito opções, inclusive nos congressos, de chegar ao poder a qualquer custo. Quando a gente elegeu um candidato a vereador em Sorocaba, isso nos fortaleceu até mesmo para travar disputadas dentro do próprio partido. Com o Lula presidente e o anúncio da Carta ao Povo Brasileiro, chegamos à conclusão que não daria mais para continuar ali - e saímos em 2004. E esse grupo começa a construção do PSOL em



Sorocaba.

Essa é a história do PSOL de Sorocaba. E foi uma construção muito difícil - sabíamos o porquê de nossa saída, mas o PT estava em alta. O PT era o partido. O Lula mais tarde foi chamado pelo Obama de “O cara”. Então, ninguém entendia porque a gente estava saindo do PT. Eu era filiada ao Partido dos Trabalhadores desde os 14 anos. Passei os melhores momentos da minha vida, a minha adolescência e juventude, construindo o Partido dos Trabalhadores. Chegar a um ponto em que você entende que esse partido é o partido da ordem, e tem que romper com isso, é difícil. Parecia romper com um filho que você criou e cuidou, mas que não era mais aquilo. Parece que foi um processo de aborto. Eu tinha construído toda uma história dentro do PT e precisei romper pela questão ideológica. Neste grupo em que eu militava, dialogávamos e conversávamos dentro dele, o que dava essa firmeza à ideologia da necessidade do rompimento, mas, fora do grupo, ninguém entendia isso. Meus pais, por exemplo, achavam um absurdo a gente estar saindo do PT.

Nessa época, dentro do PT, tínhamos eleito um vereador, e não sabíamos se no PSOL, um partido novo, a gente conseguiria eleger um vereador e manter a militância, mas mesmo assim saímos. E foi uma dificuldade imensa convencer as pessoas de que nós tínhamos tomado a decisão certa naquele momento. Mas, hoje, a gente tem essa certeza, a clareza de que foi a melhor decisão e que saímos exatamente no momento em que o PT se degenerou por completo. Hoje esse fato é público, mas naquele momento não era.

Saímos do PT e fomos construir o PSOL com dificuldades. Nesse momento, minha participação se tornou mais intensa. Eu já tinha sido eleita representante de escola no sindicato. Mais tarde, em 2006, me tornei parte da coordenação. Dentro do sindicato, a disputa foi com o PT. Nesse mesmo ano, batemos chapa dentro do sindicato com a chapa do PT, com toda a estrutura que o PT disponibilizava ao movimento sindical e que ainda disponibiliza, em menor quantidade. Em 2008, me tornei dirigente da executiva da APEOESP, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

A APEOESP é o maior sindicato da América Latina, com 93 subsedes e uma sede central. E existem dois processos eleitorais dentro da APEOESP: um é para eleger os representantes e os coordenadores das subsedes, e outro para eleger os dirigentes da

sede central. Em 2006, ganhamos a subsede de Sorocaba e, em 2008, fui para executiva do sindicato - que tem 35 membros executivos, a maioria do PT. Participei da APEOESP por 6 anos. Por princípio, fiquei por duas gestões e saí. Hoje, sou coordenadora da subsede Sorocaba. Sou professora, nunca deixei de ser professora. Tenho dois filhos e sou casada há 24 anos, contando o tempo de namoro.

A militância no meio sindical é muito masculinizada. Mesmo que a APEOESP seja o maior sindicato da América e 80% da sua base seja de mulheres, os espaços de direção são compostos majoritariamente por homens. Isso reflete a dificuldade da participação da mulher na política e nos meios sindicais. Quando fui para a executiva da APEOESP, eu era a única mulher da oposição. No PT, haviam mais algumas, em menor quantidade, mas eu era a única da oposição que englobava o PSOL e o PSTU em 2008. Hoje já há outras mulheres. Elas enfrentam uma dificuldade de participar desses espaços. O espaço sindical é extremamente machista, masculinizado, e isso inibe muito a participação da mulher.

Eu acho que muito da minha participação nessa nova fase, sendo mãe, se deu pelo fato do meu companheiro ser uma pessoa não só compreensiva, mas que ajuda, que colabora e que incentiva. Que nunca disse não. Eu ia para congressos por três dias e ele dava conta das crianças. De outra maneira, não teria sido possível militar.

Hoje, a mulher no espaço da militância tem duas opções: pode optar por não ser mãe, por não ser dona de casa, e a vida assim segue muito tranquila. Se se optar pela maternidade, vai depender do companheiro que ela escolher. Ainda que ele não a impeça de militar, se ele não colaborar, infelizmente não vai acontecer.

Eu lembro que em 2005 ou 2006, fiz um curso marxista pelo 1º de Maio. Fiquei uma semana fora - a primeira vez que fiquei tanto tempo longe dos meus filhos pequenos. À noite, eu ligava para casa e chorava, chorava e chorava. E meu companheiro falava: “está tudo bem, pare com isso”. É ainda mais difícil por ser mãe. Acho que as dificuldades que são postas para o sexo feminino militar, participar da vida política, seja no espaço que for, são imensamente maiores do que para os homens. No meu caso, por exemplo, ao militar num sindicato dirigido essencialmente por homens, sofri todos os tipos de assédios. Não é porque estamos na esquerda que isso não ocorre. Às vezes, ocorre de forma ainda pior, porque se utiliza do discurso da liberdade de opção para não respeitar a liberdade de quem fez escolhas. É um momento muito difícil

até conseguir se autoafirmar. Imagine uma pessoa chegando num espaço desconhecido e sofrendo tentativas de assédio por todos. Não vivi esse tipo de situação em Sorocaba porque me formei na cidade desde a adolescência. Só fui experimentar isso quando fui para os espaços de direção do sindicato. E ainda bem. Quando isso aconteceu, eu já estava num momento de mais maturidade, muito mais firme, com muito mais clareza do que eu queria e muito mais forte para dizer não, para combater. Se eu tivesse vivido isso no momento de adolescência, no momento de início da minha formação política, muito provavelmente eu teria deixado de militar.

Eu nunca fui candidata, nem a vereadora nem a nenhum cargo público que seja executivo ou legislativo. Sempre me fizeram esses convites, mas eu nunca aceitei. Tenho opiniões, tenho candidaturas e faço a construção dentro do partido, mas há outras pessoas que podem contribuir mais - então nunca precisei colocar meu nome à disposição. Acho que tem algumas coisas que a gente precisa superar, talvez essa seja uma deficiência minha.

Nunca ter aceitado ser candidata talvez seja reflexo de um problema: eu não consigo trabalhar muito bem com a construção individual. Por mais que seja fundamental ter parlamentares de esquerda - e eu não abro mão disso, sempre tivemos candidatos aos pleitos que são importantes - , eu pessoalmente tenho uma dificuldade de lidar com esse personalismo. E na medida em que você se torna um representante, você tem que lidar com isso.

Eu via isso no PT, onde a pauta da mulher não era uma pauta coletiva, pelo contrário, era altamente personalista. Hoje, talvez seja diferente. Eu saí do PT em 2004 e estamos em um momento em que a pauta dos direitos das mulheres é bem mais progressista.

Eu vejo que o PSOL vai trabalhar melhor essa questão, discutindo a fundo o que significa aborto, o que significa estupro, o que significa participação da mulher em todos os espaços - porque a mulher tem dificuldade em todos os espaços, não só nos espaços eletivos. A mulher tem menos representação, e isso se deve à dificuldade de iniciar sua participação num momento anterior - por isso esse bloqueio para chegar ao legislativo. Acho que o PSOL faz bem esse debate, e traz bastante gente para debater isso. Mas há ainda um problema social. A sociedade ainda não vê a mulher como uma pessoa de direitos, e isso é muito intenso.

O PSOL leva a frente essas pautas. É preciso desvelar as dificuldades que a mulher enfrenta só pelo fato de ser mulher. O aborto, por exemplo, é uma pauta muito emblemática. Há que se discutir e ir de encontro à orientação religiosa. A mulher fica grávida, o cara não assume a paternidade. O fato dele não assumir essa criança não é um aborto? É preciso realmente retirar essa responsabilidade do aborto que recai só sobre a mulher. Independentemente se o casal vai ficar junto ou não, o filho é dos dois. É preciso fazer esse debate. Quantas crianças foram abortadas pelos pais? A sociedade vê isso como normal e natural. Para a mulher, não funciona o mesmo raciocínio. Decidir se ela tem condições ou não de levar à frente aquela gravidez é inconcebível do ponto de vista religioso.

Eu vou falar um pouco da minha experiência em sala de aula, hoje, esse ano – 2016. Ao fazer esse debate, vemos que grande parte dos nossos alunos do Ensino Médio não vê a mulher como pessoa, como um ser de direitos. A mulher tem o direito de trabalhar - isso é visto por eles de maneira muito tranquila. Mas a mulher tem o direito de querer ter uma relação sexual ou não? Não. Esse debate ainda é muito difícil de ser feito. Sob um olhar histórico, não faz nem 100 anos que a gente vota. Historicamente, a luta por direitos e igualdade é recente.

Ao fazer o debate da educação, por exemplo, como professora, preciso pensar na perspectiva da mulher. O fato de não haver creches, por exemplo, sobrecarrega quem? A mulher, a mãe. O fato do sistema único de saúde não dar conta ou não dar um atendimento às pessoas mais velhas faz com que quem se torne cuidadora da família? Seja do pai, da mãe ou do filho? A mulher. Todo o sistema não funciona - e é assim que é organizado. E sobrecarrega quem? Sobretudo a mulher. Se a educação pública não dá conta, é a mãe, a mulher que sofre com isso. Se o sistema público de saúde não dá conta, é a mulher que vai se responsabilizar por isso. Todo o sistema está organizado para a exploração, mas quem é explorado duas vezes? A mulher.

Nós mulheres temos a dificuldade que vem da educação, de uma criação no espaço privado. Mesmo participando, a dificuldade que se tem em falar em espaços públicos é muito grande, porque ela está na nossa formação, está entranhada em nós. Romper com isso é um processo longo e árduo para todas as mulheres. Por isso, a participação inicial no movimento estudantil é fundamental para nós. Eu vejo o movimento estudantil como a porta de entrada para a participação. É o momento em que você tem menos compromisso com a sua sobrevivência. Você está sendo bancado pelos

pais, é o momento em que você tem mais condições de participar, mais liberdade, mais tranquilidade. E uma vez que você inicia a sua participação mais cedo, é mais difícil deixá-la para trás. Uma coisa é uma pessoa que nunca teve participação política e com 40 anos quer participar. Muito provavelmente, é possível que isso esteja sob uma perspectiva de ascensão através da eleição em jogo. Outra coisa é iniciar a participação na adolescência, ou no movimento estudantil, independentemente da fase. Começa-se a compreender a engrenagem social. Haverá momentos de maior ou menor contribuição. Mas a questão é ter o compromisso ideológico. Nessa situação, contribui-se de acordo com as possibilidades, mas nunca se deixa o discurso ideológico.

Não sou aquela pessoa que acha que se deve militar em todos os campos - é humanamente impossível. Por isso, não participo do Rosa Lilás<sup>7</sup>. Creio que o debate de gênero é fundamental, mas na nossa militância, nós não devemos participar, pois isso destrói a nossa vida pessoal. Tenho dois filhos que estão entrando agora na adolescência, e os cuidados são outros. Dirijo uma subsede da APEOESP e faço o debate educacional lá. É óbvio que as questões de gênero perpassam, e muito, o debate educacional, e eu acompanho isso. Acompanho de que forma? Sobretudo lendo. Mas para ir, participar e organizar o Rosa Lilás, não tenho disposição. E nem para organizar mais nada além da educação. Eu milito dentro da educação, dentro do sindicato, eu tenho um foco profissional. Acompanho alguns debates, converso muito com o pessoal não só do Rosa, mas de outros agrupamentos também.

Durante todo esse tempo, eu sempre mantive alguma relação com a Igreja Católica. Mas durante o Plano Municipal de Educação, essa relação foi rompida de forma intensa. E isso ocorreu porque a igreja não aceitou o debate de gênero de forma nenhuma. Depois do debate do Plano Municipal de Educação (PME), um padre foi em minha casa. Como eu tinha uma relação pessoal de amizade com ele, decidi sair da igreja para não ser excomungada. O meu companheiro teve que sair junto comigo. E isso teve reflexos na nossa organização familiar. Cresci na Igreja Católica, meus pais são de lá, meu companheiro também, a gente tinha uma relação extremada com a igreja, e hoje a gente não tem mais. Às vezes, a gente olha a igreja assim, mas a mão invisível da igreja sobre cada um é muito forte.

A teologia da libertação já estava em baixa desde a época do João Paulo II. Ele

---

<sup>7</sup> Coletivo Feminista Rosa Lilás. Coletivo feminista iniciado na corrente da juventude Domínio Público do PSOL, hoje se mantém como movimento independente, porém com forte filiação ao partido.

foi o responsável por fazer encíclicas e ir fechando espaços. Leonardo Boff foi expulso da igreja católica e grandes pensadores da teologia da libertação foram sendo barrados. E há um movimento dentro da igreja católica não só de reduzir espaços, de excomungar os ideários e os ideólogos da teologia da libertação, mas sobretudo de alavancar a Opus Dei. Em 30 anos, a igreja dá uma guinada enorme para a direita. Há agora uma fresta de esperança com a eleição do papa Francisco, que se coloca com depoimentos mais avançados. Mas tanto João Paulo II quanto o Bento XVI direcionaram a igreja para uma outra perspectiva.

Karl Marx diz que a religião é o ópio do povo, porque você não consegue entender as engrenagens sociais pela religião. Mas se a gente pensar enquanto classe e as dificuldades da classe, por exemplo, uma pessoa que está há 3, 4 anos na fila de uma cirurgia grave, não consegue trabalhar, não consegue viver com dignidade e o SUS não atende - e ela não consegue transpor essa situação. Ela vai se apegar a algo para puxar a sua sobrevivência. Ela não tem o seu direito básico, à saúde, garantido, e isso vai fragilizando o ser humano do ponto de vista psicológico. Ele já tem uma fragilidade física, um problema de saúde sério, precisa de uma intervenção do Estado para resolver e isso, e ela não ocorre. Onde ele vai encontrar forças para isso? Para manter-se vivo? Na igreja.

E Jesus nunca teve uma postura de enfrentamento, mas a de entender aquela situação. Ele vai pedir pelo perdão, vai entender a situação social, o que levou aquela pessoa a fazer aquilo. A forma sob a qual a sociedade é organizada é uma forma desigual e de injustiça. A única passagem que Jesus Cristo vai enfrentar as pessoas e se indignar é com os vendedores do templo. Jesus perdoa a prostituta: “atire a primeira pedra quem não pecou”, mas a única pessoa que ele vai enfrentar, com sua toda sua ira, são os mercenários, são os que estão atrás do dinheiro.

Eu não vou dizer que hoje eu sou atea, eu não sou. Eu não posso mais participar da Igreja Católica, mas não sou atea. A fé e a religião são coisas distintas, e essa visão depende de um tempo de maturação. O meu Cristo continua sendo revolucionário, e não tem problema se o do padre ou o do bispo não é.

## **Denise Maia - onde o partido precisar**

Meu nome é Denise Maia. Eu comecei a militar no MR8, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro - em homenagem ao Che Guevara -, que naquele momento era um movimento de esquerda. Lembro que entrei através do trabalho que eu realizava nos bairros. Naquela época, ainda existia a Ditadura. Embora estivesse um pouco menos amarrada, ainda existiam pessoas que eram torturadas quando fui recrutada.

Eu lembro que me passaram um livro para eu ler, do qual gostei muito. Eu estudava no colégio Santo Antônio Maria Zacarias. Um colégio de padres no qual eu consegui me matricular através de uma bolsa de estudos. Minha origem é proletária. Minha mãe trabalhava numa fábrica e meu pai teve um comércio - perdeu e foi trabalhar como jornaleiro, depois como porteiro. Morei no subúrbio durante muitos anos. Depois, voltei a morar em Laranjeiras, na época, numa rua de trabalhadoras. Havia uma fábrica de tecidos na Rua General Glicério, e os operários moravam ali perto. Durante muitos anos, eu morei ali. Eu via aquela situação toda que acontecia com o povo e não sabia identificar o porquê. A minha mãe era muito religiosa, filha de Maria, e a gente participava de atividades da igreja Cristo Redentor em Laranjeiras. Ainda assim, eu achava aquilo um absurdo. Se Deus existia, porque ele permitia tantas atrocidades? Tantas injustiças com as pessoas? Não via na igreja nenhuma resposta que me satisfizesse. E eu acho que ali, naquele momento, quando eu li aquele livro – nem lembro qual foi o livro, não sei se foi o Manifesto do Partido Comunista –, fiquei muito interessada. Grande parte dos meus questionamentos foram respondidos pelas atitudes daquelas pessoas, por aquele livro.

A minha família não concordava muito com essa opção. Mesmo que de origem pobre, a consciência de classe era a de pequena burguesia. Eles queriam que a Denise fosse médica, advogada. Comunista? Pelo amor de Deus. Falavam que meu avô era anarquista e nunca deu certo. “Não venha reproduzir aquela coisa que seu avô tinha de pior” - diziam. Quando essa rejeição aconteceu, foi muito difícil para mim. Passei por muitos momentos difíceis na minha vida, mas superei pela confiança que tinha no partido.

Depois do segundo congresso do MR8, o movimento tendeu para a direita. Mas ainda tinha umas pessoas de esquerda, como o Antônio Carlos de Carvalho - apelidado de Tunico -, como o Franklin Martins, como o Carlos Alberto Muniz - que eram

candidatos, mas viviam na clandestinidade. Nessa época, a gente fazia reuniões de check-in. O que é check-in? Era um sistema de segurança. Não sabíamos onde era a reunião, então se marcava com fulano, por exemplo, tal hora na banca de jornal. Alguém chegava perto, fingia que estava comprando um cigarro, um jornal, ou qualquer outra coisa, e passava um bilhete com o endereço de onde seria a reunião. E para se chegar no lugar, era preciso andar durante muito tempo para ter certeza que você não estava sendo seguido. A gente chamava isso de check-in.

Houve uma vez em que a gente estava em um aparelho, quando um companheiro chegou dizendo que achava que estava sendo seguido. Nós tivemos que rapidamente desmontar esse aparelho, e sair correndo para que não fôssemos presos e torturados.

Quanto menos a gente soubesse - o que eu levo até hoje na vida -, era melhor. Porque, em caso de tortura, ela pode ser densa ou não. Não vou falar porque eu não sei. Eu só sei aquilo que me compete, aquilo que não me compete eu não quero saber - para onde a pessoa vai, o que ela quer fazer, em que organismo ela está. Era uma forma de proteger as pessoas.

Depois, o MR-8 foi para direita, fez a conciliação de classe. O movimento deixou de pensar que a revolução seria da forma como Lenin e Marx colocaram - e sim uma conciliação nacional. Foi então que saímos do MR-8. Um monte de pessoas, alguns companheiros aqui do Rio de Janeiro, saíram todos juntos do MR8. Fomos todos para uma organização que na época se chamava 5 de Julho.

Para quem lida com coletivos, é muito difícil ficar só. Nas poucas vezes em que fiquei sozinha, sem partido, foi muito ruim. Você ter um parceiro, um companheiro, uma companheira que te auxiliar nas ideias, naquilo que é importante não só para você, mas para o outro, é muito mais enriquecedor. Eu fiquei sozinha algumas vezes nesse período, sem partido, porque também não cabíamos naquela organização, a 5 de Julho.

Depois, nós criamos um grupo de estudos. Eu era a única mulher dentre cinco companheiros. A gente ia lá para casa estudar. Eu já estava separada na época. Tinha sido casada com um companheiro, também do partido, que teve essa mesma trajetória que eu. Mesmo separados, nos reuníamos lá em casa: eu, esse companheiro e várias outras pessoas. Hoje, divido apartamento com esse mesmo companheiro com quem fui casada.

Nós ficávamos lendo os clássicos. Voltamos a ler porque não dava para ficar enfiando a cara em qualquer partido. Nos reunimos, criamos um grupo de estudos para então ver o que queríamos e em qual partido queríamos entrar. Com o tempo, só um



grupo de estudos não era satisfatório, a gente precisava de prática. Nesse mesmo tempo, o PCR estava sendo organizado em Pernambuco, com esses mesmos companheiros que tinham sido do MR-8, o Cajá e o Lula.

Só a questão teórica, sem a prática, realmente se resumia àquela conversa de botequim, de intelectual - teoria pra lá, teoria pra cá, sem resolver nada. Quando o Cajá nos reuniu e colocou a questão do PCR, de a gente reorganizar o partido que estava sendo visto em Pernambuco, perguntou o que a gente achava e nos convidou. A nossa entrada foi individual, não foi em conjunto. Claro, que a partir do momento em que eu aceito, que eu quero, que eu me disponho a entrar, não é só um número, não é uma adição de ciclano e beltrano. Eu lembro que, na época, a gente discutiu qual seria o nome do jornal, que ficou sendo “A Verdade”.

Ainda no MR-8, quando eu tinha uns 30 e poucos anos de idade, a gente chegou a ir pra Cuba. Para ir, nós fizemos finanças. A Ana Botafogo ajudou, e outras pessoas também contribuíram com a nossa passagem. Tinha - não sei se ainda existe hoje -, brigadas que iam para Cuba trabalhar na plantação. Eu cheguei a ir. Fiquei muito chateada, porque tive um problema físico - e os cubanos não deixam você trabalhar se você tiver qualquer tipo de doença, até gripe. Eu insisti para que me deixassem trabalhar, e de tanto encher a paciência, eles me levavam de bicicleta para eu pelo menos servir ali no campo um lanche para as pessoas. Foi muito enriquecedor. Nós ficamos uns 10 dias. A gente acordava às 5h da manhã e eu ficava mal-humorada - sou péssima para acordar cedo, sempre fui. Mas depois que a gente cantava para animar a formação, isso passava. A gente estava junto com os cristãos. Naquela época, o partido cubano estava se reaproximando dos cristãos. Então ficamos no acampamento junto com eles. Acho que foi a última coisa que o MR-8 fez mais à esquerda.

Foi lá que eu aprendi que a gente não precisa ter muitas coisas, muitas calças compridas, muitos sapatos. Se eu já tinha um pouco dessa concepção, eu vivi isso na prática. Percebi que o mais importante é o conhecimento. São as coisas que a gente passa para o outro - e se não for transmitido, não serve de nada. Eu aprendi muita coisa com os cubanos.

O partido para mim é a minha vida. Eu não consigo me imaginar fora dele. Todas as vezes em que eu estive fora, foi um retrocesso na minha vida. Porque a gente vive numa sociedade muito individualista, muito competitiva. Aqui mesmo no trabalho, uma associação de servidores do PRODERJ - uma entidade de classe, com pouquíssimas pessoas, tem pessoa que adora passar a perna na outra. Se puder te

derrubar para poder subir, faz isso. E por eu ter essa concepção, não deixo. Falo mesmo, me exponho. Mas isso eu só aprendi porque eu tenho um coletivo, porque eu tenho um partido. Não é por causa da Denise, mas é a questão política, ideológica. Não vem para cima de mim, não, Feliciano, Bolsonaro<sup>8</sup>, que vai ter porrada. Vai ter porrada. Não vem, não, porque se me der um tapa, eu te dou três, quatro. Não apresento outra face, não, eu dou muita porrada. O que me deu essa energia foi muito essa questão ideológica. Isso que me dá força para viver. A única coisa que faz com que eu esteja diante de uma sociedade tão injusta é eu estar dentro do partido. Um partido como o PCR. Poderia ser um outro qualquer se tivesse a mesma linha do PCR. Ele tem as suas debilidades? Tem. Até porque aqui ninguém é santo. Ninguém se propõe a ser santo, mas cada um quer construir um pouco melhor o seu caráter, desenvolver a suas debilidades, crescer enquanto ser humano - e eu acredito nisso. Acredito na transformação do ser humano. Acredito na evolução das pessoas. Sempre acho que as pessoas tendem a melhorar, nunca vejo o lado ruim delas. Acho que o ser humano tem muita coisa de bom. Muito do que ele é hoje, é por conta da sociedade em que vive. Se eu não acreditasse nisso, eu não acreditaria em metade das coisas que eu li, que eu estudei. Acho que a minha vida toda é em torno disso, em torno dos parceiros.

A gente desenvolveu vários trabalhos. Eu costumo dizer que eu estou onde o partido precisar de mim. Hoje eu estou como jornalista - estou. Mas já lavei banheiro, já tirei muito cocô do vaso dos outros. Foi necessário estar ali, e eu estive ali. Para eu poder exigir alguma coisa, eu tenho que fazer primeiro, eu tenho que ser o exemplo para que as pessoas percebam que eu não estou ali de comando. E tenho que ser exemplo para várias coisas. A gente tem que botar a mão mesmo. Vamos lá, cocô é assim, todo mundo faz cocô, você não é diferente. E vão limpar. E assim é a vida. Já fiz várias coisas dentro do partido como movimento.

Aquilo que eu posso fazer, eu faço. Eu tenho ficado muito tempo na associação. Mais ainda nesse período de decadência do Estado - decadência entre aspas, tem dinheiro, mas decretou a falência -, eu tenho ficado muito porque teve greve. Mas onde o partido precisar que eu esteja, eu fico. No Olga<sup>9</sup>, no MLB<sup>10</sup>, na UP<sup>11</sup>, na porta de

---

<sup>8</sup> Marco Feliciano é deputado federal por São Paulo pelo Partido Social Cristão (PSC) e Jair Bolsonaro é deputado federal pelo Rio de Janeiro pelo mesmo partido. Ambos são representantes polêmicos da bancada da bíblia.

<sup>9</sup> Movimento de Mulheres Olga Benário – organização independente, no entanto com articulação com o PCR.

<sup>10</sup> Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – também é um movimento independente, porém com a maioria de seus membros filiados ao PCR.

fábrica. Adorava fazer porta de fábrica. Fiz isso muitas vezes.

Também estive no movimento estudantil, mas muito pouco porque meu negócio mesmo era o movimento de bairro. Fizemos algumas atividades no bairro de Pilar, em Caxias, com as moradoras - com as mulheres principalmente. São as mulheres que mais moram nesses lugares, nessas comunidades. Com maridos muito ciumentos, que não as deixam trabalhar. A gente fazia o movimento numa igreja evangélica, e havia homens, maridos, que iam lá ver se de fato elas estavam aprendendo a costurar, se de fato elas estavam fazendo alguma coisa. Nesse nível. Infelizmente, a gente vive numa sociedade muito machista, preconceituosa.

Eu também já fui para Venezuela, para São Domingos. E para alguns outros lugares que o partido achou importante que eu fosse. Se eu achar que posso prejudicar em algum momento, como foi agora no encontro de mulheres em São Domingos, eu não vou. Eu achei que poderia prejudicar porque tenho depressão, eu me trato. Eu tenho um psiquiatra e um terapeuta. Foi importante o partido estar perto de mim, muito importante. Hoje, eu assumo: não tenho nenhum problema em relação a isso, eu não escondo de ninguém. Eu falo que sou chique porque tenho um psiquiatra, um terapeuta e tomo remédio. Sou a louca que se trata. Pior são os loucos que não se tratam. Às vezes, rola uma luta política e caras do meu partido chegam a falar para mim que eu tomo remédio. E eu respondo: - Pois é, eu tomo remédio sim e me trato, por isso estou equilibrada, e você que não se trata? Você fica numa pior.

Quando teve essa reunião, eu fiquei achando que eu pudesse prejudicar se ficasse nervosa, porque eu sou muito ansiosa. Eu não gosto de dar trabalho, é uma coisa tão individualista. Depois os companheiros falaram que era besteira, e que eu deveria ter ido. Acabei levando uma bronca do comitê central por conta disso. Eu deveria ter exposto a minha debilidade, meu receio, e acabei não fazendo. Mas a gente aprende, a gente vai aprendendo.

A forma de eu encarar as coisas, minhas debilidades, meus limites, as minhas limitações físicas - tudo isso eu aprendi muito com o partido. Eu só sou o que eu sou por conta do partido, por conta dessa coisa do coletivo, dessa construção coletiva.

Eu faço essa coisa de estar onde o partido está e isso é muito verdade. Enquanto o PCR permanecer com a mesma linha marxista-leninista, eu estarei dentro. Se ele se desvirtuar em algum momento, estou fora. Acho que não pela linha do partido, mas por

---

<sup>11</sup> Unidade Popular Pelo Socialismo - nome do partido pelo qual o PCR tenta se institucionalizar via TSE.

conta da origem dos próprios companheiros, que sofreram tanto naquela época do MR8. Eles não querem aquilo de novo na vida deles. O Cajá foi um companheiro que sofreu tortura. Houve um movimento popular para que ele fosse libertado. A própria Elis Regina fez um trabalho para que isso acontecesse. Uma pessoa que passou por tudo aquilo e depois entrou no MR8, que foi para a direita, não vai querer agora, estando no PCR, que isso aconteça. Eu acredito muito nesses companheiros. E acredito muito nas pessoas que estão perto de mim, que eu conheço há mais de 30 anos. Quando eu entrei, eu tinha menos de 20, e hoje eu tenho 56 - é muito tempo. E muita opção. Não se trata de uma coisa que você defina assim: eu quero e pronto. Não é uma roupa que você põe. É uma construção diária. Muitas vezes, eu já fiquei muito brava com companheiro e falei umas verdades. E eu também não sou nenhuma santa, tenho milhões de defeitos. Porém, o que eu percebo é que quando a gente tem esse coletivo, parece até uma coisa meio clichê, mas a vida é menos dolorosa e menos difícil. Por mais que seja contraditório, porque às vezes a gente acha que fazer alguma coisa da própria cabeça é mais fácil ou melhor do que o trabalho coletivo. Mas, nesse caso, o resultado é tão ruim, é tão primário. É tão sem qualidade. É besteira.

O PCR mantém cursos para os militantes, cursos importantes e que são fundamentais para abrir a cabeça. A leitura individual e a leitura coletiva são muito importantes. Recentemente, fiz um curso do partido e eu falei assim: - caraca! Uma coisa é você ler sozinha - e eu gosto muito de livros teóricos, continuo lendo até hoje e leio outras coisas também -, mas quando você está no coletivo, é muito diferente. A qualidade é bem mais apurada. E nesse curso eu pensei assim: - caraca, essa juventude está me dando um banho, que bom! - Essa é a única forma de ter certeza que o partido vai perdurar. É quando você percebe que essa juventude vai dar continuidade àquilo pelo qual o Manuel Lisboa tanto lutou, àquilo pelo qual ele foi torturado e morreu. Não digo que ele se sacrificou, porque ele não fez isso por sacrifício. Tem um companheiro, o Cajá, que outro dia estava conversando comigo. Ele disse que enquanto Jesus Cristo estava ali na cruz, e pedia ajuda a Deus para que e o pai o retirasse daquela cruz, Manuel Lisboa nunca tinha feito isso na vida. Ele nunca pediu arrêgo ou ajuda para algum companheiro, nunca entregou ninguém e foi empalado. Ele foi tão torturado, e no final ainda foi empalado, uma coisa absurda. E ele nunca entregou ninguém, nunca pediu que houvesse uma misericórdia, até porque ele não acreditava nisso. Mas ele tinha um fervor, uma ideologia tão ferrenha, tão forte, que isso o manteve vivo para a morte - acho que isso foi mais importante. Não dá para gente pensar em passar por essa vida em

vão. Crescer, envelhecer e morrer - isso faz parte de um processo natural -, mas e o que fazemos nesse meio tempo? O que a gente vai fazer nessa vida? Isso me lembra um autor que falava que nós só somos importantes se fizermos parte de um trabalho coletivo, se construirmos algo para modificar as coisas. Tudo bem, tem um cantor, tem um ator. Mas amanhã ele pode se perder para a humanidade. Por exemplo, Van Gogh. Por que eu acho importante a sua pintura? Porque ele tinha um trabalho com os camponeses. Aquela dor que ele sofria, aquela dor que ele dilacerava para suas pinturas - havia uma questão social envolvida. Então eu acho que é um pouco isso, é dar continuidade àquilo que a humanidade já faz há algum tempo. Eu estou aqui só para ser uma pecinha, um grão de areia. O Oscar Niemeyer também falava uma coisa muito importante: nós não somos nada diante do universo. As pessoas se acham tão importantes, mas o que fica não são os nomes, e sim o que resultou daquele trabalho. São as pessoas diante daquilo que elas se dispuseram a fazer para melhorar a vida de outras pessoas. Não é melhorar de uma forma momentânea, é melhorar de modo que ela possa construir e avançar na sua consciência, que ela possa avançar na sua transformação social, na sua transformação material, na sua transformação econômica. Isso é o mais importante. Quando você vê um ser humano avançar e crescer, não tem coisa mais bonita.

A importância de ter conhecimento é poder intervir numa realidade, é saber como interferir em determinada situação - é para isso que serve a teoria. Sem ela, não é possível avançar, tudo se torna limitado. Uma coisa tem que andar junto com a outra. Não se trata de sair falando que sabe - tem muito intelectual que gosta de ir para o bar e dizer que hoje leu Marx. E eu conheço várias pessoas que agem dessa forma, que foram do partidão<sup>12</sup> e continuam fazendo esse tipo de coisa. É tão pobre, tão medíocre.

Teorizar, ficar ali no Vermelhinho ou em qualquer bar da esquina porque o Vermelho está muito caro (não dá nem pra frequentar muito ali na Cinelândia, então vai para qualquer outro bar ficar bebendo e teorizando). Mas do que adianta isso? O que vai acrescentar na vida do outro? Só falando que ele sabe? Sim, e aí? O que vai transformar? Nada. Ele vai morrer com todo o conhecimento dele, vai virar cinzas e voar para debaixo da terra.

Eu nunca quis ter filhos, sendo muito sincera. Minha opção sempre - sempre não, porque sempre é uma palavra muito forte -, foi em relação a não ter filhos. Eu

---

<sup>12</sup> Apelido do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

achava que, para ter, eu teria uma responsabilidade muito grande. Tinha que ter dinheiro para poder sustentar outra pessoa. E eu já passei por várias dificuldades, já fiquei na rua - nunca me faltou chave para eu ir para casa no final da noite -, mas uma coisa é você se bancar, outra é bancar uma criança.

Na verdade, eu tenho filhos. Meus filhos são essas pessoas que estão na juventude do partido. Mesmo que eu não tenha sido assistente, vejo que eles estão crescendo, se desenvolvendo. Esses são meus filhos. Eu não tenho nenhum problema de não ter filhos biológicos, nada disso. Eu fico super emocionada quando vejo a juventude se posicionar, fazer uma fala legal, fico super orgulhosa. É como se eu tivesse parido. E eu os pari, de uma certa forma.

Essa coisa de eu dividir o apartamento com o Vitor - a gente divide apartamento tem mais de 10 anos. O companheiro chegou para mim e disse: - Olha só, tá com dificuldade de morar, tá difícil a grana? Por que não divide com o Vitor? Vocês se dão super bem. Na época, eu namorava uma pessoa e ele também, e teve um “ai meu deus, vocês já foram casados”, como se um fosse propriedade do outro. Ninguém é propriedade de ninguém. Inclusive somos contra a propriedade privada. Depois, fiquei muito mal porque fui morar com várias pessoas e elas me deixaram na mão, e eu, para não prejudicar os companheiros que tinham me apoiado ao me emprestarem o seu nome, passei mais de um ano morando na sede do partido.

Sede do partido não é uma coisa boa para ninguém morar, porque você não tem a sua intimidade - fica sua calcinha, seu sutiã expostos. Você não tem hora, você não tem comida, você não tem banheiro, você não tem nada. Ali tudo é zona. As pessoas não vêem aquilo como um bem comum. Tem uma coisa muito estranha em relação a isso. As pessoas vêem a sede do partido como a casa da mãe Joana. Em Pernambuco, é diferente. Lá, o pessoal impõe muito rigor. Mas na maioria dos Estados, é uma bagunça. Eu não sei como está hoje, mas aqui no Rio de Janeiro, para mim, foi um aprendizado. Nunca mais quero morar numa sede do partido. Não tem hora marcada. Você tem que ter reunião aqui e acolá, em tudo que é lugar. Pode ser de madrugada, pode ser de manhã, pode chegar um companheiro do exterior, e você tem que estar ali. Você trabalha 24h por dia, porque você é responsável por aquele espaço. Mas tudo para mim foi aprendizado.

## **Elzita - dona de mim mesma**

Hoje, se eu parar para analisar, mesmo sem partido, eu sempre militei. Sempre lutei contra o racismo, pela igualdade, por direitos iguais. De certa forma, mesmo antes de participar da militância política, eu já militava.

Eu vim do interior de Minas Gerais durante a minha adolescência. Uma adolescência que, na verdade, eu nunca tive. Eu sofria demais por causa dos meus pais, que me prendiam, não me deixavam estudar, não me deixavam ir à igreja. Namorar, Deus me livre. Sabe aqueles pais de antigamente, daquelas histórias que se falam? É real. E eu fui tratada desse jeito naquela época. Muitas vezes, desmerecidamente, eu ouvia coisas injustas. Porque eu fazia exatamente o que eles queriam que eu fizesse. Mas, como sempre tive um jeito comunicativo, de conversar com todo mundo, muitas vezes fui mal interpretada. A minha simpatia era confundida e eu era chamada de sem vergonha, mesmo não sendo. Eu era uma menina de muito respeito.

Eu comecei a trabalhar com 11 anos de idade, em casa de família. E coloquei na minha mente: quando eu completar 15 anos, fujo de casa. Quando completei 14 anos, comecei a guardar um dinheirinho para fugir mesmo. Eu pensava em fugir para São Paulo. Mas para São Paulo, na casa de quem? Naquele momento, eu pensava: vou para São Paulo, chegando lá, durmo na rodoviária, e depois vou procurar um policial e falar assim:

-- Seu polícia, o senhor arruma um serviço para mim em casa de família, para eu morar?

Era isso que eu tinha em mente. Quando estava tudo certo para minha ida à São Paulo, minha tia ficou doente e, por isso, precisava fazer uns exames em São Paulo. E quem aproveitou a oportunidade para ser acompanhante da minha tia? Eu. Ela precisava ficar 2 meses em São Paulo e eu fui junto. Uma semana depois que eu cheguei à cidade, consegui arrumar um serviço em Jundiaí - foi então que fugi da minha tia. Ela ficou em São Paulo e eu fui para Jundiaí.

Quando minha tia voltou para Minas Gerais, e eu não estava junto com ela, minha mãe ficou louca. Queria mandar conselho tutelar atrás de mim, queria processar minha tia. Foi uma confusão. Minha mãe adoeceu tanto que ficou com problema mental - uma depressão muito forte por minha causa. Eu não dei notícias para ninguém, porque não queria ser descoberta e correr o risco de ter que voltar para casa. De todos os oito filhos da minha mãe, eu sou a única que mora longe.

Eu só fui dar notícias mais de dois anos depois. Foi então que, toda feliz, eu escrevi uma cartinha para minha mãe - naquela época, não havia telefone. E mandei junto, de presente de Natal, uma panela de pressão. Quando essa panela de pressão chegou lá, ela me disse que a vontade dela era de jogar a panela no lixo, de tanta raiva. Ela queria mesmo era saber de mim, não um presente. Foi nesse momento que eu entrei em contato com ela, falei que estava bem e que se ela quisesse minha felicidade, deveria me deixar onde eu estava - e ela deixou. Eu casei, fiquei viúva e a minha família não sabia nada da minha vida. Voltei para lá somente oito anos depois, para levar meu filho para conhecê-los.

Foi no período em que eu trabalhei em Jundiaí que conheci meu esposo. O conheci em São Paulo. Nós começamos a namorar e, quando decidimos que queríamos mesmo ficar juntos, ele foi conversar com a minha patroa - como se ela fosse a minha mãe. Disse que queria me assumir, mas que não dava para ele ficar com a mulher só aos finais de semana. Ele queria que eu fosse embora com ele. A minha patroa disse que se fosse para ele cuidar direitinho de mim, ele podia me levar. Moramos juntos por quase 4 anos, tivemos nosso filho, e ele morreu aos 29 anos com doença de chagas.

E como eu comecei a militar na esquerda? Foi quando eu mudei para Sorocaba. Viúva aos 21 anos, fui embora de Osasco a pedido da minha sogra, que só fui conhecer no velório do meu esposo. Ela tinha vindo da Bahia para ver o filho, que estava muito doente, mas não deu tempo. Ela só o viu depois que ele tinha morrido. Meu esposo tinha um tio que morava em Sorocaba, e minha sogra ficou morando com ele. Os dois cismaram que eu tinha que vir para Sorocaba por causa do meu filho, já que ele era o único filho do meu esposo e os parentes queriam o menino por perto.

Quando cheguei em Sorocaba, conheci o movimento de moradia que estava começando na cidade. Eu fui fazer parte do movimento porque precisava de um terreno, eu precisava de um teto também. Nesse momento, eu conheci o Cido, que era uma das lideranças do movimento. Nós começamos o nosso envolvimento e eu comecei a militar.

O Cido foi meu segundo esposo. Eu fiquei sabendo de uma ocupação que estava tendo e a minha sogra falava:

\_\_ Zita, vai lá minha filha, pra você conseguir um terreno pra fazer um barracinho, sair do aluguel, não ficar pagando aluguel, não. \_\_ E eu respondia: \_\_ Ai dona Ilda, será? Eu tenho vergonha.

Um dia, fui por curiosidade. Chegando lá, minha sogra falou:



— Zita, você está vendo aquele rapaz? Aquele lá é o Cido, ele é nosso líder, ele é muito legal, vai lá conversar com ele.

Eu fui, passei por ele e, na volta, ele ficou me encarando muito - achando que eu era espiã. Eu me aproximei dele e perguntei se ele não tinha um pedacinho de terra para mim. Falei que eu era viúva, que tinha um filho, que estava desempregada, mas ele não acreditava no que eu falava - ninguém acreditava que eu era viúva e mãe aos 21 anos.

Ele chegou a ir no barraco da minha sogra por não acreditar que eu realmente era viúva e precisava de um terreno. Depois de 3 meses, começamos a namorar. Ele era louco para ser pai. Era o sonho da vida dele ter um filho para chamar Engels. Ele falava que era louco para ter dois filhos, um para chamar Engels, e um para chamar Karl Marx. Como eu tinha o meu Kauã, ele falava que não precisava mais de um Karl Marx, e sim de um Engels. E tivemos nosso Engel. No cartório, não deixaram a gente colocar Engels, e nós tivemos que tirar a letra s. No nosso segundo filho tentamos colocar Marx no nome, mas também não deixaram, falaram que era nome familiar.

Eu já não estou mais junta com o Cido. Ele foi estudar na PUC de Belo Horizonte, que era o sonho dele.

Nós éramos da Vila Helena. O Habiteto foi uma conquista nossa. Embora fosse para ser bem melhor do que é hoje, é uma conquista do movimento de moradia. Foi nesse momento que eu comecei a militar pelo direito à moradia. Eu conheci o PT em 1996, conheci o projeto o PT, as propostas do PT, que tinham tudo a ver comigo e com o que eu acreditava, e em 1998 me filiei. Foi a partir daí que eu comecei a minha luta e não parei mais - e não pretendo parar.

Eu não trabalho diretamente com o partido. O que eu faço é no meu dia-a-dia, que é a militância mesmo. Eu trabalho no bairro. Agora, estava procurando as PLP – que são as Promotoras Legais Populares de Sorocaba, de um curso que começou em 2003. Sorocaba tem muitas PLPS, mas elas sumiram. Cada uma terminou o curso e foi para seu rumo, ninguém sabe o que elas estão fazendo, o que elas gostariam de fazer. Por isso começamos um trabalho, uma busca ativa, à procura dessas mulheres. Imagina, 500 promotoras legais populares perdidas em Sorocaba.

Eu fiz o PLP em 2003 e, por mim, todas as mulheres faziam PLP. Para aprender um pouquinho de tudo que eu aprendi também. Não aprendi muita coisa. Mas aprendi sobre mim mesma, me reconheci - porque eu não me reconhecia. Hoje eu sei, sou dona dos meus gostos, sou dona das minhas vontades. Hoje eu sou dona de mim mesma.

Antes, não. Antes, qualquer amém, eu calava a boca. Agora ninguém cala a boca da Zita. Eu sei me defender e sei ajudar mulheres indefesas também. Eu acho que isso é muito interessante. Acredito que, enquanto nós vivermos aqui nessa Terra, é assim que a gente tem que viver: um ajudando o outro.

Eu trabalho fora como diarista, e nas horas vagas, milito. No bairro, o meu trabalho é um trabalho totalmente voluntário e social. Eu fico na minha casa e as pessoas vêm pedir minha ajuda. Dificilmente há um dia em que eu não tenha demanda para resolver. É raro o dia em que não chega alguém tocando minha campainha, me pedindo uma orientação para alguma coisa, pedindo para eu ajudar a resolver algum problema. É mulher que apanhou do marido, é mulher que o marido quer que ela saia de casa. É mulher que o marido foi embora e deixou ela com um monte de filho e ela não sabe o que fazer porque está passando necessidade.

Vem até mulheres de outros bairros - e não sei como elas ficaram sabendo de mim. Que a Dona Zita é Promotora Legal Popular, que ajuda mulheres e defende o direito das mulheres. Tem casos que nem as mães das meninas sabiam o que estava acontecendo com elas, mas comigo elas conseguiram conversar e desabafar. Elas ligam para mim, me falam o que está acontecendo e me perguntam o que fazer.

As pessoas me perguntam se eu tenho medo, mas eu não tenho, nem um pouco. Eu tenho é vontade de pará-los. Eu tenho uma sede de encontrar esses caras. Tem um caso recente de estupro, e eu disse para a menina: se um dia você souber, pode passar o tempo que for, se souber onde ele está, me avise, por favor. Ele tem que ser punido. Não podemos deixar que essas coisas continuem a acontecer. Eles vão continuar fazendo vítimas. Vão continuar acabando com a vida de muitas meninas por aí.

Agora, estou na campanha da Iara. Eu estou na campanha da Iara por quê? Porque eu conheço a Iara, conheço o trabalho da Iara. Eu sei que a gente precisa de pessoas iguais a ela na política. Que ela faz a diferença, ela já provou que faz. Meus filhos precisam, meus netos precisam, a população precisa dela. Então, meu trabalho na política, no PT, é defender esses ideais da gente. Lutando por aquilo que acredito e que eu sei que meus candidatos podem trazer, sim. Nem todo mundo é corrupto, nem todo mundo é bandido ou ladrão. Eu conheço pessoas que são e que não são e que batalham de verdade pelos menos favorecidos. Meu trabalho no PT é por isso, é porque eu acredito. E eu acredito na mudança e acredito que o PT é essa mudança. Não vejo isso em outro partido.

A Iara foi a primeira vereadora de Sorocaba. Eu a conheço desde o movimento

de moradia, ainda na Vila Helena. Foi a Iara que nos ajudou quando o prefeito mandou derrubar nossos barracos. Era ela quem estava lá, junto, e mandava os advogados, alertava a gente, nos ajudava para não deixar derrubar os barracos. Quando nós viemos para o Habiteto, ela veio junto, ajudando. No Habiteto, ela colocou o nome nas ruas, lutou com a gente pela iluminação pública. O projeto da primeira creche do Habiteto foi um projeto da Iara. Foi ela quem trouxe o curso de PLP para Sorocaba.

E na campanha, nos bairros, onde a gente vai trabalhar levando o nome da Iara, o pessoal conhece e reconhece alguma coisa que ela fez naquele lugar. A gente chama lá na casa da Dona Maria: \_ Boa tarde, nós estamos fazendo trabalho aqui no bairro hoje, nós estamos apresentando nossa candidata a vereadora, Iara Bernardi, a senhora conhece a Iara?

E ouvimos resposta como: \_Se eu conheço a Iara? Nossa, minha filha, eu conheço a Iara demais. - Outros falam assim: \_\_ Essa mulher trouxe o primeiro ônibus pra cá. Essa mulher que ajudou a asfaltar meu bairro. – É incrível.

As críticas que a gente escuta sobre ela nas ruas é por conta do jeitão dela. As pessoas falam “essa mulher só anda com a cara fechada, essa mulher não dá risada, é antipática.” Mas ela não é antipática, é o jeito dela. E uma das qualidades da Iara de que eu gosto muito é a sinceridade. Ela não é falsa. Se ela tiver vontade de abraçar e dar risada, é verdadeiro. Ninguém é obrigado a andar rindo sem querer. O problema é que esse pessoal está acostumado com o sorriso igual ao do Vitor Lippi. Eles acham que o candidato bacana, que o candidato legal é aquele que dá um tapinha no ombro e abre aquele sorrisão. Eles não vêem as qualidades reais.

Eu sou do grupo da Iara faz 20 anos. Ela falou que vou trabalhar com ela caso ela ganhe as eleições. Mas se eu for trabalhar com ela, vou arrumar um jeito de não deixar minha faxina. Porque esse pessoal, na hora que eu mais precisei, me ergueu a mão. Tenho dó de deixá-los, a não ser que eu encontre uma pessoa de responsabilidade para me substituir.

Eu penso que todos parlamentares deveriam ser como a Iara. Todos eles, assim que eleitos, tinham que ter como objetivo fazer as coisas, de verdade. Fazer em geral, mas lutar principalmente pelos menos favorecidos. As pessoas ficam falando da crise, tudo agora é a crise. Já até enjoiei desse nome. Nós estamos passando dificuldade e vamos passar mais ainda. Eu falo para todo mundo: se prepara porque para aqueles que não acreditavam quando nós falávamos do tempo do FHC, para aqueles que falavam que isso era papo de petista, para aqueles que falavam que era só pelo PT, preparem-se,

porque vocês irão ver, vai voltar tudo como era no tempo do FHC. Mas, sobre a crise: o rico está sofrendo com esse negócio da crise? Alguém acha que o rico está comendo feijão preto porque o feijão carioca está muito caro? Que o rico está procurando promoção de leite? A crise só existe para os pobres. A conta bancária deles está que não cabe mais. Vir falar de crise, vir falar de problema? O problema é nosso.

Eu também não apoio qualquer um. Já falei para alguns companheiros do PT que eles não são meus companheiros, são companheiros de Satanás, meus não. Tem um amigo meu que tem um ditado que é a pura verdade: companheiro é companheiro, filho da puta é filha da puta. Eu sou sua companheira, sou sua amiga, nós estamos juntas para o que der e vier, Mas daqui a pouco você vira as costas e eu te dou uma apunhalada. É companheiro, isso? Agora, eu apoio com toda a minha determinação a Iara, Doutor Ismael, o Amilton, o Suplicy, o Lula, a Dilma.

O segundo mandato da Dilma foi uma porcaria? Foi. Mas porque eles não deixaram ela trabalhar. Desde janeiro, a Dilma não pôde fazer nada. Foi processo em cima de processo. E por que eles fizeram isso com a Dilma? É só porque ela é do PT? Não, porque eles nunca vão aceitar uma mulher lá. Eles nunca vão aceitar. A direita nunca vai aceitar uma mulher no governo, igual a Dilma estava. Veja se tem alguma mulher agora no governo Temer. Juntou o fato de a Dilma ser petista com o preconceito horrível por ela ser sapatão. Antes, era só o que se falava. Ela teve um casamento, teve uma filha, mas depois que se separou do esposo, ninguém nunca mais ouviu falar da Dilma com ninguém, nem com homem e nem com mulher. E mesmo se ela tivesse alguém, o problema é dela. Ninguém tem que se meter na vida pessoal dela, nem na dela nem na de ninguém. Era um falatório horrível, um preconceito horrível por causa disso. E ainda mulher? Enquanto eles não a detonassem, eles não iriam sossegar mesmo. Mas a bichinha é coração valente.

Eu me conformo de ver um burguesinho falar mal do PT, já falo que ele é um burguês, filhinho de papai. Mas o que dói meu coração é ver uma pessoa que foi beneficiado pela Minha Casa Minha Vida, uma pessoa que recebe bolsa família, uma pessoa que não tinha nada e hoje tem um carro para andar, tem móveis em casa, falar mal do governo que os favoreceu.

Meu filho passou no vestibular e está estudando na UFSCar em São Carlos, está lá, mas não precisa só estudar. Ele precisa comer, ele precisa morar, ele precisa ter o lazer dele. Na xerox, não é pouco que se gasta. Ele precisa de tudo isso. Todo mês eu mando dinheiro para ajudar a pagar as contas. Porque o dinheiro que ele ganha, que é a

bolsa moradia, não dá nem para pagar a parte dele do aluguel. E ainda tem a água, tem a luz, a internet, o gás, a alimentação de final de semana - porque domingo na universidade o restaurante é fechado. Vou deixar meu filho ficar todo domingo sem comida? E o governo tem cortado cada vez mais os projetos sociais.

Quando eles afastaram a Dilma, a primeira coisa que ele cortou foi o Ciência sem Fronteiras. A verba que era liberada para as universidades foi cortada. Enquanto tiver filho de pobre na universidade, ele não vai parar de cortar tudo que é projeto social. Antes, era só a burguesia que fazia faculdade. Não se via um filho de pobre, filho de uma faxineira, de um pedreiro, fazendo faculdade. Hoje, não. Tendo determinação, a oportunidade é para todos. Todos entre aspas. Ainda assim, a maioria das vagas é ocupada pela burguesia.

Eu tenho quatro filhos. Um deles estava fazendo faculdade e teve que trancar porque não conseguiu FIES - e a mensalidade era muito cara. A minha filha mais nova tem 15 anos e estuda na ETEC. É uma menina muito religiosa. Ela quer fazer seminário para se tornar missionária antes da faculdade. Quer ser missionária porque na nossa igreja não tem pastora. Na Batista, por não ter na bíblia, procura-se não colocar isso em prática. Na Bíblia não se fala em “padra” ou pastora. Existe padre, mas mulher não tem. E na nossa igreja também. Há um pessoal que inventa, “pastora de não sei o quê”. Tudo bem, nada contra, mas é invenção deles. Se formos seguir certinho o que está na bíblia, lá não fala de pastora, fala de pastor. Até nos hinos, fala que Deus procura um pastorzinho. Ela quer fazer Pedagogia, porque ama criança.

Todos são simpatizantes do PT. Não são todos filiados, mas me ajudam, são petistas. Estão me ajudando agora, principalmente na campanha da Iara, indo de porta em porta para falar da candidata. Tem hora que eu fico olhando. São meus filhos que estão falando isso? Eles entendem muito bem. Os bichinhos têm uma inteligência.

Eu estudei até a quarta série, porque meu pai não me deixou continuar. Das filhas dele, só eu acabei não estudando, porque sou a mais velha. Essa semana, eu estava debatendo com ele e ele não gostou do que eu falei: “Você lembra que o senhor não deixou eu estudar? Se eu tivesse tido a oportunidade que meus filhinhos têm, eu era Dona Zita, caboclo”. Mas agora que meus filhos estão grandes, quem sabe eu volte a estudar. Deixa passar essa correria de eleição e eu vou ver como vai ficar no ano que vem. Agora, está muito corrido, porque além dos meus dois dias de faxina, estou me dedicando muito para ajudar essa loira. Mas vou achar um cantinho para ir, fazer alguma coisa por mim. Vou continuar sempre a minha luta pela igualdade, lutando contra o

preconceito e a discriminação. Eu nunca vou deixar de fazer isso.

Os meus filhos também me cobram muito para que eu termine meus estudos. Meu sonho era ser psicóloga. As minhas amigas falam que eu sou a psicóloga delas. Elas falam que gostam muito de contar as coisas para mim. Acho que é de tanto ter vontade de ser, que acabei colocando em prática a minha vontade.

As pessoas falam que eu deveria me candidatar, porque se eu me candidatasse, eu conseguiria me eleger - e isso seria muito bom para elas. Mas eu não vou, não. Primeiro, porque eu não tenho um pingão de vontade de fazer isso, e segundo, porque eu gosto de lutar pelo povo, mas no meu cantinho mesmo. Eu sou muito coração, mas sou muito tímida. Não digo nunca porque essa palavra é muito forte, mas hoje, eu não penso nisso.

Para terminar, por que eu milito na esquerda? Porque a esquerda tem os projetos nos quais que nós acreditamos. A esquerda luta e trabalha pelo que o pobre precisa. O que a esquerda faz pelo povo, a direita nunca fez e jamais irá fazer. O PT e a esquerda militam para todos, seja pobre, seja rico. A direita só trabalha para a burguesia. É por isso que eu sou militante da esquerda.

## **Maria Eduarda- Eu não sai da esquerda**

Eu comecei a militar quando eu tinha uns 17-18 anos. Eu entrei na política porque eu já conhecia a história, já me identificava com os pensamentos de Brizola e, quando ele voltou do exílio, eu fui para a Rio Branco ou para a Presidente Vargas – não estou me lembrando, fui ver o discurso da volta dele. No dia seguinte eu me filiei. Hoje em dia eu não estou mais no PDT.

Eu já gostava dos pensamentos do PDT. Eu concordava com as coisas que o PDT e o Brizola falavam desde lá fora - na época, eu era criança, eu fui acompanhando, mas só com uma certa idade que você tem maturidade para entender. Eu gostava do Brizola, das coisas que o Brizola falava. Eu me identificava muito - não com a pessoa do Brizola, mas com os ideais. Nunca fiz parte da Brizolândia<sup>13</sup>. Mas o Brizola foi um estadista tão grande que até hoje muitos discursos que o Brizola fez se aplicam.

Particpei de muitas coisas dentro do PDT: de reuniões, de manifestações, de eleição, de boca de urna, de tudo. Mas quando o Brizola morreu eu saí. Não foi só porque o Brizola morreu, foi porque depois que ele faleceu o PDT mudou muito. E aquilo já não me agradava mais, já não era mais o que eu queria. A mudança foi muito brusca para mim. Tanto é que não foi só eu quem saiu. Paulo Ramos<sup>14</sup> saiu e hoje está no PSOL, o Miro Teixeira tentou ficar e hoje já está em outro partido<sup>15</sup>. Aquelas pessoas que tinham suas convicções, os seus ideais, não conseguiram se manter no novo PDT de Carlos Lupi<sup>16</sup>. Não deu.

Eu já fui diretora de sindicato, do nosso Sindicato, SINDPED-RJ e, aqui na associação, eu já não sei nem quantas vezes eu já vim em chapa. Eu vim para a associação quando era nova, mesmo no sindicato. Então já devo ter mais de 20 anos aqui. Já até dei entrada na minha aposentadoria, só não sei se vou dar continuidade ou se vou suspender por conta do que está acontecendo com os aposentados.

Eu vim parar no PRODERJ em 1984. Eu trabalhava na Nacional Informática na

---

<sup>13</sup> Segundo a própria Maria Eduarda, na época de Leonel Brizola, militantes do PDT, em sua maioria mulheres, passavam o dia na Cinelândia no centro do Rio de Janeiro distribuindo material do partido e conversando com a população. O nome Brizolândia surgiu da junção das palavras Brizola e Cinelândia.

<sup>14</sup> Paulo Sérgio Ramos Barboza é deputado estadual pelo Estado do Rio de Janeiro. Era filiado ao PDT até 2014, quando saiu e ingressou no PSOL.

<sup>15</sup> Foi Ministro das Comunicações durante o governo Lula. Atualmente é Deputado Federal do Estado do Rio de Janeiro pelo partido REDE Sustentabilidade.

<sup>16</sup> Atual presidente Nacional do PDT.

época, aí soube que estavam abertas as inscrições para o PRODERJ, fiz a prova e passei.

Nunca tive cargo dentro do PDT. Eu ia para as reuniões e fazia mais a parte política, não queria cargo de nada. Eu gosto das coisas, mas eu não gosto de me sentir presa por causa de algum cargo ou outra coisa. Por isso, também nunca quis ser candidata. Eu gosto de ter minhas ideias, por isso eu gosto da Associação. A gente se reúne, cada um fala o que quer e a gente tira consenso. Eu tinha que trabalhar, eu tive uma filha. Então eu tinha muita coisa para fazer e não queria cargo. Hoje, minha filha trabalha o dia inteiro, está fazendo faculdade ainda. Mas tem consciência política. Ela tem consciência, entendeu? Ela acompanha, ela fala, ela conversa com as pessoas. A militância dela é essa. Ela conversa com as pessoas, ela mostra – olha, está errado o que estão fazendo. E ela também é de esquerda, do PSOL.

Quando ela era pequena, até em reunião eu a levava, porque às vezes não tinha com quem deixá-la. Eu trazia minha filha para as greves, levava minha filha para manifestação. Quando o PRODERJ ficava na UERJ, minha filha ficava lá embaixo comigo no DCE. Brincava com todo mundo de lá. Ela foi criada aqui. Eu morava aqui perto e, às vezes, meu ex-marido - com quem fui casada por 22 anos - passava a tarde e vinha buscá-la. Nesse sentido, eu nunca tive problema com meu ex-marido - que não militava, mas gostava.

Na minha família não tinha ninguém envolvido com político, não tem ninguém que acompanha e até hoje eu brigo com eles por não escutarem, por não lerem, por não raciocinarem. Até hoje: \_ Ah, eu não gosto disso, não gosto de política. Só que as pessoas não entendem que não é o fato de você gostar ou não de política, a questão é que a sua vida quem conduz é a política que está acontecendo. Mas tem muita gente que eu só escuto assim: \_ Eu não gosto de política, vamos mudar de assunto. - Então tá, fazer o quê?

Eu tenho muita pena dos jovens de hoje em dia. Porque além do que está para acontecer com a aprovação das leis, tanto a trabalhista quanto a previdenciária, eu tenho pena que muitos deles não tenham engajamento político. Ainda tem os resistentes, mas a maioria perdeu a ideologia e as suas concepções. O negócio é ir para se projetar e fazer o que o partido quer para ganhar carginho e dinheiro.

E não são apenas os adolescentes, não. Ninguém se envolve. Hoje mesmo eu



postei: cadê as panelas? Cadê as manifestações contra corruptos? Quando a Dilma quis dar o cargo para o Lula, pulou gente para bater panela e fazer manifestação. O Temer criou dois cargos, um para o Moreira Franco – que já foi denunciado na lista da Odebrecht<sup>17</sup>, já está na Lava Jato<sup>18</sup>, e o outro também. Só para proteger os caras, para dar foro privilegiado. E cadê as panelas? Cadê as manifestações? Não era anticorrupção.

Eu acho que chegou a um ponto que não é dizer esquerda ou direita. No momento, não está tendo isso. No momento está tendo você enxergar quem está no poder e o que está fazendo, porque isso afeta tanto as pessoas de direita quanto de esquerda. Olha quanto aquele Sérgio Cabral Filho<sup>19</sup> roubou! Olha quanto está sendo roubado em Brasília. Não pelo caso de você ser de esquerda ou você ser de direita, acho que a gente tem que ter o bom senso das coisas. Achar que isso é normal, a direita pode e a esquerda não pode ou a esquerda pode e a direita não pode. Não, vamos enxergar o que está acontecendo. Eu digo que eu não tenho corrupto de estimação. Para mim, se roubou, vai preso. Mas tem que ter o mesmo peso e a mesma medida para todos. Tem que ser a mesma coisa.

Mas sabe o que está acontecendo? As pessoas falam que o povo não sabe votar. Eu acho que o povo realmente não sabe votar, mas hoje não tem muita opção de voto. Basta ver as eleições agora pra prefeitura no Rio de Janeiro. Quem ganhou as eleições? Foi o voto nulo e branco. E eu fico pensando, quem não conhece a história do Crivella<sup>20</sup>? Quem não conhece? E então você conhece a história do Freixo<sup>21</sup> e o PSOL. Você conhece os dois. Não tem como aqui no Rio de Janeiro dizer que não conhece. E o voto nulo e branco ganha? Você dá voto para o Crivella? Não consigo entender uma coisa dessas. Baseado em um monte de mentira. \_ Porque ele vai liberar a maconha. - Ele não pode liberar porcaria nenhuma. Ele é prefeito, não é governador, não é

---

<sup>17</sup> A lista da Odebrecht é a forma como ficou conhecida a "lista apreendida na casa de um executivo da Odebrecht com uma extensa relação de valores, nomes e anotações sobre pagamentos relacionados a empreiteira, investigada pela Operação Lava Jato, com centenas de políticos de dezenas de partidos." (VENTURINI, 2017).

<sup>18</sup> Lavo Jato é, segundo o Ministério Público Federal, o nome da maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Fonte: Disponível em: < <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em 05 fev. 2017

<sup>19</sup> Ex-governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PMDB. Foi preso em 17 de novembro de 2017 pela Polícia Federal, acusado de desvio de propina na Lava Jato (AFFONSO; MACEDO; COUTINHO, 2017).

<sup>20</sup> Marcelo Bezerra Crivella é atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro pelo PRB. É bispo pela Igreja Universal do Reino de Deus.

<sup>21</sup> Marcelo Freixo é deputado estadual pelo Estado do Rio de Janeiro. Em 2016 concorreu às eleições municipais para prefeito da capital e perdeu para Marcelo Crivella no segundo turno.

presidente. E não adiantava falar. Quer dizer, foi uma imagem que criaram pra ele, e o povo não pensa, o povo não lê, não acompanha e vota no crente que está botando a igreja toda na prefeitura.

Mas sabe uma coisa que está acontecendo? O Pezão conseguiu reunir o MUSP. Todos os funcionários públicos ele conseguiu unir e está - com essas bombas jogadas nas manifestações - colocando até a opinião pública contra ele. Porque o que se fechou de estabelecimento, parou-se o trânsito, gente passando mal. Culpa dele e do Picciani.

E a CEDAE<sup>22</sup> não pode ser privatizada de jeito nenhum. A CEDAE é nossa, já basta as privatizações que lá em 97/98 o PSDB já fez com Marcelo Alencar e Fernando Henrique. E nada melhorou, só deu dinheiro para eles. Mais nada.

E estão parcelando em seis vezes o pagamento de dezembro. DEZEMBRO. Mas ainda tem gente que vai trabalhar, não faz uma greve, não faz uma manifestação e ainda vira para você e fala assim: \_ Se eu conseguir o dinheiro da passagem, eu vou trabalhar. - Me poupe. Vai ser escravo. Eu, como não nasci pra isso, se tenho que gastar dinheiro com passagem, gasto dinheiro com a minha greve, não para ficar sorrindo para quem não está me pagando.

Eu fico pensando como é que as pessoas são. As pessoas tem bronca do PT, do Lula e da Dilma, a maioria ficou com esse negócio. Mas votam no Crivella para não votar na esquerda de novo. Vamos separar as coisas. Como se outros partidos fossem uma maravilha e ninguém roubasse. Aí o Temer cria um ministério para o Moreira Franco. Cadê as panelas? Ninguém bateu as panelas, não tem uma manifestação marcada.

Eu queria isso, que as pessoas, não só os estudantes e os jovens, mas os adultos, todo mundo, parasse com esse negócio de esquerda e direita, coxinha e mortadela. Tem que olhar o que está acontecendo e tomar uma posição dentro do que está acontecendo. Vamos ver a conjuntura, porque depois não adianta chorar. Depois que vem uma reforma da previdência e uma reforma da CLT, acabou. Não adianta o cara ser empresário e achar que tem que fazer a reforma da CLT, porque depois ele não vai ter nem para quem vender, vão arrebentar com o povo e o povo vai comprar o quê dele? Nem emprego ele vai poder dar. Porque é pra isso que nós estamos caminhando.

---

<sup>22</sup> A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE- está sob ameaça de privatização através do projeto de lei 2.345/17.

O pessoal foi muito feito de massa de manobra. Massa de manobra você é se tu quiser. Você não está vendo o que está acontecendo? Você aceita? Eu vejo jornal da globo, mas vejo outras coisas. Eu raciocino o que a Globo está falando e o que os outros estão falando e onde está a verdade.

Hoje não sou filiada, mas o partido que eu mais me aproximo, que mais se aproxima das minhas convicções e do que era o PDT, é o PSOL, que no momento é o único partido que nós temos. Tire o PSOL e me dê o nome de outro? Não tem. E eu digo assim: não é nem se é esquerda e nem direita, é ter consciência do que está acontecendo. Mas não ganhou o cargo, o cara já debandou. O outro ganhou uma secretaria, pronto. E o outro porque ganhou horário na televisão. E esse negócio da mudança de partido, vou te contar. É uma tremenda sacanagem.

O Cristovão Buarque era do meu partido. Ele, quando foi do PDT, era uma coisa. As pessoas se vendem muito fácil. Cesar Maia, enquanto foi do PDT, foi o melhor secretário de fazenda que o estado do Rio de Janeiro teve. Quando ele traiu o Brizola, foi a derrocada dele. Marcelo Alencar traiu o Brizola. Foi a derrocada. O Luppi traiu o Brizola morto e depois de morto.

O PT nunca foi um opção para mim. Reconheço a história do PT enquanto movimento sindical, depois, eu não entendi mais nada. Nunca acreditei nesse povo do PT que é tudo Articulação<sup>23</sup>. Porque eu tive experiências com o PT Articulação e não consigo votar em ninguém do PT. Não votei no Lula, não votei na Dilma. Claro que essa experiência é com o PT Articulação. Há outras frentes mais honestas que resultaram até em dissidências que não concordaram com essa maioria.

Era nojento. Se você não fazia parte do PT Articulação, você não podia nada. Para você conseguir as coisas dentro do Sindicato era difícil – como até hoje é -, mas hoje em dia eu nem quero mais saber, eu saí. Eu fiquei 3 gestões no SINDPED – RJ. Eles são mais CLT, são mais as empresas seletivas e particulares e o PRODERJ é Estado. A gente tem um Estatuto do Servidor com leis diferentes da CLT.

---

<sup>23</sup> O Partido dos Trabalhadores é constituído por algumas correntes, dentre elas encontra-se a Articulação- Unidade na Luta - que tem como membro pessoas como o ex-presidente Lula, a presidente Dilma, José Dirceu, etc. Desde 2002, devido aos escândalos de corrupção que abalaram o PT de modo geral, mas principalmente aos integrantes desta frente, a corrente passou a ser denominada Construindo um Novo Brasil (CNB). Fonte: Disponível em: <<http://www.construindounovobrasil.com.br/index.php/2014-11-04-03-21-06>>. Acesso em 17 fev. 2017

Existe muito machismo, mas eu nunca senti. O homem se acha, é uma luta. Mas você consegue se colocar, colocar os seus pensamentos, o que você concorda ou não. É difícil, é luta. Tem que falar de igual para igual, senão fica difícil. E não é só no partido, não, é no sindicato também. Tem que saber se impor, saber falar. Mas, às vezes, o maior problema não era eu ser mulher - era eu ser da outra posição. Os meus pensamentos e os meus posicionamentos eram muito diferentes da maioria. Era muito difícil trazer o Sindicato para a luta com essa majoritária. Eu me afastei do Sindicato por causa disso. Lá era muito partido junto e as cabeças não batiam. E tem muito emparelhamento. Coisa que o PDT nunca fez. A gente não tinha isso. Eu gostava muito do Brizola porque ele dizia assim: todos vão ser beneficiados, então vamos fazer. Que saudade eu tenho desse velhinho. Com ele, era amor ou ódio, mas quando ele ia falar na televisão, os bares ficavam cheios, as ruas ficavam em silêncio, porque todo mundo queria ouvir.

Eles tentaram me cooptar para o PT, só que eu sou osso duro de roer, não me vendo assim, não. E aqui é o seguinte: eu não quero saber quem você é ou qual o seu partido. O que a gente precisa conversar é o problema que está acontecendo dentro do PRODERJ e da conjuntura do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo.

Às vezes ,me cansa. Às vezes, eu falo assim: não quero saber de mais nada, não quero me envolver, não quero nada. Mas quando eu vejo, já estou lá envolvida. Eu não consigo ficar longe. Às vezes, estou cheia de dor em casa e tem manifestação, mas se eu não for, vou passar mais mal. Então deixa eu ir e sentir dor lá.

Ainda assim, eu não saí da esquerda. Mas nada impede que a direita faça alguma coisa boa. Acho que tem que dar continuidade aos projetos independentemente do partido. É o caso dos CIEPs<sup>24</sup>, por exemplo. Só porque Darcy Ribeiro e Brizola fizeram, não quiseram continuar com a política. A única obra à qual deram continuidade foi o Sambódromo. A gente quer é um país mais justo, independentemente se for esquerda ou direita, embora a esquerda se preocupe mais com isso.

No Brasil tem muito pobre metido a burguês.

---

<sup>24</sup> Centros Integrados de Educação Pública.

## **Capítulo 4 - Perspectivas e desafios da esquerda contemporânea: olhares das mulheres militantes**

A árvore da ideologia está sempre verde.  
Norberto Bobbio

Neste capítulo, é apresentado o debate sobre a díade direita-esquerda, e a partir das narrativas relatadas no capítulo anterior, expomos os olhares das mulheres militantes dos partidos de esquerda sobre o cenário contemporâneo, desde a redemocratização em 1985 até os dias atuais, apontando os desafios e as perspectivas da política partidária à esquerda. Dialogando com diferentes autoras/es, constrói-se em um primeiro momento uma análise da dinâmica da política de esquerda e, posteriormente, aponta-se os desafios enfrentados pelas mulheres para assegurar sua participação nestes partidos políticos.

Há um debate que de tempos em tempos ocupa o cenário político – embora nunca o deixe em sua totalidade: ainda existem fundamentos para a díade esquerda-direita? É possível continuar usando essas categorias depois da queda do Muro de Berlim e a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas? Não é uma visão extremada e limitada dividir os partidos e movimentos em apenas duas categorias?

No Brasil, esse cenário se complexifica uma vez que, desde o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o sistema multipartidário foi adotado e, atualmente, temos registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 35 partidos - e ainda há mais 45 em formação. Como tentar encaixar um número tão grande de partidos políticos em apenas duas categorias?

Historicamente, as noções de esquerda e direita estão vinculadas à Revolução Francesa no século XVIII, quando, durante as reuniões dos Estados Gerais, se sentavam à esquerda as pessoas que se identificavam com o igualitarismo e reforma social, e à direita os delegados aristocratas e conservadores. Nessa época, esquerda e direita significavam mudança ou defesa da ordem. Porém,

Independentemente do que vier a ocorrer, direita e esquerda têm hoje uma vida autônoma com respeito à matriz em cujo interior foram originalmente desenvolvidas. Conquistaram o planeta. Tornaram-se categorias universais da política. Fazem parte das noções de base que informam genericamente o funcionamento das sociedades contemporâneas. (GAUCHET, 1994, p. 84 *apud* BOBBIO, 1995, p.

Desta forma, embora as categorias de direita e esquerda tenham uma base histórica que remeta à Revolução Francesa, a sua práxis é alimentada histórica e geograficamente.

Para Mandeira e Tarouco (2013), com a expansão do movimento operário e dos ideais marxistas, passou a se classificar como esquerda as posições que defendem os interesses da classe proletária - e como direita a burguesia e a defesa do capitalismo.

Atualmente, muitos são os critérios para determinar as noções de esquerda/direita, variando de acordo com a visão de cada autor. Alguns elementos de discussão utilizados são, por exemplo, a função do Estado, a análise marxista, a limitação/expansão do *WelfareState*, ideias progressistas ou conservadoras, visão sobre a igualdade, etc. Para Bobbio (1995):

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos, em que se divide o universo, eminentemente conflitual do pensamento e das ações políticas. (BOBBIO, 1995, p. 31)

Segundo o autor italiano, enquanto termos antitéticos esquerda e direita são excludentes: um movimento jamais poderá pertencer às duas categorias, e ao mesmo tempo, a ideia de um depende da existência do outro. Por isso, para ele, há diferenças em suas alas extremas – em contraposição as áreas moderadas - o comunismo e o nazismo tentam aniquilar a possibilidade de existência do outro, sendo por isso formas antidemocrática que tendem a se tocar.

Bobbio (1995) defende a permanência da díade esquerda-direita porque, mesmo com outras significações, as pessoas continuam se utilizando dessas categorias para debater política. Para analisar a realidade concreta, ainda nos utilizamos dos significados atribuídos a essas duas noções. Em uma conversa sobre política, a primeira pergunta que se faz é se tal pessoa é de direita ou de esquerda. Como pode duas categorias perderem sentido se são ainda hoje largamente utilizadas?

Como as duas categorias não desapareceram, Bobbio (1995) entra no debate sobre o critério que as diferencia. Para ele, o que fundamentaria direita e esquerda seria a postura que um grupo de pessoas organizadas em sociedade assume diante do ideal de igualdade no qual, “ de um lado, estão aqueles que consideram que os

homens são mais iguais que desiguais” e do outro, aqueles que “consideram que são mais desiguais que iguais”. Desta forma, a esquerda seria igualitária e a direita inigualitária, diferenciando-se porque:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis. (BOBBIO, 1995, p. 105).

Concordando sobre o critério de igualdade, Singer (2002) aponta que, no Brasil, o eleitorado de esquerda e de direita não são os mesmos dos países centrais. Enquanto nesses países a questão está envolta nas mudanças em direção a igualdade, aqui o debate gira entorno da maneira de atingir a igualdade.

Enquanto a localização à direita está associada à ideia de reforço da autoridade do Estado para promover as mudanças igualitárias, de modo que elas ocorram sem prejuízo da ordem (e talvez até com exacerbação da ordem), a localização à esquerda está vinculada a uma contestação da autoridade do Estado na sua função repressiva em relação aos movimentos sociais, que visam a produzir transformações na direção da igualdade. Em outras palavras, a localização à esquerda está associada a imaginar as mudanças por meio da mobilização social, ainda que isso represente um perigo de estabilização da ordem. Alternativa que a direita recusa. (SINGER, 2002, p. 20)

Para Singer (2002), o cenário que acarretou o tensionamento ideológico entre direita e esquerda foi a eleição de 1989, que viabilizou um retorno ao pré-1964. Com a volta dos partidos políticos e da democracia, era possível ter uma oposição.

Durante a Quarta República, período marcado pelo golpe de Estado, é instaurado um sistema político autoritário que decidia tudo via Ato Institucional e Ação Complementar. Naquele momento, vigorava de maneira compulsória o bipartidarismo - o que possibilitava a existência de apenas dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Diferentemente de outros locais onde o surgimento de dois partidos foi um resultado da sedimentação das preferências e opiniões dos eleitores, no Brasil, o modelo bipartidário foi originário do AI nº 2 (27.10.1965) e do Ato Complementar nº4 (AC-4). É válido lembrar que, antes do golpe, funcionavam 13 legendas no Brasil e mais o Partido Comunista Brasileiro, que atuava na clandestinidade desde 1947 (SCHMITT, 2000).

Partidos com visões diferentes iriam entrar nessas duas organizações que não levavam o nome de partido porque o AC-4 determinava apenas atribuições provisórias. Os dois só viriam a ser oficializados no TSE em 1966. O propósito dessa divisão era englobar, de um lado, os partidos favoráveis ao regime e, do outro, em caráter mais modesto, os remanescentes da oposição (já que muitos parlamentares perderam seus mandatos e/ou foram exilados).

Durante a vigência do sistema bipartidário, era desproporcional a força entre as duas organizações. Nesse período, a ARENA elegeu 62,3% dos deputados federais e 70,8% dos senadores, enquanto o MDB elegeu apenas 29,2% do Senado Federal e 37,8% dos membros da Câmara dos Deputados - uma desproporção tão grande que alguns membros da ARENA autodenominavam o partido como o “maior do Ocidente” (*idem*).

A partir de 1979, com o decreto da Anistia e a revogação dos atos institucionais, o cenário político surge e favorece o crescimento do MDB, acontecimento mal visto pelo regime que acreditava que:

A concentração das forças de oposição numa única legenda estimulava o aludido caráter plebiscitário do processo eleitoral, aumentando o risco de derrotas inesperadas da ARENA. Dividir a oposição passava a ser uma opção cada vez mais conveniente, ainda que o preço a pagar fosse o restabelecimento do multipartidarismo. (SCHMITT, 2000,p. 24)

O sistema bipartidário seria extinto com a Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979. Em apenas um semestre, o país já tinha 6 partidos registrados no TSE, dentre os quais, o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980. Ele era o único que não trazia em seus quadros as velhas lideranças da ARENA e MDB, e sim pessoas oriundas do novo sindicalismo paulista.

Em 1985, aconteceria a última eleição presidencial de maneira indireta via colégio eleitoral. Após a vitória de Tancredo Neves do PMDB – partido originário do MDB – e sua posterior morte, o Brasil entra num cenário de instabilidade política que culmina na nova Constituição de 1988 e nas eleições diretas em 1989.

É esse momento que Singer (2002) marca como início do confronto entre partidos de esquerda e de direita na história nacional recente. Para ele, a realização de segundos turnos, como previa a nova Constituição, acirrava as lutas ideológicas. Também contribuiu para o tensionamento político da díade o fato dos partidos de centro estarem desmoralizados, algo marcado na figura de José Sarney.



Não nos ateremos aos pormenores dos processos eleitorais desde então. Apenas destacamos que, a partir de 1989, excetuando-se a eleição de Fernando Collor de Melo do PRN, toda as eleições seguintes – de 1994 até 2014 – tiveram suas decisões decididas entre o Partido da Social Democracia Brasileira (originário de uma dissidência do PMDB) e o PT - o primeiro representando o centro-direita e o segundo a esquerda.

No entanto, com a entrada do PT no poder a partir de 2002, inicia-se uma série de debates sobre a pertinência ou não desse partido na esfera da esquerda. Situação que se agrava com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff e as manifestações pró-impeachment em 2015 e 2016. É esse o cenário político no qual as entrevistas desta pesquisa ocorreram.

Para Mônica, a entrevistada do PSOL de Sorocaba, a não eleição de Lula em 1989 – quando este perde para Fernando Collor – acarretou a transformação do Partido dos Trabalhadores nas eleições posteriores:

*Em 1989, me filiei ao Partido dos Trabalhadores -, o meu irmão se filiou primeiro e logo depois, eu. Lá, começamos a ter uma participação política mais ativa. Participamos da primeira campanha do Lula - que se tivesse sido eleito naquele momento, a história do Brasil seria outra. **É muito diferente a não-eleição do Lula em 1989 e a eleição do Lula em 2002. O Partido dos Trabalhadores passou por uma degeneração enorme nesse processo.**(MÔNICA, 45 anos, entrevistada em 28 de junho de 2016, grifo nosso)*

Lula e a esquerda tiveram chances reais de vencer as eleições de 1989, mas a vitória, mesmo que tardia, só chegaria em 2002 com elementos contraditórios, favoráveis e desfavoráveis (ANTUNES, 2004). No primeiro momento, os movimentos sociais viviam um forte ciclo de lutas, canalizado principalmente através da CUT, do MST e do PT. No entanto, em 2002, se vivia um relativo recuo das lutas de outrora, cenário adverso que levou o PT a fazer uma série de concessões vistas como necessárias, mas que em 1989 seriam inimagináveis.

Para Antunes (2004), a vitória do PT representava naquele momento a possibilidade da ruptura com as medidas neoliberais adotadas desde 1989. Eleger pela primeira vez um candidato de origem proletária tinha um significado real e simbólico importante. Embora, para chegar a esse resultado, o PT tenha feito uma série de concessões - dentre elas, se aliar ao Partido Liberal (PL). Medida ditada pelos setores majoritários do partido e que constrangia a base, os movimentos sociais, os sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mônica aponta que a ruptura para que seu grupo político dentro do PT saísse foi o lançamento da “Carta ao Povo Brasileiro” de Lula em 2002, na qual ficava claro que o partido estava disposto a negociar com todos os setores da sociedade, isso incluía o grande capital e latifundiários. Em suas palavras:

*Em 2002, o Lula é eleito. Nesse período, nós tínhamos um grupo político dentro do PT que já tinha lançado candidatos e que tinha ganhado eleições com vereadores. E já tínhamos bastante dificuldade de atuação dentro do Partido dos Trabalhadores. **O partido já tinha feito opções, inclusive nos congressos, de chegar ao poder a qualquer custo.** Quando a gente elegeu um candidato a vereador em Sorocaba, isso nos fortaleceu até mesmo para travar disputadas dentro do próprio partido. **Com o Lula presidente e o anúncio da Carta ao Povo Brasileiro, chegamos à conclusão que não daria mais para continuar ali - e saímos em 2004. E esse grupo começa a construção do PSOL em Sorocaba.** (MÔNICA, 45 anos, entrevistada em 28 de junho de 2016, grifo nosso)*

No entanto, Mônica não é a única a acreditar que a mudança do PT se inicia em 2002, com o anúncio desta carta. Singer (2012) pontua que, quando o comitê de Lula decide se comprometer com as exigências vinda do capital, era dado sinal de que o velho radicalismo petista tinha sido suspenso e agora estava em jogo o abandono da postura anticapitalista que o partido adotara na fundação. Como podemos ver na citação abaixo, o próprio presidente Lula declarou que era, em um primeiro momento, contra a Carta ao Povo Brasileiro, porém a reconhece como um fator importante para a vitória.

*Depois nós fizemos a Carta ao Povo Brasileiro, que foi um documento muito necessário. Eu era contra. Aliás, eu era radicalmente contra a carta porque ela dizia coisas que eu não queria falar, mas hoje eu reconheço que ela foi extremamente importante. Então, era preciso tentar construir alianças. [...] Então, na campanha para o segundo turno, se estabeleceram as conversas com os outros partidos políticos. Nós, obviamente, tínhamos uma preocupação com a governabilidade. Por mais puros que quiséssemos ser, tínhamos a clareza de que, para aprovar alguma coisa no Congresso, tínhamos que ter pelo menos 50% mais um dos votos, tanto na Câmara como no Senado. Era preciso construir essa maioria, senão você não governa. (SILVA, 2013, p. 18-19)*

Devido as críticas as circunstâncias na estrutura do Partido dos Trabalhadores, Mônica e o grupo que ela compunha aceitam o chamado para ajudar na construção do Partido Socialismo e Liberdade na cidade de Sorocaba. Desta forma, o PSOL é uma dissidência do PT. O processo de saída de um partido que se ajudou a construir é descrito por Mônica como um rompimento com um filho, uma relação abortiva, porém

necessária, uma vez que, ao seu ver, o partido não representava mais aquilo que se acreditava, mas sim, a ordem. Ideologicamente, o PT não condizia mais com os ideais que ela acreditava.

*Essa é a história do Psol de Sorocaba. E foi uma construção muito difícil - sabíamos o porquê de nossa saída, mas o PT estava em alta. O PT era o partido. O Lula mais tarde foi chamado pelo Obama de “O cara”. Então, ninguém entendia porque a gente estava saindo do PT. Eu era filiada ao Partido dos Trabalhadores desde os 14 anos. Passei os melhores momentos da minha vida, a minha adolescência e juventude, construindo o Partido dos Trabalhadores. **Chegar a um ponto em que você entende que esse partido é o partido da ordem e tem que romper com isso é difícil. Parecia romper com um filho que você criou e cuidou, mas que não era mais aquilo.** Parece que foi um processo de aborto. Eu tinha construído toda uma história dentro do PT e precisei romper pela questão ideológica. Nesse grupo em que eu militava, dialogávamos e conversávamos dentro dele o que dava essa firmeza à ideologia da necessidade do rompimento, mas, fora do grupo, ninguém entendia isso. Meus pais, por exemplo, achavam um absurdo a gente estar saindo do PT.*

*Nessa época, dentro do PT, tínhamos eleito um vereador, e não sabíamos se no PSOL, um partido novo, a gente conseguiria eleger um vereador e manter a militância, mas mesmo assim saímos. E foi uma dificuldade imensa convencer as pessoas de que nós tínhamos tomado a decisão certa naquele momento. Mas hoje, a gente tem essa certeza, a clareza de que foi a melhor decisão e que saímos exatamente no momento onde o PT se degenerou por completo. Hoje esse fato é público, mas naquele momento não era. (MÔNICA, 45 anos, entrevistada em 28 de junho de 2016, grifo nosso)*

Com registro no TSE desde 2005, este novo segmento da esquerda surge na tentativa de ocupar o lugar revolucionário deixado pelo Partido dos Trabalhadores. Para Veiga (2007), a parte das lideranças que saíram do PT e foram para o PSOL representava o segmento mais ideológico e intelectualizado daquele partido.

Singer (2012) analisa a situação atual como um paradoxo no qual a esquerda brasileira ganhou e perdeu ao mesmo tempo. Para ele, é inegável que houve melhoras com ascensão do PT e do projeto que ele denomina “lulismo”, uma vez que, mesmo com um projeto reformista fraco, o país pode avançar na redução da sobre-população trabalhadora super empobrecida permanente. Mas, justamente no momento que o contingente proletário aumentou, a luta ideológica recuou.

A militante Maria Angélica do PT de Araçoiaba considera as proposições do PSOL inadequadas para a realidade do momento histórico em que vivemos. Para ela, o que é possível fazer é iniciar um processo que culminará nas melhorias sociais, mas é

algo gradual e não imposto. Segundo Angélica:

*Eu fico ouvindo a Luciana Genro falar e eu babo na fala dela porque é o que a gente quer, é o que a gente defende. Mas ela vai ganhar a eleição? Não vai. É processual. A gente vive um processo que é muito interessante. Vendemos a alma para o diabo, o diabo está cobrando a fatura, a fatura é a alma, é a essência, só que nós tivemos tempo de mostrar essa essência. A gente teve tempo de divulgar essa essência, de mostrar que existe uma essência diferenciada e pessoas compraram isso e adquiriram essa essência. Hoje estamos numa correlação de força que é visível. Nós estamos num movimento maniqueísta. Se atravessarmos o processo significar comprometer a própria democracia. É uma ditadura de esquerda o que se quer? Eu não quero uma ditadura de esquerda. Eu não quero ditadura nenhuma. Nem de esquerda e nem de direita. Eu não quero uma ditadura, eu quero um processo democrático, e sem golpe. Da correlação de forças. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso).*

Sua fala traz elementos políticos que configuraram a gestão do governo petista, o ideal de que não é pela ação extrema que a esquerda deve caminhar, mas sim por um meio intermediário. Ideal que é marca de um partido que optou por não confrontar o capital (SINGER, 2012). Mas que, ao mesmo tempo, aproveitando um momento de expansão capitalista, conseguiu através de programas sociais reduzir a pobreza e tirar o país do Mapa da Fome da ONU (FAO, 2014).

O problema da governabilidade é algo que vai muito além do Partido dos Trabalhadores, mas envolve todo o sistema político nacional. O presidente Lula, ao debater as questões das concessões feitas pelo partido, rebate dizendo que:

Existem dois PTs. Um é o PT congressual, parlamentar, o PT dos dirigentes. E outra coisa é o PT da base. Eu diria que 90% da base do PT continua igualzinha ao que era em 1980. Ela continua querendo um partido que não faça aliança política, mas ao mesmo tempo sabe que, para ganhar, tem que fazer acordos políticos. [...] E tem o PT eleitoreiro. E, hoje, ou nós fazemos uma reforma política e mudamos a lógica da política, ou a política vai virar mais pervertida do que já foi em qualquer outro momento. É preciso que as pessoas compreendam que não só a gente deveria ter financiamento público de campanha, como deveria ser crime inafiançável ter dinheiro privado nas campanhas; que você precisa fazer o voto por lista, para que a briga se dê internamente no partido. Você pode fazer um modelo misto – um voto pode ser para a lista, o outro para o candidato. O que não dá é para continuar do jeito que está. (SILVA, 2013, p. 24)

Porém, mesmo com alianças que fogem do escopo ideológico do PT, Maria Angélica acredita que o partido teve tempo de deixar sua marca na população, e foi pela manutenção dos projetos petistas que o povo foi às ruas defender o governo Dilma em 2015 e 2016.

*O PT era um partido de intelectuais e de um grupo de pessoas em situação de pobreza. Era uma base que vinha agregada a uma elite intelectual que trazia a questão ideológica. E essa base foi se apoderando desse conteúdo, desses conceitos, dessas ideias. O PT sempre trabalhou muito na formação da base para a formação política. E essa base foi se politizando. Hoje, quando se enche 14 quarteirões da Paulista com pessoas, avermelhou aquela rua, são com pessoas basicamente da classe C, D e E, tirando meia dúzia de gato pingado que não sabia o que estava fazendo e os malditos dos jornalistas conseguem caçar esse povo e filmar o cara falando “ganhei 30 reais e um sanduíche pra vim”. Mas a grande maioria que estava presente sabia o que está fazendo ali. Este período que a gente viveu serviu como tempo de formação dessas pessoas. Só que agora a gente vai ter que pagar o preço disso. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

Ela destaca que mesmo a militância do PT estava abatida com medidas tomadas pelo governo. O questionamento se o partido permaneceria ou na esquerda não passou despercebido pelas pessoas que compõem a organização. No entanto, esse cenário mudou quando se iniciou o processo de *impeachment* e os ataques ferozes ao PT. A partir desse momento, seus quadros se lembraram do porquê faziam parte daquele movimento e no que acreditavam.

*Outra coisa é se essa história despertou algum gigante, foi a militância petista. Que estava morna com baixa autoestima, confusa e perdida. Sabe o que essa direita desse fez? Foi acordar o gigante que estava adormecido mesmo. Eu digo por mim, eu estava descorçoada, pensando que o PT tinha se perdido e nem eu - nem e ninguém - conseguia enxergar uma luz no fundo túnel para voltar. Mas agora, eles nos deram, de bandeja. Vai chegar o momento que nós vamos ter que falar: coxinhas, obrigada. Vamos ter que reconhecer que nós devemos isso a eles. Porque agora, vejo por Sorocaba, o movimento está unido, conciso. Todo mundo dentro de uma rede de whatsapp com o discurso igual. Todo mundo indo para as frentes. Obrigada coxinha, você me mostrou que eu sou petista, que eu sou de esquerda, que é isso que eu quero para o meu país e que eu não vou ficar com mimimi por causa de coisa idiota. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

Os “coxinhas” aos quais Maria Angélica se refere é um termo que se popularizou para designar pessoas que apoiavam o golpe/impeachment, geralmente sujeitos da classe média bem arrumados e com ideologias reacionárias. O seu oposto é designado por outra comida: os “mortadelas”. Em referência a algumas entrevistas em que pessoas diziam receber pão com mortadela para irem nas manifestações contra o

golpe/*impeachment*. Seriam termos contemporâneos para significados antigos, a direita e a esquerda em sua versão transvestida.

Outros elementos que também são utilizados como sinônimos de esquerda e direita são em menção às roupas com que as pessoas iam se manifestar, os CBF vs camisas vermelhas. Como uma forma de demonstrar patriotismo - uma vez que as pessoas que iam às ruas lutar pelo impeachment acreditavam estar limpando o Brasil da corrupção -, as camisetas da Confederação Brasileira de Futebol, usualmente utilizadas em período de Copa do Mundo, momento no qual mais se torce pelo país, foram as vestimentas escolhidas por uma grande parte desses manifestantes. Já as camisetas vermelhas fazem referência à cor do símbolo do Partido dos Trabalhadores – e histórica e internacionalmente – aos comunistas.

Para Maria Angélica, muitos que foram às ruas para lutar contra a corrupção não iriam voltar se soubessem que as pessoas que assumiriam o governo eram responsáveis por enormes escândalos de corrupção:

*E mesmo esse movimento da Paulista, o primeiro do dia 13, dos coxinhas. Quem será que saíria de novo na rua daquela população sabendo que quem vai assumir se chama Eduardo Cunha, Aécio Neves e Michel Temer? Porque muitos - a grande maioria, eu diria - daquele público que estava porque não aguenta mais a corrupção. E por estava reivindicando, mostrando a sua raiva e seu repúdio sobre a questão da corrupção que, por uma questão midiática, está o tempo todo sendo ligada ao Lula e ao PT. Mas quem será que saíria para a rua hoje? Dizem que em Brasília estão fazendo um muro. Eu quero medir essa quantidade. Eu quero ver quantos CBFs vão em comparação a quantos de nós iremos. Porque os CBFs que vão querer derrubar a Dilma, agora quantos lá querem derrubar a Dilma inconsequentemente de quem virá depois, mesmo que quem assuma tenha um processo de corrupção muito mais pesado e contundente. Se tivesse que ter um golpe de Estado, já teria. Se acontecer este impeachment, esse país vai ficar ingovernável e se não acontecer esse país também ficará ingovernável. Nós vamos viver até 2018 dentro de uma situação de ingovernabilidade. Mas não acredito na ação militar, na solução militarizada deste momento histórico. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

A sua entrevista foi realizada em um momento no qual o processo de impeachment ainda não havia se concretizado, por isso sua fala ter um tom de expectativa do que poderia vir a ocorrer. O golpe de fato não é militarizado, mas aconteceu por outros meios, institucionalizado e legal. Um golpe branco, que conseguiu

derrubar uma presidente legitimamente eleita por um processo político, com base em “leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes” que se apresentam como “lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras” (JINKINGS, 2016, p. 15).

O motivo alegado para o processo de impeachment/golpe foi que a presidenta Dilma Rousseff teria cometido crime de responsabilidade com respeito à lei orçamentária, ou como comumente ficou conhecido, a realização de pedaladas fiscais. A esquerda proclamará que nem as pedaladas ou a liberação de créditos suplementares, ou outros motivos alegados posteriormente - e que não faziam parte do processo como a crise econômica, a corrupção e os índices de desemprego -, eram realmente crimes condenáveis com impeachment e, por isso, ficava claro o caráter injusto que configurava o processo (QUINALHA, 2016).

Para Real (2016), um impeachment é ação excepcional que não deve ser acionada sem justificção, como foi o caso de 2016, porque, ao fazê-lo, se quebra o sistema democrático, instaurando um golpe institucional.

Outra contradição do processo de golpe/*impeachment* é que umas das bandeiras mais levantadas pelos movimentos que foram às ruas pela saída da presidenta Dilma era a luta contra a corrupção. No entanto, o seu procedimento tem sido dado justamente por pessoas acusadas de corrupção como, por exemplo, o próprio ex-presidente do Congresso, que votou pela saída da petista, Eduardo Cunha. O Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro só deu prosseguimento ao *impeachment* após o PT votar a favor da cassação de seu mandato de presidente da Câmara na Comissão de Ética com acusações de quebra de decoro parlamentar por mentir na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras e lavagem de dinheiro. (REAL, 2016).

Mais exemplos da arbitrariedade da "luta contra a corrupção" foram as nomeações dos ministérios de Michel Temer. Além do próprio peemedebista, mais 7 de seus ministros eram investigados pela Lava Jato<sup>25</sup> - isso, em um governo que era para supostamente substituir um governo corrupto.

Para Maria Eduarda, ex-militante do PDT, as pessoas não foram às ruas se manifestar pela causa da corrupção, mas sim por não aceitarem o PT. Algo que fica

---

<sup>25</sup> Fonte: Sete ministros de Temer são citados na Lava Jato. Disponível em:<<http://www.cartacapital.com.br/politica/alem-de-temer-sete-ministros-estao-envolvidos-na-lava-jato>>. Acesso em 20 fev. 2017.

desmascarado quando um grupo da população protestou contra a nomeação de Lula para Ministro da Casa Civil em Março de 2016, alegando que, por ser investigado da Lava Jato, estava à procura de foro privilegiado (AMADEUS,2016), mas não foi às ruas contra a nomeação de Wellington Moreira Franco para a recém recriada Ministério da Secretaria-Geral da Presidência da República - citado 34 vezes em uma das delações da construtora Odebrecht.<sup>26</sup> Em suas palavras:

*Eu fico pensando como é que as pessoas são. As pessoas tem bronca do PT, do Lula e da Dilma, a maioria ficou com esse negócio. Mas vota no Crivella para não votar na esquerda de novo. Vamos separar as coisas. Como se outros partidos fossem uma maravilha e ninguém roubava. Aí o Temer cria um ministério para o Moreira Franco. Cadê as panelas? Ninguém bateu as panelas, não tem uma manifestação marcada. (MARIA EDUARDA, 56 anos, entrevistada em 02 de Março de 2017)*

As forças reacionárias que ocuparam as ruas pelo *impeachment* da presidenta Dilma começaram a ganhar impulso, segundo João Dornelles (2016), nas "jornadas de junho de 2013". Embora naquela época as manifestações tivessem como tema barrar o aumento da passagem do transporte público, o discurso anti-partidário possibilitou um afloramento de uma onda conservadora que se utilizou do discurso anti-corrupção para promover um clima caótico e mobilizar a população em uma cruzada pela moralidade.

Para Ribas (2015), o processo recente de mobilização da sociedade para o golpe-*impeachment* faz parte do fortalecimento dos setores conservadores, por um lado. E, por outro lado, para o autor, houve a formação de uma geração de ativistas sociais contestadora da esquerda que se encontra integrada no sistema político - e que tem como um dos alvos preferidos o Partido dos Trabalhadores. Dessas ações, pelo menos duas contradições ficam evidentes: a primeira é o acirramento da luta de classes através de embates, e a segunda é a camada historicamente conservadora, que antes somente se apoiava na democracia formal, estar agora agindo através de protestos e mobilização antes encaradas apenas por movimentos sociais, ações que muitos destes eram contra. Para o autor:

As organizações políticas não foram as responsáveis pelo sucesso da

---

<sup>26</sup> BENISTES, AFONSO. Citado na Lava Jato, Moreira Franco é ratificado pelo STF como ministro de Temer. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487090049\\_146210.html?rel=mas](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/14/politica/1487090049_146210.html?rel=mas)> . Acesso em 10 fev. 2016.



convocação dos atos de março de 2015. Estes dependeram da grande mídia (assessoria de imprensa) e da comunicação pulverizada nas redes sociais. Não existe hoje um movimento social nacional que sintetize as estratégias de organização destes atos. Mas a Rede Globo, por exemplo, age como um partido. (RIBAS, 2015, p. 42)

No entanto, mesmo antes das grandes manifestações pelo impeachment, o PT já estava perdendo parte do apoio da classe média, desde 2005, com os escândalos de corrupção como o Mensalão<sup>27</sup> (SINGER, 2012). Para Elzita, os casos de corrupção pelos quais o PT ficou famoso não significam que todos os seus quadros sejam corruptos, e por isso ela continua defendendo seus candidatos e se mantém filiada ao partido:

*Agora, estou na campanha da Iara. Eu estou na campanha da Iara por quê? Porque eu conheço a Iara, conheço o trabalho da Iara. Eu sei que a gente precisa de pessoas iguais a ela na política. **Que ela faz a diferença, ela já provou que faz. Meus filhos precisam, meus netos precisam, a população precisa dela. Então, meu trabalho na política, no PT, é defender esses ideais da gente. Lutando por aquilo que acredito e que eu sei que meus candidatos podem trazer, sim. Nem todo mundo é corrupto, nem todo mundo é bandido ou ladrão. Eu conheço pessoas que são e que não são e que batalham de verdade pelos menos favorecidos. Meu trabalho no PT é por isso, é porque eu acredito. E eu acredito na mudança e acredito que o PT é essa mudança. Não vejo isso em outro partido.** (ELZITA RODRIGUES, 42 anos, entrevistada em 10 de setembro de 2016, grifo nosso)*

Sobre a saída de Dilma Rousseff, Elzita acredita que o há por trás é o desmonte das políticas públicas conquistadas durante o governo PT, dentre elas a conquista da população pobre ao ensino superior. Afirmação confirmada nos dados da Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2014), que atesta que em 2003 o índice de alunos pretos ou pardos de 18 a 24 anos nas faculdades era de 14,1%. Esse número saltou para 40,7% em 2013. Em relação à população branca, os índices foram de 46,4% a 69,4% entre 2003 e 2013. Em suas palavras:

*Quando afastaram a Dilma, a primeira coisa que ele cortou foi o Ciência sem Fronteiras. A verba que era liberada para as universidades foi cortada. Enquanto tiver filho de pobre na universidade, ele não vai parar de cortar tudo que é projeto social. Antes, era só a burguesia que fazia faculdade. Não se via um filho*

---

<sup>27</sup> Para Miguel e Coutinho (2007, p. 98) o Mensalão foi um "pretenso esquema de propinas pagas regularmente a parlamentares federais, com dinheiro público desviado, para que votassem a favor do governo". Para os autores esse escândalo de corrupção recebeu maior destaque na mídia por atingir diretamente figuras ligadas ao Partido dos Trabalhadores.

*de pobre, filho de uma faxineira, de um pedreiro, fazendo faculdade. Hoje, não. Tendo determinação, a oportunidade é para todos. Todos entre aspas. Ainda assim, a maioria das vagas é ocupada pela burguesia. O segundo mandato da Dilma foi uma porcaria? Foi. Mas porque eles não deixaram ela trabalhar. Desde janeiro, a Dilma não pôde fazer nada. Foi processo em cima de processo. E por que eles fizeram isso com a Dilma? É só por que ela é do PT? Não, porque eles nunca vão aceitar uma mulher lá. Eles nunca vão aceitar. A direita nunca vai aceitar uma mulher no governo, igual a Dilma estava. Veja se tem alguma mulher agora no governo Temer. (ELZITA RODRIGUES, 42 anos, entrevistada em 10 de setembro de 2016, grifo nosso)*

A fala de Elzita destaca dois elementos importantes: o combate do governo de Michel Temer às políticas públicas da gestão PT e a misoginia do processo de golpe/impeachment. No primeiro caso, a ação mais voraz do governo tem sido a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55) que tramitou e foi aprovada na Câmara como PEC 241.

A PEC tem como objetivo instituir um novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e vigorar por 20 anos – independentemente do governo que for eleito. Se utilizando da crise financeira que perpassa o país, a PEC 55 apresenta uma limitação drástica dos gastos públicos durante sua vigência, o que coloca em risco um dos principais meios de justiça social do país, os gastos com educação e saúde - o que terá efeito avassaladores na população pobre e negra do país (RIBEIRO, 2017).

Elzita também destaca o caráter misógino do golpe, uma vez que é expressivo que a primeira presidenta mulher do país tenha sofrido um processo de impeachment sem crimes. Para Boito Junior (2016), a adesão da “bancada da bíblia” – ala ligada às igrejas evangélicas no Congresso Nacional – também delinea o cunho conservador desse processo. Algo que também foi marcado quando, logo após que o governo interino assumiu, extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

A misoginia do processo que retirou Dilma Rousseff do governo também era explicitada por parte da população que apoiava sua saída. A presença constante da utilização de xingamentos como "vagabunda" e a desqualificação da figura de Dilma como "marionete de Lula", ou incapaz de exercer o cargo, denota o sexismo que acompanhou a sequência das manifestações (DALMASO; STOCKER, 2016).

A petista já sofria com ataques desde quando assumiu o cargo da presidência e exigia ser chamada de presidenta. A subversão lingüística não foi aceita por todos os setores da sociedade que não só não achavam importante a flexão do gênero para o feminino, como começaram a chamá-la de *presidanta*, desqualificando-a intelectualmente (BISCAIA, Cristina, 2016).

A pressão que a presidenta sofreu é um elemento que acompanha a vida das mulheres na política, na qual:

A naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como “negócio de homens”. As mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política institucional porque estariam, naturalmente, voltadas para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade. (BIROLI, 2010, p. 48)

As dificuldades de a mulher permanecer na política também foi um tema que as entrevistadas trouxeram. Maria Angélica destaca que, embora haja muitas mulheres na cidade para ajudar na construção do partido e para ocupar cargos administrativos, ainda há uma dificuldade muito grande em alcançar os 30% da lei de cotas.

*Porém, na linha de frente da política, as coisas não são assim. Enfrentamos algumas dificuldades e tivemos que batalhar para cumprir os 30% de mulheres das cotas. Porque essas mulheres da secretaria são lideranças, são mulheres com bastante capacidade, com bastante caminhada, são mulheres fortes, **mas que não querem atuar a na linha de frente da política.** Eu, por exemplo, **não tenho nenhum interesse em ser candidata a vereadora.** [...] Então, para se conseguir candidatas a vereadora, não foi tão fácil chegar a esses 30%, mesmo que a gente tenha essa situação de majoritariedade das mulheres nos cargos administrativos. (MARIA ANGÉLICA, Partido PT, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

Outro ponto fundamental que apareceu nas entrevistas foi a relação entre estrutura familiar e militância. As entrevistadas Maria Angélica e Mônica ressaltaram que, para a mulher conseguir se dedicar a política, é preciso ou algum companheiro que dê suporte ou abdicar do modelo tradicional de família.

*Uma discussão interessante que a gente estava fazendo um dia desses é que todas as mulheres que estão nessa linha de frente dos partidos ou estão solteiras ou estão separadas. Foi uma conversa bem empírica, mas a gente começou a pensar: fulana, ciclana, beltrana, todas elas que estão nessa linha de frente, pouquíssimas ainda tem*

*uma estrutura de família, de marido e filhos. A grande maioria não mantém ou não conseguiu manter essa estrutura. Isso acaba dificultando um pouco mais também, porque aquela mulher que tem filhos, que tem casa, que tem marido, ela acaba ficando mais dividida e ela tem pouco tempo para política. E a política partidária exige uma efetividade maior, ela exige um tempo maior. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, Partido PT, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

*Eu acho que muito da minha participação nessa nova fase, sendo mãe, se deu pelo fato do meu companheiro ser uma pessoa não só compreensiva, mas que ajuda, que colabora e que incentiva. Que nunca disse não. Eu ia para congressos por três dias e ele dava conta das crianças. De outra maneira, não teria sido possível militar. (MÔNICA, 45 anos, Partido Psol, entrevistada em 28 de junho de 2016, grifo nosso)*

A própria Dilma sofreu com acusações por ser divorciada e não possuir uma estrutura familiar tradicional. Em sua posse, ela subverteu o clássico ritual ao não desfilar ao lado de um cônjuge, mas sim com sua filha. Situações que também foram usadas como motivação para falas misóginas e especulações sobre a sua sexualidade. A entrevistada Elzita comenta:

*Juntou o fato de a Dilma ser petista com o preconceito horrível por ela ser sapatão. Antes, era só o que se falava. Ela teve um casamento, teve uma filha, mas depois que se separou do esposo, ninguém nunca mais ouviu falar da Dilma com ninguém, nem com homem e nem com mulher. E mesmo se ela tivesse alguém, o problema é dela. Ninguém tem que se meter na vida pessoal dela, nem na dela nem na de ninguém. Era um falatório horrível, um preconceito horrível por causa disso. E ainda mulher? Enquanto eles não a detonassem, eles não iriam sossegar mesmo. Mas a bichinha é coração valente. (ELZITA RODRIGUES, 42 anos, entrevistada em 10 de setembro de 2016)*

Desta fala e contexto ficam os seguintes questionamentos: por que se tem o imaginário que a ex-presidente pode ser lésbica? Quais fatores constroem esse imaginário? Onde estão as lésbicas na política? Qual o lugar de mulheres lésbicas e bissexuais dentro dos partidos? Por que a sexualidade de uma pessoa é usada como instrumento de deslegitimação?

A questão principal que essa fala traz não é a especulação da sexualidade da presidenta enquanto indivíduo, mas sim entender as engrenagens ideológicas da heterossexualidade enquanto regime político. A feminista Adrienne Rich (2010) em seu importante artigo *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica* pontua que:

[...] o problema que as feministas devem tratar não é simplesmente a

"desigualdade de gênero", nem a dominação cultural por parte dos homens, nem qualquer "tabu contra a heterossexualidade", mas sobretudo, o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas. Um dos muitos meios de reforço é, obviamente, deixar invisível a possibilidade lésbica, um continente engolfado que emerge à nossa vista de modo fragmentado de tempos em tempos, para depois voltar a ser submerso novamente. (RICH, 2010, p. 34).

Desta forma, a possibilidade da Dilma presidenta lésbica jamais, ou dificilmente, poderia aparecer com uma conotação positiva. Pelo contrário, quando essa especulação surge, é no sentido de colocá-la como uma pessoa anormal, que foge às regras da sociedade.

Uma das características que conduzem a esse pensamento é a não "feminilização" da presidenta. Atributo que outras mulheres dentro da política compartilham, como Elzita narra ao falar da relação da população com a Iara Bernardi:

*As críticas que a gente escuta sobre ela nas ruas é por conta do jeito dela. As pessoas falam "essa mulher só anda com a cara fechada, essa mulher não dá risada, é antipática." Mas ela não é antipática, é o jeito dela. (ELZITA RODRIGUES, 42 anos, entrevistada em 10 de setembro de 2016)*

A relação da mulher que foge às performances atribuídas a feminilidades e a política também surgiram em outras falas. Para Maria Eduarda e Maria Angélica, a mulher que atua na linha de frente dos partidos e dos movimentos precisa ter um perfil diferenciado, ativo, que saiba falar e se impor:

*Para atuar na linha de frente, é preciso ter o perfil da política partidária. Esse perfil reúne algumas características que são necessárias para que se cresça nessa área. É preciso ter potencialidade para isso. Não adianta só desejo se você não vai para rua, não está no movimento social - trata-se **de um perfil mais da fala, da linha da frente, do enfrentamento.**[...] As mulheres têm muitas potencialidades, mas por conta de seu histórico, do processo histórico feminino, poucas acabam tendo a oportunidade de fazer esse potencial se desenvolver. Acho que os homens são mais preparados para isso, dentro da cultura da mulher e do homem. A mulher acaba ficando em desvantagem porque tem menos estímulos. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

*Existe muito machismo, mas eu nunca senti. O homem se acha, é uma luta. Mas você consegue se colocar, colocar os seus pensamentos, o que você concorda ou não. É difícil, é luta. **Tem que falar de igual para igual, senão fica difícil.** E não é só no partido não, é no*

*sindicato. Tem que saber se impor, saber falar. Mas as vezes o maior problema não era eu ser mulher, era eu ser da outra posição. (MARIA EDUARDA, 56 anos, entrevistada em 02 de Março de 2017, grifo nosso)*

Historicamente, como as próprias entrevistadas pontuam, o homem é melhor condicionado a conseguir esses atributos que garantem maiores sucessos dentro uma área que exige retórica, como a política. Um elemento dificultador para a criação de uma personalidade publicizada é que, dentro da construção de diversos espaços, as mulheres se vêem sozinhas, sem representatividade e possibilidades de agrupação, como pontuam Mônica e Denise:

*A militância no meio sindical é muito masculinizada. Mesmo que a APEOESP seja o maior sindicato da América e 80% da sua base seja de mulheres, os espaços de direção são compostos majoritariamente por homens. Isso reflete a dificuldade da participação da mulher na política e nos meios sindicais. Quando fui para a executiva da APEOESP, eu era a única mulher da oposição. (MÔNICA, 45 anos, entrevistada em 28 de junho de 2016)*

*Depois, nós criamos um grupo de estudos. Eu era a única mulher dentre cinco companheiros. (DENISE, 56 anos, entrevistada em 22 de junho de 2016)*

Outro elemento sobre a estrutura familiar é a questão da mulher ter ou não filhos aparecer como fator determinante para a participação política. A vinculação do trabalho que envolve cuidado como responsabilidade da mulher faz com que elas não tenham tempo e disposição para participar dos espaços públicos.

As entrevistadas demonstram esse problema: Mônica relata que se não fosse a ajuda de seu marido na criação das crianças, não poderia participar da vida política. Maria Angélica, conforme a fala abaixo, explicita que só passou a militar na linha de frente depois do divórcio e com os filhos maiores. Denise optou por não aderir à maternidade pelas questões financeiras que a militância exigia. Maria Eduarda relata sobre como trazia a filha para as ações da associação e da relação de camaradagem que tinha com o ex-marido. Elzita, embora mãe de quatro filhos, foi a única que não apontou a maternidade como uma dificuldade para a militância.

*Mas eu só comecei a militar nessa linha de frente depois da minha separação. Até então, eu acompanhava o processo político, porque sempre tive muito interesse, mas não militava. Eu fui esposa, eu fui mãe. Depois que eu separei e me filiei, meus filhos já estavam mais crescidos – mas não eram grandes ainda. Eu já tinha uma situação*

*diferenciada. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016)*

*Eu nunca quis ter filhos, sendo muito sincera. Minha opção sempre – sempre não, porque sempre é uma palavra muito forte -, foi em relação a não ter filhos. Eu achava que para ter eu, teria uma responsabilidade muito grande. **Tinha que ter dinheiro para poder sustentar outra pessoa.** E eu já passei por várias dificuldades, já fiquei na rua - nunca me faltou chave para eu ir para casa no final da noite -, mas uma coisa é você se bancar outra é bancar uma criança. Na verdade, eu tenho filhos. Meus filhos são essas pessoas que estão na juventude do partido. Mesmo que eu não tenha sido assistente, vejo que eles estão crescendo, se desenvolvendo. Esses são meus filhos. Eu não tenho nenhum problema de não ter filhos biológicos, nada disso. Eu fico super emocionada quando vejo a juventude se posicionar, fazer uma fala legal, fico super orgulhosa. É como se eu tivesse parido. E eu os pari, de uma certa forma. (DENISE, 56 anos, entrevistada em 22 de junho de 2016, grifo nosso)*

*Eu acho que muito da minha participação nessa nova fase, sendo mãe, se deu pelo fato do meu companheiro ser uma pessoa não só compreensiva, mas que ajuda, que colabora e que incentiva. Que nunca disse não. Eu ia para congressos por três dias e ele dava conta das crianças. **De outra maneira, não teria sido possível militar.** Hoje, a mulher no espaço da militância tem duas opções: pode optar por não ser mãe, por não ser dona de casa, e a vida assim segue muito tranquila. Se se optar pela maternidade, vai depender do companheiro que ela escolher. Ainda que ele não a impeça de militar, se ele não colaborar, infelizmente não vai acontecer. (MÔNICA, 45 anos, entrevistada em 28 de junho de 2016, grifo nosso)*

***Quando ela era pequena, até em reunião eu a levava, porque às vezes não tinha com quem deixar.** Eu trazia minha filha para as greves, eu levava minha filha para manifestação. Quando o PRODERJ ficava na UERJ minha filha ficava lá embaixo comigo no DCE. Brincava com todo mundo de lá. Ela foi criada aqui. Eu morava aqui perto e, às vezes, meu ex-marido - com quem fui casada por 22 anos -, passava a tarde e vinha buscar ela. Nesse sentido, eu nunca tive problema com meu ex-marido, que não militava, mas gostava. (MARIA EDUARDA, 56 anos, entrevistada em 02 de Março de 2017, grifo nosso)*

Para Paradis e Roure (2016, p. 148), os homens, diferentemente das mulheres, estão liberados para exercer funções no espaço público e ocupar espaços de poder porque tem à sua disposição uma estrutura familiar na qual o trabalho reprodutivo e de cuidados é realizado por outra pessoa. Assim, “eles estão autorizados a dedicar toda sua energia, tempo e capacidades à sua empresa, partido, organização ou sindicato”. Para as autoras, é preciso pensar um modelo de política que consiga não só incluir as mulheres no sistema, mas também desmontar o caráter racista e patriarcal do Estado.

A relação com a família também apareceu nas narrativas quando as mulheres

entrevistadas reportaram as relações que tinham com os familiares. Embora tenham uma origem de pais proletários, Denise, Maria Angélica e Maria Eduarda relatam que tiveram problemas em casa, devido aos seus posicionamentos políticos:

*A minha família não concordava muito com essa opção. Mesmo que de origem pobre, a consciência de classe era a de pequena burguesia. Eles queriam que a Denise fosse médica, advogada. Comunista? Pelo amor de Deus. Falavam que meu avô era anarquista e nunca deu certo. “Não venha reproduzir aquela coisa que seu avô tinha de pior” - diziam. Quando essa rejeição aconteceu, foi muito difícil para mim. (DENISE, 56 anos, entrevistada em 22 de junho de 2016, grifo nosso)*

*Eu venho de uma família absolutamente tradicional, com conceitos morais e ideológicos bem de direita. Desde adolescente, eu já apresentava características diferenciadas dessa família, mas não tinha ainda, enquanto adolescente, conteúdo de esquerda que me desse condições de lastrear o que eu sentia, porque até então era só sentimento. Eu não concordava com muitas coisas, não compactuava com muitas formas de pensamento e, desde então, eu fui sendo a ovelha negra da família - e depois percebi que eu era branca e eles eram negros. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

*Na minha família não tinha ninguém envolvido com político, não tem ninguém que acompanha e até hoje eu brigo com eles por não escutarem, por não lerem, por não raciocinarem. Até hoje: \_ Ah, eu não gosto disso, não gosto de política. (MARIA EDUARDA, 56 anos, entrevistada em 02 de Março de 2017, grifo nosso)*

Já Elzita trás uma outra perspectiva. A única entrevistada negra relata que as dificuldades impostas pelos seus familiares iam muito além de barrar sua possível participação em espaços políticos partidários, sendo privada até mesmo de estudar e frequentar a igreja. Esse estado de aprisionamento resulta em sua fuga para São Paulo.

*Uma adolescência que, na verdade, eu nunca tive. Eu sofria demais por causa dos meu pais, que me prendiam, não me deixavam estudar, não me deixavam ir à igreja. Namorar, Deus me livre. Sabe aqueles pais de antigamente, daquelas histórias que se falam? É real. E eu fui tratada desse jeito naquela época. Muitas vezes, desmerecidamente, eu ouvia coisas injustas. Porque eu fazia exatamente o que eles queriam que eu fizesse. Mas, como sempre tive um jeito comunicativo, de conversar com todo mundo, muitas vezes fui mal interpretada. (ELZITA RODRIGUES, 42 anos, entrevistada em 10 de setembro de 2016, grifo nosso)*

A relação dessas famílias é marcada por ideologias dominantes, que segundo Marilena Chauí (2004), são um ocultamento da realidade social que esconde das pessoas as origens das formas sociais de exploração. Para a filósofa brasileira, a ideologia não deve ser vista enquanto um processo subjetivo consciente, mas sim um



"fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos" (*idem*, p. 30).

Esse mascaramento da realidade para naturalização das relações sociais faz com que a classe seja vista como algo não-histórico, tornando-se um instrumento de dominação. Para ela "a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam as ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes". ( *idem*, p 35).

Ou seja, embora as famílias não sejam da classe dominante, acabam incorporando a ideologia imperante. Para romper com esse processo, é necessário ter consciência de classe.

Um exemplo do papel da ideologia é dado por Elzita ao abordar de maneira indignada como pessoas que foram beneficiadas pelos programas sociais do governo PT apoiaram o impeachment/golpe Para ela, não faz sentido alguém que tenha usufruído das melhorias ocasionadas por essa gestão seja favorável a um processo que retira essas ações:

*Eu não me conformo de ver um burguesinho falar mal do PT, já falo que ele é um burguês, filhinho de papai. Mas o que dói meu coração é ver uma pessoa que foi beneficiado pela Minha Casa Minha Vida, uma pessoa que recebe Bolsa Família, uma pessoa que não tinha nada e hoje tem um carro para andar, tem móveis em casa, falar mal do governo que o favoreceu. (ELZITA RODRIGUES, 42 anos, entrevistada em 10 de setembro de 2016, )*

Outro fenômeno é abordado por Marilena Chauí (2016) ao analisar a classe média brasileira que, para ela, é na verdade uma nova classe trabalhadora que surgiu em consequência dos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza dos governos Dilma-Lula. Essa nova classe trabalhadora, ascendida e deslumbrada pelo consumo de massa, se deixa enganar pelos princípios individualistas do direito burguês:

[...]Fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a suprir a experiência de um tempo descontínuo e efêmero com o imaginário da ordem e da segurança, que introduziria permanência temporal e espacial. Desejo de ordem e segurança também porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo, tornar-se proletária. Para o que sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante. (CHAUÍ, 2016, p. 24-26)

Desta forma a classe proletária incorpora e propaga ideologicamente as formas autoritárias de relações sociais. E as mulheres entrevistadas, que lutaram para romper com a ordem ideológica presente dentro de suas famílias, são uma comprovação disso.

Por fim, conclui-se que no cenário político contemporâneo brasileiro, desde 1989, temos um acirramento das forças ideológicas entre direita/esquerda. E a mobilização contra e a favor do impeachment/golpe corroboram para a perpetuação dessa díade política. Em todas as entrevistas, os termos direita/esquerda ou os seus equivalentes contemporâneos aparecem nas falas das mulheres que a todo momento se identificam enquanto mulheres da esquerda.

Nesse percurso, também trouxemos alguns apontamentos sobre as barreiras e as dificuldades das mulheres militantes.

## **Considerações Finais: quais os caminhos para o protagonismo feminino nos partidos de esquerda?**

Esta pesquisa buscou trazer, através da metodologia da história oral, as narrativas de mulheres militantes da esquerda. Acredita-se que, devido ao contexto histórico do momento da realização das entrevistas (2016-2017), o resultado apresentado é um pioneiro olhar sobre o momento de transição que perpassa o Brasil - na perspectiva das mulheres.

A metodologia da história oral é um importante meio para a disseminação e pluralização de diferentes processos históricos e, neste trabalho, possibilitou ouvir das próprias agentes as questões que envolvem a participação política das mulheres. Embora participem de partidos diferentes, as mulheres entrevistadas trouxeram elementos para reflexão sobre a construção da esquerda e a participação feminina na política.

Esta foi uma pesquisa que desafiou os limites do sistema público-privado instituído pelas teorias liberais. No decorrer das entrevistas, em um minuto poderia se falar de partidos e conflitos de lideranças. E, no próximo, da dificuldade em ser mãe. Assim como em minha história, o público - no caso, a saída do partido - é mediado pelo privado - viver uma relação lésbica e as dificuldades de estar dentro ou fora do armário.

Como ressalta Carole Pateman (1993), duas esferas da sociedade civil, a privada e a pública, são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo. Uma não pode ser compreendida sem a outra. Pelo contrário: uma adquire significado a partir da outra. É através da caracterização da sujeição natural posta na esfera do privado que o sentido de liberdade civil ganha força na vida pública.

A dicotomia público/privado também pode passar a falsa ideia de que há o domínio das mulheres na esfera privada e o domínio dos homens no público, quando ambos são regidos pelo domínio masculino. A sociedade civil pode aparentar ser bifurcada, "mas a unidade da ordem social é mantida, em grande parte através da estrutura das relações patriarcais" (PATERMAN, 1993, p. 29). Dentre outras problemáticas, a concepção estática de público/ privado é apresentada como se fosse a mesma para todos os indivíduos, desconsiderando, por exemplo, a classe de

mulheres que, para garantir sua sobrevivência, adentraram no mundo público em empregos remunerados.

O lema das feministas da década de 1960 - "o pessoal é político" - traz justamente a impossibilidade das esferas estarem separadas. Com essa palavra de ordem, as mulheres traziam à tona que o que acontecia na vida pessoal e privada não era imune à dinâmica de poder (OKIN, Susan. 2008). Para Paterman (2013):

As feministas têm enfatizado como as circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos, por leis sobre estupro e aborto, pelo status de "esposa", pelas políticas de atenção às crianças e atribuição de benefícios de previdência, e a divisão sexual do trabalho na casa e no local trabalho. Portanto, os problemas "pessoais" só podem ser resolvidos por meios políticos e ação política. [...] A separação do público e do privado faz parte das nossas vidas reais, ao mesmo tempo em que é uma mistificação ideológica da realidade patriarcal. (PATERMAN, 2013, p. 71).

Ou seja, como não poderiam ser políticas relações que estruturam toda a vida das mulheres? A construção da dicotomia público/privado mascara ideologicamente a opressão patriarcal que as mulheres sofrem e pode levar a explicações biologizantes para as razões de tal divisão sexual. Desta forma, as feministas vêm argumentando que não existe nada de natural na divisão do trabalho - que coloca a mulher a frente das tarefas de cuidados dos filhos e do lar. Pelo contrário, são concepções socialmente construídas e afirmadas ao longo do tempo-espço através de relações de poder.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa, por mais que tenham sido procuradas por suas participações na esfera pública enquanto militantes de partidos, a todo tempo traziam consigo os desafios do privado. As histórias de vidas caminham pela totalidade do real. Assim como Michelle Perrot (1988) pontua, "a fronteira entre público e privado é variável e travessa até mesmo o micro-espço doméstico". Nós acrescentamos que o seu contrário também ocorre: o público também carrega consigo os conflitos do privado.

Os relatos das histórias de vida denunciam algumas contradições. Mesmo que a esquerda esteja calcada no ideal de igualdade, as demandas feministas ainda permanecem secundárias.

Contudo, mesmo assim, as mulheres continuam a dedicar suas vidas à construção desses partidos por acreditarem que eles são locais nos quais suas lutas se encontram, como podemos observar nas considerações de Elzita Rodrigues:

*Para terminar, por que eu milito na esquerda? Porque a esquerda tem os projetos nos quais que nós acreditamos. A esquerda luta e trabalha pelo que o pobre precisa. O que a esquerda faz pelo povo, a direita nunca fez e jamais irá fazer. O PT e a esquerda militam para todos, seja pobre, seja rico. A direita só trabalha para burguesia. É por isso que eu sou militante da esquerda. (ELZITA RODRIGUES, 42 anos, Partido PT, entrevistada em 10 de setembro de 2016)*

E, mesmo cansadas, elas continuam participando das movimentações:

*Às vezes me cansa. Às vezes eu falo assim: não quero saber de mais nada, não quero me envolver, não quero nada. Mas quando eu vejo, já estou lá envolvida. Eu não consigo ficar longe. Às vezes estou cheia de dor em casa e tem manifestação, mas se eu não for, vou passar mais mal. Então deixa eu ir e sentir dor lá. (MARIA EDUARDA, 56 anos, entrevistada em 02 de Março de 2017)*

Isso porque, oriundas de condições financeiras desfavoráveis, elas encontraram respostas para seus questionamentos de classe no pensamento de esquerda, como falam Mônica e Denise:

*Tratava-se de processo de redemocratização da igreja - a teologia da libertação fazendo um estudo cristão para entender os problemas da vida. **Esse foi o meu primeiro contato com o pensamento marxista, com a esquerda - tudo para entender o que estava acontecendo com a minha família.** [...]Eu precisava entender o que estava acontecendo - não era possível culpar o meu pai por aquilo. Eu precisava entender as engrenagens que nos levaram àquela situação em que nos encontrávamos - a de ter que sair do nosso local rumo à uma cidade grande, totalmente desconhecida. E dar conta disso sem casa própria, sem dinheiro, sem trabalho. (MÔNICA, 45 anos, entrevistada em 28 de junho de 2016, grifo nosso)*

*Se Deus existia, porque ele permitia tantas atrocidades? Tantas injustiças com as pessoas? **Não via na igreja nenhuma resposta que me satisfizesse. E eu acho que ali, naquele momento, quando eu li aquele livro – nem lembro qual foi o livro, não sei se foi o Manifesto do Partido Comunista –, eu fiquei muito interessada. Grande parte dos meus questionamentos foram respondidos pelas atitudes daquelas pessoas, por aquele livro.** (DENISE, 56 anos, entrevistada em 22 de junho de 2016, grifo nosso)*

Acredita-se na esquerda e nos partidos que se propõem a construir uma agenda baseada em seus princípios enquanto caminho para a construção de um mundo socialmente mais justo. Porém, para assegurar a proposta da igualdade, os partidos precisam se debruçar com mais vigor sobre o porquê da baixa participação das mulheres e como reverter esse processo. Questões como a divisão sexual do trabalho devem ser prioridades em suas agendas. E embora a necessidade de uma reforma política esteja posta, nenhuma mudança será suficiente se a igualdade de gênero estiver ausente deste

debate.

É preciso pensar, por exemplo: embora essas mulheres participem ativamente da política partidária, por que não querem ser candidatas?

*Eu, por exemplo, não tenho nenhum interesse em ser candidata a vereadora. Eu acho que meu potencial genético não está aí, o meu compromisso é com a educação. Então vou atuar e vou trabalhar bem, vou ter a vontade de luta dentro desse meio que eu conheço. Trabalho e trabalhei e tenho vontade e desejo de ser sujeito da transformação. **Prefiro atuar na política dos bastidores.** Porque mesmo estando dentro da educação, eu não deixo em momento algum de atuar politicamente na medida em que defendo uma postura política de educação. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

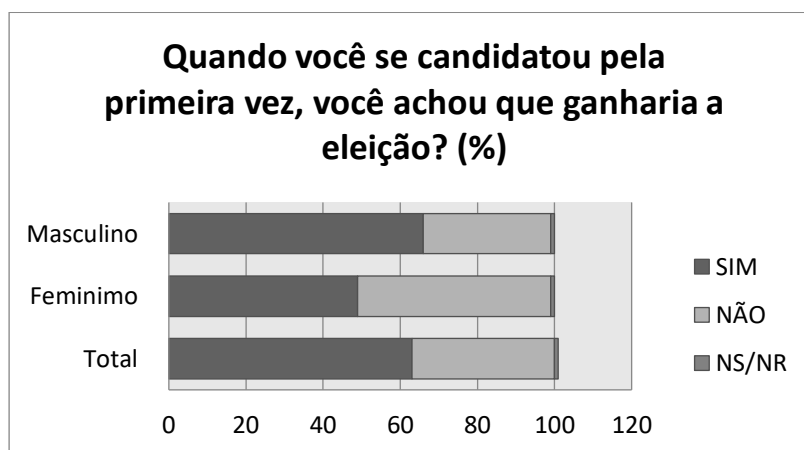
*Eu nunca fui candidata, nem a vereadora nem a nenhum cargo público que seja executivo ou legislativo. **Sempre me fizeram esses convites, mas eu nunca aceitei.** Tenho opiniões, tenho candidaturas e faço a construção dentro do partido, mas há outras pessoas que podem contribuir mais - então nunca precisei colocar meu nome à disposição. Acho que tem algumas coisas que a gente precisa superar, talvez essa seja uma deficiência minha. Nunca ter aceitado ser candidata talvez seja reflexo de um problema: **eu não consigo trabalhar muito bem com a construção individual.** Por mais que seja fundamental ter parlamentares de esquerda - e eu não abro mão disso, sempre tivemos candidatos aos pleitos que são importantes- , eu pessoalmente tenho uma dificuldade de lidar com esse personalismo. E na medida que você se torna um representante, você tem que lidar com isso. (MÔNICA, 45 anos, entrevistada em 28 de junho de 2016, grifo nosso)*

*As pessoas falam que eu deveria me candidatar, porque se eu me candidatasse, eu conseguiria me eleger - e isso seria muito bom para elas. **Mas eu não vou.** Primeiro, porque eu não tenho um pingão de vontade de fazer isso, e segundo, **porque eu gosto de lutar pelo povo, mas no meu cantinho mesmo.** Eu sou muito coração, mas sou muito tímida. Não digo nunca porque essa palavra é muito forte, mas hoje, eu não penso nisso. (ELZITA RODRIGUES, 42 anos, Partido PT, entrevistada em 10 de setembro de 2016, grifo nosso)*

*Nunca tive cargo dentro do PDT. Eu ia para as reuniões e fazia mais a parte política, não queria cargo de nada. Eu gosto das coisas, mas eu não gosto de me sentir presa por causa de algum cargo ou outra coisa. **Por isso também nunca quis ser candidata.** Eu gosto de ter minhas ideias, por isso eu gosto da Associação. (MARIA EDUARDA, 56 anos, entrevistada em 02 de Março de 2017, grifo nosso)*

Falas que vão ao encontro com os dados da pesquisa de equidade de gênero na política realizada pelo DataSenado (2016) em Procuradoria da Mulher e com a

Ouvidoria do Senado, na qual considerando-se as eleições de 2012 e de 2014, apenas 21% dos candidatos eram do sexo feminino. Isso em um país onde a proporção de mulheres na população é de 50,64% e a lei de cotas exige 30% de candidatura feminina. Nessa mesma pesquisa, pergunta-se às 1.287 pessoas que já foram candidatas se elas achavam que poderiam ganhar as eleições ao se candidatar pela primeira vez. O resultado se observa na tabela a seguir:



Fonte: DataSenado, 2016

A análise do gráfico nos mostra que as mulheres são mais pessimistas quanto ao êxito de sua candidatura do que os homens. Ou apenas mais realistas, uma vez que, por exemplo, apenas 11,6% (TSE, 2016) das prefeituras disputadas em 2016 serão governadas por mulheres.

Outro dado importante para pensar as barreiras que inibem a candidatura de mulheres é que, segundo a Folha de São Paulo (2016), os partidos políticos destinaram 30% mais recursos para os candidatos a vereador homens em relação às candidaturas mulheres. Sem dinheiro para realização de campanha, é muito mais difícil conseguir se destacar dentro da quantidade enorme de candidatos.

Nas narrativas das entrevistadas, mais um fator chama a atenção: é que as próprias mulheres não tinham como pauta principal de sua agenda política a questão da mulher, preferindo atuar em outras frentes. Em suas falas:

*Eu não saberia dizer se sou feminista. **Eu defendo políticas de respeito e resgate à mulher. Isso me faz feminista? Então eu sou feminista. Porque eu nunca permiti que as condições sociais me subjugassem em função de ser mulher. Nunca deixei de fazer uso dos meus direitos e deveres. Eu nunca me deixei subjugar. Nem por pai, nem por marido, nem pela sociedade. Eu nunca permiti que fizessem***

*isso comigo. E eu acho que até paguei um preço caro por isso. Teria sido muito fácil a caminhada se eu tivesse abaixado a cabeça em alguns momentos. Se eu tivesse sido complacente com algumas coisas em alguns momentos. Mas eu nunca fiz isso. Nunca permiti que a minha condição de mulher me deixasse vulnerável ou me permitisse menos direitos. Nunca! Nunca! **Isso me faz ser feminista?** Então eu acho que eu sou. **Mas não iria para uma praça pública queimar sutiã. Porque eu sou mulher, eu tenho peitos e eu preciso de sutiã.** Não entraria numa discussão de desconstrução da condição do feminino e do masculino porque eu respeito a condição do masculino da mesma forma que respeito a condição do feminino. Nunca entraria naquela regra que para eu ser bom, o masculino vai ter que ser ruim. Não sei. Feminista é aquela que desconstrói o masculino? Porque se é, eu não sou. (MARIA ANGÉLICA, 55 anos, entrevistada em 13 de abril de 2016, grifo nosso)*

*Não sou aquela pessoa que acha que se deve militar em todos os campos - é humanamente impossível. Por isso, não participo do Rosa Lilás. **Creio que o debate de gênero é fundamental**, mas na nossa militância, nós não devemos participar, pois isso destrói a nossa vida pessoal. Tenho dois filhos que estão entrando agora na adolescência, e os cuidados são outros. Dirijo uma subsede da APEOESP e faço o debate educacional lá. É óbvio que as questões de gênero perpassam, e muito, o debate educacional, e eu acompanho isso. Acompanho de que forma? Sobretudo lendo. **Mas para ir, participar e organizar o Rosa Lilás, não tenho disposição.** E nem para organizar mais nada além da educação. Eu milito dentro da educação, dentro do sindicato, eu tenho um foco profissional. Acompanho alguns debates, converso muito com o pessoal não só do Rosa, mas de outros agrupamentos também. (MÔNICA, 45 anos, entrevistada em 28 de junho de 2016, grifo nosso)*

*Existe muito machismo, **mas eu nunca senti.** [...] Mas as vezes o maior problema não era eu ser mulher, era eu ser da outra posição. (MARIA EDUARDA, 56 anos, entrevistada em 02 de Março de 2017, grifo nosso)*

***Aquilo que eu posso fazer, eu faço.** Eu tenho ficado muito tempo na associação. Mais ainda nesse período de decadência do Estado - decadência entre aspas, tem dinheiro, mas decretou a falência -, eu tenho ficado muito porque teve greve. Mas onde o partido precisar que eu esteja, eu fico. No Olga, no MLB, na UP, na porta de fábrica. Adorava fazer porta de fábrica. Fiz isso muitas vezes. (DENISE, 56 anos, entrevistada em 22 de junho de 2016, grifo nosso)*

Desta forma, a partir das narrativas apresentadas, faz-se três constatações importantes: I- essas mulheres da base dos partidos não querem ser candidatas, dentre os motivos, por não sentirem que têm as qualidades necessárias para competir (Elzita e Mônica) ou por preferirem a política de bastidores (Maria Angélica e Maria Eduarda); II- À exceção de Elzita, que trabalha diretamente com o atendimento de mulheres, a



pauta feminista não é uma prioridade para as entrevistadas, que optam por atuar em outras frentes; III- as mudanças ideológicas no interior dos partidos afastam as pessoas que entraram com ideais fortes, como foi o caso de Denise, que saiu do MR-8 para o PCR; da Mônica, que saiu do PT e foi para o PSOL; e da Maria Eduarda, que após sair no PDT, não voltou a militar em partido.

Por outro lado, também é possível destacar que, a partir do ponto de vista das memórias destas mulheres, a mobilização contra e a favor do *impeachment*/golpe corrobora com o acirramento da luta de classes. Com o fim da política de conciliação realizada durante a gestão petista, o país passa por uma série de ataques aos programas sociais e tende a aumentar a exclusão da população pobre e negra, o que afeta diretamente as mulheres brasileiras.

Com as memórias das mulheres militantes de partidos de esquerda evocadas nesse projeto conclui-se que a esquerda ainda tem um longo caminho a percorrer nas aproximações com o feminismo, tanto no seu sentido prático de militância quanto teórico na relação com o marxismo. Aqui, concorda-se com Catherine Mackinnon (2013): não há feminismo digno do nome que não seja pós-marxista. O protagonismo feminino é inviabilizado, dentre outros motivos, quando a própria organização que busca explicar a sociedade através de uma visão de mundo, foca-se apenas no conceito de classe, negligenciando as opressões de gênero e raça. Como garantir uma maior participação das mulheres quando elas não conseguem debater as suas próprias condições materiais e subjetivas de ser e estar no mundo dentro das organizações que se propõem a isso?

Um dos encontros possíveis e necessários entre o marxismo e o feminismo é proposto pela escritora bell hooks, fortemente influenciada pelo pensamento descolonial, do feminismo negro e de Paulo Freire, ela aborda a possibilidade de uma educação progressista e holística, uma “pedagogia engajada”. Que seja mais exigente que a pedagogia crítica ou feminista convencionais (HOOKS, 2013), que vá além ao considerar a relação dialética entre as duas, e no qual o bem-estar e a autoatualização ganhem ênfase.

A pedagogia engajada é uma expressão de ativismo político (HOOKS, 2013, p.28). É nadar contra a corrente da educação bancária, desafiar o *status quo*, e se comprometer entusiasticamente com a educação como prática de liberdade. Ação que encontra respaldo nas palavras de Freire (2001, p. 46) quando ele expõe que a (o)

educador(a) progressista é leal à radical vocação do ser humano para a autonomia e “se entrega aberto e crítico à compreensão da importância da posição de classe, de sexo e de raça para a luta de libertação”. O educador progressista “não reduz uma posição à outra. Não nega o peso da classe nem da cor da pele nem tampouco do sexo na luta”. Entendendo que:

O sexo só não explica tudo. A raça só, tampouco. A classe só, igualmente. O líder operário, audaz e empreendedor, aguerrido na luta de libertação, mas que trata sua companheira como objeto é tão incoerente quanto a líder feminista branca que menospreza a camponesa negra e tão in-coerente quanto o intelectual progressista que, falando a operários, não se esforça para falar com eles. (*idem*).

Para hooks (2013, p. 50), assim como para Freire, a pedagogia como prática de liberdade envolve a “práxis” definida pelo brasileiro como um agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo. Que nós transformemos as instituições educacionais – e a sociedade – “de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade”.

A possibilidade dessa intersecção é encontrada na pedagogia engajada de bell hooks e na pedagogia crítica de Paulo Freire. Ambos procurando uma educação que questione a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o classismo na busca por uma verdadeira transformação pedagógica e da sociedade. Transgredir as barreiras, tomar a responsabilidade de que professoras(es) podem modificar a vida de estudantes e que estes carregam experiência e conhecimentos a compartilhar, encarar que sendo a história uma possibilidade a educação também é.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, J. MACEDO, R. B. COUTINHO, M. **Estadão**. Sérgio Cabral é preso na Operação Calicute, nova fase da Lava Jato. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-deflagra-operacao-calicute-nova-fase-da-lava-jato/>>. Acesso em: 05 fev. 2017

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira - quem vota? quem se candidata?. **Cad. Pagu**, n.43, pp. 119-167, 2014.

AMADEU, Djfferson. Nomeação de Lula ao Cargo de Ministro é legal: uma necessária aula de história e filosofia ao Juiz Moro, ao judiciário e a OAB. IN: PRONER, C.; CITTADINO, G.; RAMOS FILHO, W. (orgs). **A resistência o golpe de 2016**. Bauro: Canal 6, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ANZALDUÁ, Gloria. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 39, pp. 305-318, 2009.

\_\_\_\_\_. La consciência de lamestiza/ Rumo a uma nova consciência. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n.3, pp.704-719, 2005.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, p. 65-70, 2000.

\_\_\_\_\_. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 2, p.23-59, julho-dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp.23-59.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 535 a 577.

ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARRUZA, Cinzia. **Feminismo e Marxismo**: entre casamento e divórcios. Lisboa, Edições Combate, 2010.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia R. Diversidade, Direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. **Revista Eptic Online**. Sergipe, UFS, vol. 15, n.3, set-dez, p. 117-130.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Rev. Estud. Fem.** vol.21, n.2, pp. 659-688, 2013

BARELA, L.; CONDE, L.G.; MIGUEZ, M. **Algunos apontes sobre historia oral**. Buenos Aires: Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, nº90, p. 46-69, 2010.

BISCAIA, Cristina Ninô. Um golpe chamando machismo. IN: PRONER, C.; CITTADINO, G.; RAMOS FILHO, W. (orgs). **A resistência o golpe de 2016**. Bauro: Canal 6, 2016.

BRAIDOTTI, R. El sujeto en el feminismo. IN: BRAIDOTTI, R. **Feminismo, Diferencia Sexual y Subjetividad Nómada**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

BOBBIO, Noberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Paulista, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CAMARGO, Ayla. Mulheres no exílio x esquerda máscula marxista: diálogos (im) pertinentes à bases do feminismo brasileiro. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2010. p. 63-71.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismo e feminismo marxista - mais que gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.11, p. 98-108, 2000.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed. ampliada e atualizada, 1998.

CHANTER, Tina. Feminismo e marxismo: a utilidade e as limitações dos modelos paralelos. IN: CHANTER, T. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. IN:CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (org). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016. (Tinta Vermelha)

\_\_\_\_\_. **O que é ideologia?** [versão digital, 2004]. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Marilena%20Chau%ED-1.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento:raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. IN: CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (org). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016. (Tinta Vermelha)

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas Perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: o Direito e o Pensamento Decolonial**. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2012

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.22, n.3, pp. 929-934, 2014.

\_\_\_\_\_. Feminismos e pós-colonialismos. **Rev. Estud. Feministas**, vol.21, n.2, pp.655-658, 2013.

\_\_\_\_\_. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a desconcolização do saber. **Portuguese Cultural Studies**, Vol. 4, pp. 41-65,2012

; ÀVILA, Elaine. Glória Anzaldúa, a consciência mestiza e o feminismo da diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p.691-703, set./dez.2005.

\_\_\_\_\_. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, n.19, pp.59-90, 2002.

\_\_\_\_\_. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n.11,p.127-140,1998.

. Situando o Sujeito do Feminismo: O lugar da Teoria, as Margens e a Teoria do Lugar. **Travessia – Revista de Literatura**, Florianópolis, nº29/30, p. 123-160. 1997.

DAVIS, ANGELA. **Mujeres, raza e clase**. Madri: Ediciones Alca, 2005.

DATASENADO. **Equidade de Genero na política 2016**. Disponível: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/equidade-de-genero-na-politica-2016>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

DELPHY, Christine. Feminismo e recomposição da esquerda.

**NouvellesQuestionsFéministes**, Paris, vol. 13, nº 1, p.187-199. 1992.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, 2003, 6: 9-25.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. De golpe a golpe: 1964 - 2016. O golpe não começou hoje e nunca foi contra a corrupção. In: PRONER, C. et. al. (orgs). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Bauro: Canal 6, 2016.

DUQUE, Ana Paula; FERREIRA, Luana Medeiros; JORGENSEN, Cacau Sousa. Promotoras legais populares: repensando direito e educação para o empoderamento das mulheres. **Revista Direito & Sensibilidade**, p. 59-72, 2011.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. 2015.**Região Metropolitana de Sorocaba**. Disponível em:

<<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>> . Acesso em: 23 set 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAO, IFAD and WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Rome, FAO, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, pp. 314-332, 2002.

FILHO, Daniel A. R.; SÁ, Jair Ferreira (org.). **Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. –(Coleção Leitura).

\_\_\_\_\_. **Política e educação: ensaios** / Paulo Freire. –5. ed -São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23)

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GARCIA, Alexandre. Como usar bem o horário de trabalho coletivo pedagógico (HTPC). **Gestão Escolar**.2011. Disponível: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/424/como-usar-bem-o-horario-de-trabalho-coletivo-pedagogico-htpc>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

GODINHO, T. (org). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo,1998.

GONÇALVES, Renata. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22. pp. 98- 110, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais . **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. **Sociologias**. n.4, pp. 258-273, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 16, p. 193-210, Abr. 2015 .

IBGE. Cidades – Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3552205>>. Acesso em: 21 dez. 2016

\_\_\_\_\_. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. IN: CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (org). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016. (Tinta Vermelha)

LAURESTIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LINHARES, Carolina; MONTEIRO, André; PINTO, Ana Estela de Sousa. Candidatos homens recebem 30% mais verba que mulheres. Folha de São Paulo. 01 out. 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1818675-candidatos-homens-recebem-30-mais-verba-que-mulheres.shtml>> Acesso em: 19 fev. 201.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tábula Rasa**, n.9, pp.73-101, julio-diciembre 2008.

. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estudos Feministas**, v. 22, n.3, pp: 935-952, set.-dez/2014.

MADEIRA, R. M.; TAROUCO, G.S. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. vol.21 n.45. p. 149-165. 2013.

MACKINNON, Catharine. Desejo e Poder. IN: MIGUEL, L.P; BIROLI, F. (org). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

\_\_\_\_\_. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: Uma agenda Para Teoria. **Revista Direito e Práxis**, 7 set. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25361/18228>>. Acesso em: 09 Fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Hacia una teoria feminista del derecho. **Derecho y Humanidades**, año II, n. 3 y 4, pp.156-168, 1993.

MARCON, Marcelo. O retorno de Leonel Brizola do Exílio em 1979: Discursos de O globo. **Revista Labirinto**, Ano XVI, vol. 24, n. 1 (jan-jun), 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luíz Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2008

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana K. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Rev. Historiæ**, v. 2, n.1, pp. 95-108, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIRA, Sandro Ivo. **Planejamento e Gestão Urbanos em Sorocaba – SP**: análise das políticas públicas de habitação popular. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2005.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Direito à memória e à verdade**: Luta substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opin. Publica**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 97-123, June 2007.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: A revolução mais longa. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6., n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1 -2. sem. 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Rev. Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 107-121, 2012.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, jan. 2008.

OLIVEIRA, Fernanda Fernandes. **Quando o direito encontra a rua**: um estudo sobre o curso de formação de Promotoras Legais Populares. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PARADIS, Clarrisse. ROURE, SARAH. Para além das fronteiras do patriarcado: reflexões sobre a reforma do sistema político e a refundação do Estado. IN: IANONI, M. **Reforma Política Democrática**: temas, atores e desafios. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias).

PATERMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: BIROLI; F. MIGUEL; L.P. (org). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.



\_\_\_\_\_. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, J. M; VENSON, AnamariaMarcon. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **Revista História Oral**, v. 15, n. 2, p.125-139, jul.-dez. 2012.

PEIRROT, Michele. Práticas da memória Feminina. **Rev. Bras. de História**, São Paulo, v.9, n.18, pp. 09-18, ago./set. 1989.

\_\_\_\_\_. O gênero da cidade. **Rev. História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 27, n. 50, pp. 23-44, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-33, dec. 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, 1989, 2.3: 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos históricos**, 1992, 5.10: 200-212.

PRA, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cad. Pagu**. n.43, pp. 169-196, 2014.

REAL, Batalazar Garzon. ¿Impeachment o golpe? In: PRONER, C. et. al. (orgs). **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Bauro: Canal 6, 2016.

RIBAS, Luiz O. Reforma política: Constituinte e participação popular. In: IANONI, M. **Reforma Política Democrática: temas, atores e desafios**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O caráter racista da PEC 55**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/933/o-carater-racista-da-PEC-55>>. Acesso em 09 jan. 2017

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 05, p. 17-44, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Rev. Estud. Feministas**, Florianópolis, vol.12, n.2, pp. 35-50, 2004.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História oral**, v8, n1, p. 29-42, jan-jun. 2005.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**.Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan W., et al. A invisibilidade da experiência. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos de História**, 1998, 16.

\_\_\_\_\_.O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11, jan. 2005.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 28, p. 19-54, June 2007.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Entrevista: O necessário, o possível e o impossível. Entrevistador: SADER, E.; GENTILI, P. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo (SP): Boitempo; Rio de Janeiro (RJ): Flacso Brasil, 2013.

SILVA, A. O. **Esboço para a história da esquerda no Brasil**. Disponível em:<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/8981/4945>>. Acesso em: 05 out. 2014.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_.**Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPIVAK. Gayatri C. “El desplazamiento y el discurso de lamujer”. **Debate feminista: Crítica y Censura**, año5, vol. 9, pp. 150-182, marzo 1994.

\_\_\_\_\_. Estudios de laSubalternidad: Deconstruyendola historiografia. In: SPIVAK,G.et al. **Estudios pos coloniales: ensayos fundamentales**. Madri: Traficantes de Sueños, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG,2010.

\_\_\_\_\_. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, H. B. de (org). **Tendênciase Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco,1994.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: Paradigmas e desafios. **Rev.Estud. Feministas**, Florianópolis, nº especial, pp. 11-24, 2º semestre de1994.

\_\_\_\_\_. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A.; FARIA, N.;GODINHO, T. (org). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo,1998.

SOLIVA, Thiago Barcelos; SILVA JUNIOR, João Batista da. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , n. 17, p. 124-148, Aug. 2014 .

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2ªed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero:

ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 679-690, Dec. 2016.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. IN: BIROLI; F. MIGUEL; L.P. (org). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, vol. 13, n. 2, nov. 2007.

VENTURINI, Lilian. Perguntas e respostas sobre a lista da Odebrecht com políticos e partidos. **Nexo Jornal**. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/03/25/Perguntas-e-respostas-sobre-a-lista-da-Odebrecht-com-pol%C3%ADticos-e-partidos>>. Acesso em: 15 fev. 2017